

**VÍNCULOS SOCIAIS E SUBJETIVIDADE:  
UM ESTUDO DE DUAS COOPERATIVAS  
POPULARES DE MINAS GERAIS**

**FERNANDA SIMPLÍCIO CARDOSO**

**2009**

**FERNANDA SIMPLÍCIO CARDOSO**

**VÍNCULOS SOCIAIS E SUBJETIVIDADE: UM ESTUDO DE DUAS  
COOPERATIVAS POPULARES DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada a Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de “Mestre.”

Orientador  
Prof. José Roberto Pereira

LAVRAS  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2009

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da  
Biblioteca Central da UFLA**

Cardoso, Fernanda Simplicio.

Vínculos sociais e subjetividade: um estudo de duas cooperativas populares de Minas Gerais / Fernanda Simplicio Cardoso. – Lavras : UFLA, 2009.

131 p. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2009.

Orientador: José Roberto Pereira.

Bibliografia.

1. Subjetividade. 2. Vínculos sociais. 3. Cooperativas populares. 4. ITCPs. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 334.6

**FERNANDA SIMPLÍCIO CARDOSO**

**VÍNCULOS SOCIAIS E SUBJETIVIDADE: UM ESTUDO DE DUAS  
COOPERATIVAS POPULARES DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada a Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de “Mestre”

APROVADA em 06 de março de 2009.

Prof. Mozar José de Brito

UFLA

Prof. Fernanda Henrique Cupertino Alcântara

UFV

Prof. José Roberto Pereira  
UFLA  
(Orientador)

LAVRAS  
MINAS GERAIS – BRASIL

***DEDICO***

*Aos “Alexandres” de minha história, todo meu amor, carinho e desculpas pela  
ausência em suas vidas.*

## AGRADECIMENTOS

Quanta expectativa para a chegada dessa hora! Momento de agradecer aqueles que fizeram parte dessa longa caminhada, marcada por alegrias, desafios, tristezas, frustrações, mas, acima de tudo, pelo desejo inescapável de concluir um projeto importante para a minha vida.

Obrigada a Deus, pelo consentimento da vida.

Ao Alexandre, obrigada por aceitar minhas necessidades recorrentes de estudo e trabalho. Ao Alexandre Filho, por entender meus momentos faltosos e ausentes em sua vida.

Aos meus pais, Ana Maria e Lionaldo, minha gratidão pelos ensinamentos de vida que me fizeram escolher melhor os caminhos a trilhar. Aos meus irmãos, Frederico, Thalles e Thayana, agradeço a torcida fiel pelos meus êxitos e conquistas.

Aos meus avós, Elza e Moura, agradeço as orações, o carinho e a paciência. À tia Rosângela, obrigada pela confiança e certeza deste final.

Alguns participaram mais de perto dessa trajetória no mestrado. Ao Hilário e à tia Sandra, agradeço imensamente a acolhida calorosa nos períodos que permaneci em Lavras. Vocês são pessoas incríveis e especiais!

À UFLA, representada pelos professores e funcionários do DAE, onde meu contato foi maior, agradeço à oportunidade de convivência e aprendizado. Agradeço especialmente ao professor Dr. Mozar José de Brito que oportunizou meu primeiro contato com o programa de mestrado, na condição de aluna especial e ao Dr. Edgard Alencar, pelas palavras de incentivo e confiança no meu trabalho.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Roberto Pereira, minha eterna gratidão e reconhecimento pelo trabalho engenhoso que desempenha junto a seus orientados, na busca de qualidade e competência no trabalho acadêmico. Nos momentos de desânimo e angústia com a dissertação, eu sempre recordava de você dizendo-me: “Vá em frente!” Agarrei-me em suas palavras e hoje compartilho a alegria de concluir este trabalho, do qual você faz parte. Obrigada pela dádiva de ter dividido comigo sua experiência e conhecimento acadêmicos.

A minha turma do curso, denominados “lerdos” pelo inusitado Prof. Edgard, meu abraço fraterno. Embora nossa convivência fora de sala de aula tenha sido esporádica, lembro exatamente de cada um de vocês e desejo a todos felicidade!

Aos professores Dr. Hilário Antônio de Castro, Dra. Adriana Rodrigues Guimarães e ao juiz de direito Dr. Joaquim Morais Júnior, agradeço a recomendação.

Minha gratidão à PUC Minas Arcos, especialmente ao colegiado do curso de psicologia, representado pela coordenadora Profa. Jane Moreira Azevedo, por ajustar meus horários de aula de modo a possibilitar a conciliação entre o trabalho e o mestrado.

Aos juízes Dr. Altair e Dr. Marcos, que estiveram na diretoria do Foro de Formiga desde que iniciei o mestrado, muito obrigada por terem abraçado comigo essa causa. Sem o apoio e a compreensão de vocês eu não teria concluído o curso.

À querida amiga Élide, minha eterna “chefinha”, agradeço toda a confiança depositada no meu trabalho, no meu mestrado e na minha pessoa, em particular.

Das lembranças alegres que guardo do mestrado, Cíntia é uma delas. A oportunidade de conhecê-la foi algo marcante em minha vida. Saiba que és minha irmã do coração e que sua companhia nessas andanças pela vida afora tornou as dificuldades mais amenas.

Ao meu amigo Joaquim Morais Júnior, obrigada por suportar meus encontros faltosos, quando convocada a responder pelo setor de psicologia do Fórum de Arcos. A grandeza de nossa amizade é maior que o tempo de espera.

À Flora, obrigada pela ajuda preciosa na transcrição das entrevistas. Sua paciência e cuidado foram fundamentais.

À Alfa, agradeço a compreensão pelos meus silêncios, recuos e elucubrações nas madrugadas imperfeitas que passei olhando a tela do computador. Obrigada também por ter dividido comigo alguns morangos saborosos.

À Tatiana, pela ajuda prestada na condição de estagiária de psicologia jurídica do Fórum de Arcos. Assim pude economizar tempo para dedicar-me à escrita da dissertação.

Aos meus amigos professores Silvane Carozzi e André Gonçalves, meu abraço fraterno de agradecimento. Ela apresentou-me Hanna Arendt, dando belíssimas sugestões a minha dissertação. Ele me fez entender Hanna Arendt, fazendo uma releitura cuidadosa do texto, no intuito único e exclusivo de ajudar-me.

Aos demais amigos, alunos, estagiários, professores e familiares que não tiveram seus nomes citados, mas que se fizeram presentes nessa trajetória,

*MUITO OBRIGADA!*

## **EPIGRAFE**

*Nada de poder;  
um pouquinho de saber;  
e o máximo possível de sabor...*  
Roland Barthes

## SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS .....	i
LISTA DE SIGLAS .....	ii
LISTA DE TABELAS .....	iii
RESUMO .....	iv
ABSTRACT .....	v
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 TRABALHO E DESEMPREGO: SUBJETIVIDADES E SIGNIFICADOS .....	5
2.1 O significado do trabalho e a constituição de corpos políticos .....	6
2.2 O desemprego e a política de geração de trabalho e renda no Brasil contemporâneo .....	17
3 AS CONCEPÇÕES DO TRABALHO NO ÂMBITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO COOPERATIVISMO .....	24
3.1 Os fundamentos ideológicos da economia solidária .....	25
3.2 O movimento cooperativista e o valor atribuído ao trabalho no âmbito das cooperativas populares .....	33
3.3 A rede de ITCPS no Brasil e sua estratégia metodológica de geração de trabalho e renda .....	40
4 VÍNCULOS SOCIAIS NO ÂMBITO DAS COOPERATIVAS POPULARES .....	50
4.1 A constituição e a manutenção dos vínculos sociais nas organizações humanas .....	51
4.2 Mecanismos de identificação nas relações grupais .....	62
4.3 Subjetividade e cultura no Brasil.....	68
5 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	74
5.1 Pressupostos metodológicos.....	74
5.2 Critérios para seleção e caracterização dos integrantes da pesquisa ..	77
5.2.1 Critérios de seleção das cooperativas populares .....	77
5.2.2 Caracterização dos integrantes da pesquisa.....	78
5.2.3 Coleta de informações .....	80
5.2.4 Estratégia de análise e interpretação das informações .....	84
6 A SUBJETIVIDADE DOS SUJEITOS ASSOCIADOS A COOPERATIVAS POPULARES.....	90
6.1 Os significados do trabalho associado na subjetividade dos sujeitos.....	91
6.1.1 Interpretação .....	95
6.2 Elementos intersubjetivos do movimento solidário .....	97

6.2.1 Interpretação.....	104
6.3 Elementos psíquicos, sociais e culturais da subjetividade .....	108
6.3.1 Interpretação.....	112
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	123
ANEXO.....	128
ROTEIRO DE ENTREVISTA SOCIOCULTURAL .....	129
HISTÓRICO DE ATIVIDADES LABORATIVAS .....	129
HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO EM COOPERATIVAS .....	130
VALORES E ELEMENTOS IDEOLÓGICOS .....	130

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Diferenças entre cooperativa e empresa capitalista. ....	37
QUADRO 2 O significado do trabalho na subjetividade. ....	89
QUADRO 3 Elementos intersubjetivos do movimento solidário. ....	90
QUADRO 4 Elementos sociais, psíquicos e culturais da subjetividade. ....	91
QUADRO 5 Análise categorial de Trabalho. ....	95
QUADRO 6 Análise categorial de Ação Política. ....	96
QUADRO 7 Análise Categorial de Solidariedade. ....	101
QUADRO 8 Análise Categorial de Cooperação. ....	102
QUADRO 9 Análise Categorial de Participação. ....	103
QUADRO 10 Análise Categorial de Aprendizado. ....	104
QUADRO 11 Análise Categorial de Identificação. ....	112
QUADRO 12 Análise Categorial de Pessoaalidade. ....	114

## LISTA DE SIGLAS

ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMO	Intermediação de mão-de-obra
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PNMCO	Programa Nacional de Microcrédito Orientado
PROGER	Programa de Geração de Emprego, Trabalho e Renda
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SINE	Sistema Nacional de Empregos

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 Perfil sócio-demográfico dos participantes da pesquisa. ....	81
TABELA 2 Atividades profissionais desempenhadas pelos entrevistados. ....	82

## RESUMO

CARDOSO, Fernanda Simplício. **Vínculos sociais e subjetividade:** um estudo de duas cooperativas populares de Minas Gerais. 2009. 131p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG<sup>1</sup>.

As transformações na organização do trabalho, mediadas pelo capitalismo, conduziram o homem a pensar em novas formas de produção, livres da interferência maciça do mercado capitalista. Foi no cenário brasileiro que se buscou, com o presente estudo, explorar o movimento da economia solidária e o cooperativismo, cujas ações não perdem de vista a importância da condição humana de sociabilidade expressa nas subjetividades. Nesse sentido, objetivou-se analisar valores, crenças e significados que permeiam as ações solidárias e os vínculos sociais constituídos entre os associados de duas cooperativas populares de Minas Gerais, pertencentes à Rede de ITCPs. Para o alcance desse objetivo, utilizou-se como recurso metodológico o estudo bibliográfico bem como a pesquisa de campo, cujas técnicas de coleta de informações foram as entrevistas em profundidade e a história oral. Os conceitos operacionais da pesquisa no âmbito teórico foram as matrizes trabalho e subjetividade. A partir delas, para auxiliar na interpretação das informações coletadas nas entrevistas, foram construídas oito categorias teórico-analíticas nucleantes agrupadas em três eixos: Os significados do trabalho associado na subjetividade dos sujeitos; elementos intersubjetivos do movimento solidário e elementos sociais, psíquicos e culturais da subjetividade. Constatou-se a presença de elementos de ordem individual, social, política e cultural na subjetividade dos associados, levando a inferências sobre a assimilação dos princípios da economia solidária, bem como os tipos de vínculos sociais estabelecidos nas cooperativas populares estudadas. Com o presente estudo, espera-se que novas pesquisas sejam feitas no sentido de compreender a subjetividade humana e suas manifestações para, a partir daí, encorajar a construção de modos de produção que privilegiem o espaço da convivência humana e sirvam de alternativas à organização do trabalho no molde capitalista.

---

<sup>1</sup> Orientador: Prof. Dr. José Roberto Pereira – UFLA.

## ABSTRACT

CARDOSO, Fernanda Simplício. **Social ties and subjectivity**: a study of two popular cooperatives in Minas Gerais. 2009. 131p. Dissertation (Master Program in Administration) – Federal University of Lavras, Lavras, MG<sup>2</sup>.

The changes in organization of work, mediated by capitalism, led the men to think new ways of production, which are free of the interference of the capitalist market. With this study realized in the Brazilian scene which we sought to explore ways to the capitalist mode of production, such as the supportive and cooperative movement, whose actions do not lose sight of the importance of the human condition of sociability expressed in the subjectivity. Accordingly, it was aimed to examine the values, beliefs and meanings that permeate the solidarity actions and social bonds formed between members of two cooperatives popular in Minas Gerais, belonging to the network ITCPs. To reach this goal, it was used as a methodological resource the bibliographical as well as the field research, whose information-gathering techniques were in-depth interviews and oral history. In theoretical sense the operational concepts of the research were the matrices work and subjectivity. From them, to assist in interpreting the information collected in interviews it was built eight theoretical nuclear analytical categories grouped into three: The meanings of the work associated with the subjectivity of the subject; inter-subjective elements of supportive movement and social, psychological and cultural elements of the subjectivity. It was noticed the presence of elements of order individual, social, political and cultural in the subjectivity of the members, leading to inferences about the assimilation of the principles of economy as well as the types of social ties established in the popular cooperative in study. In this study, it is expected that further research be done to understand human subjectivity and to its manifestations, and thus, to encourage the construction of production methods that favor the area of human existence and serve as alternatives to the organization of work in the capitalist order.

---

<sup>2</sup> Advisor: Dr. José Roberto Pereira – UFLA.

## 1 INTRODUÇÃO

As transformações na organização do trabalho, mediadas pelo capitalismo, cujo marco mais expressivo foi a Revolução Industrial, iniciada em meados do século XVIII, na Inglaterra e que se expandiu no cenário mundial no século XIX, conduziram o homem a pensar em novas formas de produção, livres da interferência maciça do mercado capitalista. As mudanças observadas nas condições de empregabilidade impulsionadas pelo capitalismo foram impactantes e suas consequências extrapolaram o âmbito econômico, afetando as esferas social, política e cultural da vida dos indivíduos.

O modo de produção capitalista, por meio da automação e das novas tecnologias, com fulcro no aumento da produção e lucratividade, priorizou a máquina em detrimento do homem. Essa troca de valor depositada no homem e na máquina resultou em situações de descontrole social evidenciadas em fenômenos, como o desemprego, a violência, a criminalidade, o analfabetismo e outras formas de segregação instituídas pelo poder do capital. Dessas situações devastadoras provocadas pelo capitalismo formou-se um contingente de vidas humanas às margens da sociedade, marcadas pela ausência de condições de vida digna e oportunidades de trabalho e realização de suas capacidades.

O desenvolvimento da humanidade, pensado somente sob o prisma econômico e utilitarista, desconsidera as subjetividades constituídas no espaço da convivência humana, ou seja, no mundo social do homem e não leva em conta as liberdades substantivas conquistadas em bases de igualdade, cidadania e democracia. A consequência do desprezo à condição humana de sociabilidade conduz a processos progressivos e irreversíveis de degradação humana que se traduzem nas desigualdades sociais e no sofrimento humano.

O Brasil, com suas estatísticas de desemprego, criminalidade, analfabetismo e outras misérias sociais, ilustra a realidade dos países da América

Latina afetados pela globalização, cuja força motriz é o capitalismo (Santos, 2002). E foi no cenário brasileiro que se buscou, com o presente estudo, analisar formas alternativas ao modo de produção capitalista, sem perder de vista a condição humana de sociabilidade expressa nas subjetividades. Nesse sentido, o movimento da economia solidária e do cooperativismo constitui um modelo alternativo de produção e organização do trabalho.

No Brasil, o cooperativismo conquistou bases sólidas em um período recente da história, a partir da Constituição Federal/88, concomitante ao estabelecimento da economia solidária como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo. Desde então, buscou-se instrumentalizar e fomentar iniciativas empreendedoras de formação de cooperativas, com o objetivo de gerar trabalho e renda, sendo a cooperação, a solidariedade, a participação, a liberdade e a autonomia os valores necessários de serem desenvolvidos junto aos associados.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) surgiram nesse contexto para assessorar grupos de trabalhadores desempregados ou em situação de trabalho precarizado a se organizarem de forma cooperativa, atuando em favor das atividades autogestionárias e de sua inclusão no mercado. (Guimarães, 2000). Suas ações visam sensibilizar os associados para as práticas autogestionárias com base nos princípios solidários, despertando valores como solidariedade, cooperação, compromisso social e autonomia. A pretensão é a de que, passado o período de incubação, os associados deem prosseguimento à política de cidadania alcançada com o apoio das incubadoras.

Partindo do pressuposto de que a economia solidária e o cooperativismo viabilizam canais de sobrevivência pela via do trabalho conquistado no espaço da convivência humana, construiu-se o seguinte problema de pesquisa: que valores e crenças orientam a conduta dos associados às cooperativas populares incubadas pelas ITCP após terem passado por um processo metodológico de

incubação que tem como princípios orientadores a economia solidária e os fundamentos do cooperativismo rochdaleano?

Nesse sentido, o objeto de estudo desta pesquisa foi a compreensão da subjetividade existente nas ações dos associados de cooperativas populares tornou-se fundamental para favorecer a construção de metodologias apropriadas às ações desenvolvidas pelas ITCPs, bem como potencializar recursos individuais e sociais a favor das práticas autogestionárias. A partir do objeto de estudo desta pesquisa, buscou-se analisar valores, crenças e significados que permeiam as atividades solidárias, cujo formato de produção é voltado à geração de trabalho e renda dirigida àqueles que não encontram oportunidades no mercado capitalista vigente.

O presente estudo partiu de um projeto de pesquisa mais abrangente, construído e desenvolvido pelo Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras (UFLA), em Lavras, MG e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Tal projeto teve início em 2007 e abrange as ITCPs das cinco regiões do país, tendo como eixo de trabalho a rede, as incubadoras e as cooperativas incubadas.

Para a pesquisa foram selecionadas duas cooperativas populares, situadas na cidade de São João Del Rei, MG, uma de comércio e outra de produção, ambas com histórico de incubação pela ITCP da Universidade Federal de São João Del Rei, pertencente à Rede Nacional de ITCPs.

A questão norteadora da pesquisa foi a análise da subjetividade expressa nos vínculos sociais estabelecidos entre os associados das cooperativas incubadas em estudo, avaliando se, após terem passado pelo período de incubação, assumiram ou não os princípios da economia solidária como prática de vida e forma de organização coletiva. Com base no objetivo principal, pretendeu-se categorizar o repertório de valores e crenças dos associados de cooperativas populares incubadas, bem como analisar a aplicabilidade dos

princípios da economia solidária no âmbito das diferentes subjetividades que compõem os grupos de associados.

O suporte metodológico adotado na pesquisa foi de natureza qualitativa, fundamentado no método interpretativo das ciências sociais, o qual procura analisar a percepção dos sujeitos a respeito do tema em estudo, utilizando-se para isso as técnicas de entrevistas em profundidade e história oral.

A pesquisa foi estruturada em oito capítulos. No capítulo 2, apresentam-se as transformações históricas do trabalho como ação social desenvolvida pelo homem ao longo de sua história, expressando valores e crenças da cultura. Faz-se uma breve exposição da questão do desemprego, bem como da política de geração de trabalho e renda desenvolvida no Brasil. No capítulo 3 trata-se do surgimento das cooperativas populares e do movimento da economia solidária, abordando a estratégia metodológica empregada pelas ITCPs nos trabalhos de socialização dos associados às cooperativas populares. No capítulo 4 apresentam-se alguns estudos psicanalíticos e antropológicos sobre a subjetividade, abordando aspectos individuais, sociais e culturais, conduzindo a conceitos como identificação, reciprocidade e cultura brasileira. No capítulo 5 apresenta-se a perspectiva teórico-metodológica da pesquisa, assinalando seu caráter circular/interativo (trabalho de campo – análise – trabalho de campo – análise), além dos critérios utilizados na seleção das cooperativas, os métodos de coleta de informações empregados e as estratégias de análise e interpretação dos resultados. O capítulo 6 foi dedicado à análise e à interpretação das entrevistas a partir das categorias teóricas construídas, com base na abordagem teórica da pesquisa. Por último, foram apresentadas as considerações finais e as referências teóricas utilizadas nesta pesquisa.

## 2 TRABALHO E DESEMPREGO: SUBJETIVIDADES E SIGNIFICADOS

O trabalho é um dos meios que o homem utiliza para atingir sua condição de sociabilidade e realização de suas capacidades humanas, inclusive a capacidade de associar-se em projetos comuns à coletividade. Mesmo o trabalho que se realiza individualmente pode propiciar a troca social a partir da produção dos bens e seu compartilhamento.

As cooperativas populares constituem uma forma de trabalho voltado para a geração de renda e a troca social, importante na era moderna, pois, além de garantir o sustento, resgata a possibilidade de convivência humana e participação ativa em projetos coletivos, visto que esses são atributos ameaçados pela força do capitalismo.

Arendt (2001) definiu o trabalho numa perspectiva histórica, considerando-o como uma das condições da *vida activa* que garante durabilidade e imortalidade aos artefatos, embora não seja a atividade *por excelência* que assegura aos seres humanos um espaço de pluralidade e ação coletiva cujo fim seja a reciprocidade. Para a autora, a função tradicional do trabalho pode ser reconhecida da seguinte maneira:

Contra a subjetividade dos homens ergue-se a objetividade do mundo feito pelo homem, e não a sublime indiferença de uma natureza intacta, cuja devastadora força elementar os forçaria a percorrer inexoravelmente o círculo do seu próprio movimento biológico, em harmonia com o movimento cíclico maior do reino da natureza. (Arendt, 2001, p.150).

No presente capítulo, busca-se discutir o princípio da *vida activa*, proposto por Arendt, analisando teoricamente as categorias do labor, trabalho e ação, com a finalidade de compreender o significado do trabalho na construção

da subjetividade humana, bem como abordar as origens do desemprego e a política de geração de trabalho e renda desenvolvida no Brasil.

## **2.1 O significado do trabalho e a constituição de corpos políticos**

Os estudos sobre o trabalho apontam que algumas teorias irão concebê-lo como fonte de prazer e libertação, pois permite que o homem desenvolva suas potencialidades e capacidades. Outras irão compreendê-lo pela via da alienação, como atividade de dominação de poucos sobre muitos, servindo puramente a fins econômicos determinados pelas urgências e demandas do capitalismo. (Antunes, 2000; Cattani, 1996; Dejours, 1987; Merlo, 1999; Tittoni, 2004).

Seja qual for o entendimento que se tenha sobre o trabalho, o fato é que seus efeitos e manifestações modificam-se historicamente e compõem a subjetividade dos indivíduos, de acordo com a cultura e as necessidades do contexto econômico e social de uma determinada época. O trabalho, além de atender à finalidade de subsistência, desempenha uma função social importante, pois propicia oportunidades para a convivência humana e a afirmação da identidade que se faz na relação com o outro. É fato que o trabalho que se realiza estritamente por obrigação, movido apenas pelas necessidades vitais e o senso de responsabilidade aguçado, pouco contribui para a construção de um espaço político de libertação e exercício das capacidades humanas, apresentando, ao contrário, efeitos negativos sobre a saúde mental do trabalhador. Dessa forma, há que se pensar em alternativas para que as atividades humanas organizadas com o status de trabalho signifiquem algo além da necessidade de manter um corpo biológico em funcionamento, pois, o que humaniza o homem reside no espaço da palavra e da intersubjetividade.

Arendt (2001), em sua obra intitulada “A condição humana”, fez uma análise das atividades humanas fundamentais da *vida activa*, que refletem a subjetividade dos indivíduos e se transformam historicamente, à medida que a

civilização progride e novas demandas e desafios vão se impondo ao homem. Dessa forma, a autora propõe que a condição humana pode ser apreendida na realização das seguintes atividades fundamentais: o labor, o trabalho e a ação. Denomina-se *vita activa* o conjunto dessas três atividades essencialmente humanas. (Arendt, 2001, p.15).

De acordo com Arendt (2001), o labor está relacionado com as necessidades vitais e significa a própria vida. Nessa atividade o homem está a sós com seu corpo perante a necessidade de sobrevivência, o que denota tratar-se de um modo de vida antipolítico, pois é como se o outro não existisse. Já o trabalho não é uma atividade contida no eterno ciclo vital da espécie e sua condição humana é a *mundanidade*, a fabricação de coisas que condicionam às necessidades, tornando-se bens úteis e imortais. A ação, por sua vez, é a única atividade que ocorre no espaço da pluralidade e não depende da mediação das coisas ou da matéria. É o espaço político por excelência e cria a condição para a história: “só a ação é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem um deus é capaz de ação, e só a ação depende inteiramente da constante presença de outros.” (Arendt, 2001, p.31).

Segundo a autora, o trabalho por si só, compreendido como atividade para fabricação de artefatos, não garante ao homem uma ação política digna e emancipadora. O trabalho está ligado ao mundo tangível das coisas que produz, mostrando-se como um modo de vida apolítico e, portanto, sem espaço para a circulação da palavra. (Arendt, 2001). Nesse sentido, ressalta que é preciso à construção de um espaço plural para a manifestação da fala, a actualização de acordos mútuos e a reciprocidade.

Na perspectiva arendtiana, a pluralidade é alcançada na relação do homem com o outro no espaço da *polis*<sup>3</sup>. Daí a constituição de corpos políticos e do

---

<sup>3</sup> Compreendido como o espaço político onde nasceu a esfera pública na tradição greco-romana (Couto, 2004).

poder que surgiu quando e onde o povo passou a se unir e a se vincular por meio de promessas, pactos e compromissos mútuos. Apenas o poder alicerçado na reciprocidade e na mutualidade constrói o poder real e legítimo. Toda ação é uma fonte potencial de poder que nasce na convivência entre os homens e os mantém unidos durante e após a execução de um ato. Tal poder aparece no espaço da polis e possibilita ao sujeito existir para o outro.

A rigor, a *polis* não é a cidade-estado em sua localização física; é a organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto, e o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam. (Arendt, 2001, p. 211).

A liberdade política é possível somente na esfera da pluralidade humana em que um de nós está sempre engajado em mudar o mundo, mantendo uma aguda oposição com a atividade do pensamento que funciona no diálogo do indivíduo com ele mesmo. A pluralidade humana tem a sua gênese no fato de que, em algum momento no tempo e por alguma razão, um grupo de pessoas resolveu pensar sobre si como um “nós”.

A ação é a atividade política por excelência e está ligada ao nascimento – ao início das coisas. Sua condição de pluralidade possui dois aspectos: a igualdade e a diferença, pois é na ação e no discurso que os homens distinguem-se entre si, e ao mesmo tempo, compreendem uns aos outros por meio da igualdade.

Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. (Arendt, 2001, p. 188).

A igualdade política percorrida pela ação é uma igualdade de desiguais unidos sob certos aspectos e por questões específicas. Possibilita a reafirmação da identidade, que não fica perdida como nas atividades do labor, que tenta unir muitos em um só, refletindo uma atitude antipolítica. Arendt (2001) adverte que a falta de registro histórico sobre rebeliões significativas de escravos contra seus senhores denota a incapacidade dos mesmos para a diferenciação de suas identidades, ou seja, para o discurso e a ação. O que torna o homem um sujeito singular é a *alteridade*<sup>4</sup> que ele possui em comum com todo ser vivente, ao mesmo tempo em que partilha a diferença. “A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir.” (Arendt, 2001, p. 16).

O discurso e ação são o que humaniza a existência terrena, ou melhor, sem esses atributos, a vida está morta, pois não existe a convivência, a condição da pluralidade. A inserção no mundo humano se dá por meio de atos e palavras, estimulada pela convivência com os outros, mas nunca condicionada. A ação depende do discurso para revelar-se, pois é o que anuncia o agente do ato, bem como o autor das palavras. A revelação do agente do ato permite que a ação transcenda a capacidade produtiva e esteja associada a um nome que lhe garanta identidade e existência real. A qualidade reveladora do discurso aparece no espaço da convivência, na relação de um com o outro.

Na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano, enquanto suas identidades físicas são reveladas, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz. (Arendt, 2001, p. 192).

---

<sup>4</sup> Alteridade é um aspecto importante da pluralidade, relativo ao que é comum aos homens, ao mesmo tempo, que os distingue uns dos outros.

A ação e o discurso só são possíveis no engajamento dos indivíduos, pois dependem, essencialmente, dos outros para existir. Toda ação é passível de repercussão e, mesmo ocorrendo entre dois indivíduos, seus efeitos são ilimitados e imprevisíveis e independem da amplitude dos atos. Qualquer que seja a ação, ela estabelece relações e, portanto, sua tendência é transpor fronteiras e seus resultados são sempre imprevisíveis, cabendo ao fazedor de história narrá-la.

O caráter de imprevisibilidade e instabilidade da ação fez com que essa atividade humana fosse banida do plano hierárquico mais alto da *vida activa* e rebaixada ao nível do labor e do trabalho, deixando de ser o espaço político por excelência e, no decorrer da era moderna, substituída pela atividade do labor.

Arendt (2001) começa explicando essa mudança de posição por meio de Aristóteles, que distinguiu três modos de vida (*bios*), a saber: a vida dedicada aos prazeres do corpo, a vida voltada aos assuntos da *polis* e a vida do filósofo dedicada à contemplação das coisas. Qualquer um dos três modos de vida podia ser escolhido livremente pelos homens, independente de suas necessidades e das relações estabelecidas a partir deles. Nesse sentido, nem o trabalho e nem o labor eram essencialmente dignos para constituir um *bios*, visto não serem um modo de vida livre e autônomo, sem relação com as necessidades da vida e utilidades das coisas. A ação, por sua vez, era tida como o modo de vida político livre das privações e necessidades humanas, portanto, com um significado mais abrangente que sua capacidade de manter os homens unidos e ordeiros.

Na esfera da ação, o que o indivíduo produz não transcende ao que ele é. A identidade de uma pessoa não está alienada na coisa fabricada, mas sobrepõe-se ao produto como elemento indispensável à dignidade humana. O mercado de trocas pode ser considerado uma modalidade de ação, caso valorize o relacionamento humano acima da compensação econômica que a troca provê. O

produto não deve ser maior que seu fazedor, tornando-o limitado conforme sua produção. Na ação, não é o poder de troca que está em questão, mas o poder de convívio entre as pessoas.

Contudo, o fim da antiga cidade-estado levou a expressão *vida activa* a perder seu significado político, passando a ser compreendida no nível das coisas, ou seja, das necessidades e utilidades humanas. Houve uma mudança hierárquica de posição na *vida activa*, pois a ação se igualou ao trabalho e ao labor e deixou de designar a vida política, sendo relegada ao plano das necessidades da vida terrena. A contemplação foi o único modo de vida realmente livre e, portanto, restrito aos filósofos e aos artistas.

Tradicionalmente, a *vida activa* serviu às necessidades e às carências da vida contemplativa, sendo ligada à inquietude, ao desassossego e devendo sua existência ao homem. A vida contemplativa, o único modo de existência que não dependia das mãos dos homens, exigia a quietude e a ausência de atividades humanas para acontecer.

O primado da contemplação sobre a atividade baseia-se na convicção de que nenhum trabalho de mãos humanas pode igualar em beleza e verdade o Kosmos físico, que revolve em torno de si mesmo, em imutável eternidade, sem qualquer interferência ou assistência externa, seja humana ou divina. (Arendt, 2001, p. 24).

O movimento de rebaixar a ação ao nível do trabalho e do labor teve consequências para a sociedade, principalmente na era moderna, que assumiu sem preconceitos essa mudança de posição. A tentativa de substituir a ação pelas coisas úteis, tangíveis e quantitativamente demonstráveis foi compreendida como ações contra a democracia, ou seja, contrárias à política da *polis*. Esses movimentos dão destaque à monarquia e ao governo de um homem só como forma de organização dos negócios humanos.

Na perspectiva moderna, a ação é dividida em duas: o começar e o realizar. O resultado disso é que a ação passa a ser mera execução de ordens e perde sua função nas relações humanas, ficando restrita à fabricação e ao trabalho. Platão foi um dos precursores dessa nova proposta de organização política da polis que ascendeu na modernidade. (Arendt, 2001).

Segundo Arendt (2001), a era moderna foi o cenário aberto e propício para a substituição da ação pela fabricação, embora a própria tradição, de maneira mais discreta, já desconfiasse da potencialidade da ação para gerir os negócios humanos, atribuindo-lhe características de fragilidade e incerteza. Assim, homens implicados com a construção de um projeto político de regulação da sociedade tentaram localizar categorias mais sólidas e confiáveis de organização dos negócios humanos, apostando na instrumentalização da ação como meio de atingir tal fim.

A consequência da instrumentalização da ação não foi exatamente suprimi-la da vida dos mortais, mas transformá-la em processo, o que significa atribuir-lhe poderes para transformar os processos naturais e intervir na natureza das coisas. Nesse sentido, a ação como processo possibilita a realização e a exploração das capacidades humanas, a transformação e a imitação das coisas naturais, porém, não garante a previsibilidade dos acontecimentos e nem o fim do processo em si.

Com essa mudança de posição provocada na *vida activa* e representada na ação, esta passou a ocupar um lugar privilegiado na hierarquia das atividades humanas, sobrepondo-se à contemplação na era moderna, ou seja, à atividade por excelência do pensamento e exercida pelos filósofos.

Na verdade, o que houve foi a submissão do pensamento à atividade da ação, o que, conseqüentemente, fez com que a contemplação perdesse seu sentido. O conhecimento e a verdade não mais dependiam da contemplação, mas só eram atingidos por meio da ação. Em outras palavras, a certeza do

conhecimento dependia de ele provir daquilo que era produzido pelo homem e que pudesse ser comprovado mediante ação adicional.

Assim, a inversão que ocorreu na era moderna não consistiu em promover a ação à posição outrora ocupada pela contemplação como o mais alto estado de que os seres humanos são capazes – como se daí por diante, a ação fosse a finalidade última em benefício da qual se devia exercer a contemplação, tal como, até então, todas as atividades da vida activa tinham sido julgadas e justificadas na medida em que tornavam possível a vida contemplativa. (Arendt, 2001, p. 305).

A crença moderna de que o conhecimento verdadeiro provinha das coisas produzidas pelo homem fez com que as atividades do *homo faber* fossem as primeiras a ascenderem à posição antes ocupada pela contemplação. Sendo assim, a ação, em seu sentido político, foi substituída pelas atividades do *homo faber* e entendida como um processo. O interesse no processo de fabricação, na experimentação e na capacidade de imitação dos processos naturais, mudou a ênfase das questões de “o que” e “por que” as coisas existem para “como” são fabricadas. O conceito de processo é mais adequado ao princípio da ação e foi esse conceito que determinou a mudança de posição entre a ação contemplativa e a atividade fabricante, ou melhor, que eliminou o homem contemplativo do cenário moderno.

As principais características da era moderna estão relacionadas às atividades desenvolvidas pelo *homo faber*. Mas, as mudanças não pararam por aí. Logo houve outra inversão hierárquica na ordem das atividades da *vida activa*, sendo o labor promovido a mais alta posição. Eis a justificativa para essa mudança:

[...] o homo faber, ao emergir da grande revolução da modernidade, embora adquirisse engenhosidade jamais sonhada na fabricação de instrumentos para medir o infinitamente grande e o infinitamente pequeno, perdeu aquelas medidas permanentes que precedem e sobrevivem ao processo de fabricação e que constituem um absoluto confiável e autêntico em relação à atividade da fabricação. (Arendt, 2001, p. 320).

Como consequência, a preocupação com a utilidade final do objeto produzido, comum ao *homo faber*, foi substituída pelo princípio da “maior felicidade do maior número.” (Bentham apud Arendt, 2001, p. 321). Nesse sentido, o critério de avaliação da atividade com base no princípio de utilidade das coisas fabricadas foi substituído pelo interesse na quantidade de prazer e dor experimentada no processo de produção e consumo. Assim, o princípio da própria vida passou a nortear as atividades humanas, com a finalidade de promover a vida individual e a sobrevivência humana.

Segundo Arendt (2001), foi Marx quem transpôs a ênfase do conceito de vida individual para o de vida social e de homem socializado, ao fundamentar o surgimento da sociedade. Para Marx, o homem era egoísta e agia de acordo com seus próprios interesses, conduzindo a sociedade de modo a beneficiar-se em suas necessidades. “A humanidade socializada é aquele estado social no qual impera somente um interesse, e o sujeito desse interesse são as classes ou a espécie humana, mas não o homem nem os homens.” (Arendt, 2001, p. 334).

O retorno da vida individual no cerne das atividades humanas colocou-a novamente na condição de mortal, tornando o mundo menos estável e confiável. A preocupação com a sobrevivência da espécie humana, bem como a tentativa de torná-la potencialmente imortal, levou o homem a laborar, buscando garantir a continuidade da vida de cada um e de sua família. Só importava ao homem aquilo que fosse necessário e importante ao metabolismo da vida com a natureza. A ação, contida no processo de fabricação, foi considerada uma nova

forma de labor com a finalidade de preservar a vida humana e distante do projeto político sustentado no discurso e na reciprocidade.

O último estágio de uma sociedade de operários, que é a sociedade de detentores de empregos, requer de seus membros um funcionamento puramente automático, como se a vida individual realmente houvesse sido afogada no processo vital da espécie, e a única divisão ativa exigida do indivíduo fosse deixar-se levar, por assim dizer, abandonar a sua individualidade, as dores e as penas de viver ainda sentidas individualmente, e aquiescer num tipo funcional de conduta entorpecida e “tranqüilizada”. (Arendt, 2001, p. 335).

De acordo com Arendt (2001), constatar a mudança de posição da *vida activa* na era moderna não significa concluir que os homens dessa época não possuam a capacidade de agir, mas reconhecer que cada vez mais esses processos de ação estão restritos às mãos dos cientistas, os quais não intervêm com a textura das relações humanas, não resguardam o caráter revelador da ação e menos ainda sua capacidade de construir histórias. Como resultado, a ação deixa de ser uma atividade praticada por muitos, ficando restrita a um pequeno número de privilegiados. O pensar, por sua vez, ainda é possível na era moderna, embora pouco praticável, uma vez que exige liberdade política para acontecer, permanecendo reservado aos filósofos e artistas.

A substituição da ação pelo labor e o trabalho trouxe consequências à organização das sociedades humanas. Os homens foram impelidos a atividades de “não pensar”, o discurso foi esvaziado e a palavra perdeu seu poder de ação nas relações, sendo substituída pelo contrato. A capacidade humana de criação foi suplantada pela agilidade da automação, sendo o aumento da lucratividade os meios e fins percorridos pelo trabalho. A convivência foi preterida à produção de objetos condicionantes das necessidades humanas e, quanto mais o homem se isolava em sua individualidade, mais potencial para produzir bens conquistava.

O trabalho coletivo se limitava à execução de tarefas automáticas e pré-determinadas, sem possibilidade para a ação política reconhecida no poder da palavra e na convivência humana.

Nesse contexto de individualidades automatizadas pelas necessidades impostas pelo capitalismo, modelo econômico da era moderna dos países do ocidente, surgiram alternativas de resgate da *vida activa* representada na ação, como a economia solidária e o cooperativismo, ao propiciarem condições de emancipação política e social aos seus praticantes.

As atividades desenvolvidas pelos movimentos solidários, especificamente as cooperativas populares, se analisadas sob a perspectiva arendtiana, percorrem a ação como atividade essencial à condição humana, uma vez que seu objetivo vai além da fabricação de artefatos, visando à ação política e participativa dos indivíduos. Priorizam o sustento e a convivência social, em detrimento do acúmulo de bens e a imortalidade das coisas<sup>5</sup>. Nas cooperativas, os indivíduos são estimulados a reafirmarem suas identidades e convidados a assumirem a autoria de suas escolhas e necessidades, aparecendo como cidadãos com participação política ativa nas questões que lhes afetam.

No entanto, as cooperativas populares, mesmo integrando um projeto social em expansão, não são a forma de organização social do trabalho que prevalece na era moderna, cujos moldes são determinados pelo capitalismo, traduzido nas atividades do *homo faber*. O aumento desenfreado da produção, a busca de previsibilidade dos acontecimentos e a tentativa de garantir imortalidade às coisas são alguns dos objetivos percorridos pelo homem moderno, ficando a convivência humana relegada ao segundo plano.

Por outro lado, os movimentos solidários resgatam o significado da ação como condição humana para a vida política na *polis*. São ações que garantem a

---

<sup>5</sup> No capítulo 1 da obra de Hanna Arendt “A condição Humana”, 10 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, a autora discute o conceito de imortalidade, relacionando-a aos bens produzidos pelo homem e que não perecem, garantindo existência imortal àqueles que os produziram.

circulação da palavra, bem como o exercício da cidadania, pois abrem espaço para o diálogo e a autonomia, percebida na reafirmação das identidades. As ações solidárias buscam a igualdade na diferença, não tendo a pretensão de aniquilar a subjetividade do indivíduo por meio de ações que negam a diferença humana.

Os escritos de Arendt (2001) provocam reflexões sobre o significado do trabalho na era moderna e sua manifestação nas subjetividades do homem civilizado. A partir do momento em que a atividade humana do trabalho tem consequências na subjetividade dos indivíduos, o desemprego passa a ter um sentido ainda maior do que a simples ausência de atividade destinada à subsistência, devendo ser analisado com o mesmo rigor com que se pensa a importância do trabalho como ação, na constituição de corpos políticos e participativos na vida da *polis*.

## **2.2 O desemprego e a política de geração de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**

A inversão de posição das atividades da *vida activa*, conduzindo o labor e o trabalho ao ápice da condição humana, se analisada à luz da economia mundial, pode ser compreendida como uma mudança ocorrida em função da globalização e do modo de produção dos países capitalistas. Como se não bastasse, tal mudança no arranjo das organizações humanas do trabalho trouxe o fenômeno do desemprego e a consequente desigualdade social que assola, principalmente, os países da América Latina, incluindo o Brasil. “Um dos efeitos centrais do incremento acentuado da desigualdade em todas as escalas é a tendência à efetiva exclusão de grandes setores da população mundial do processo de acumulação global de capital.” (Santos, 2002, p. 332).

O *boom* do capitalismo foi a Revolução Industrial, pois aumentou a riqueza de segmentos específicos da população e a oferta de bens e serviços. A

produção se intensificou e o consumo foi cada vez mais incentivado para dar conta do excedente da produção. A modernização e o desenvolvimento tiveram como pano de fundo a economia de mercado, caracterizada pela prevalência da sociedade centrada no mercado. (Pizza Júnior, 1991).

A economia de escala na produção estimulou o crescimento de mercados massivos e dispersos em grandes áreas geográficas, divulgando as vendas dos produtos e criando a necessidade de as pessoas sempre consumirem mais do que, de fato, necessitam. Uma das características marcantes do capitalismo é a urgência de acumulação de capital, e a ideia central do proprietário dos meios de produção é gastar menos e produzir mais, aumentando sua fonte de lucro e, conseqüentemente, seu poder e domínio sobre o mercado e as pessoas. Para minimizar os custos, a estratégia é investir menos em salários, não priorizando condições dignas e propícias de trabalho. Em consequência, conclui-se que a lógica do mercado capitalista gera pobreza, desigualdade social e desemprego.

Pochmann (2004), ao tratar da exclusão social, procura não estabelecer relação direta entre globalização e aumento das desigualdades sociais, entretanto, adverte ser quase impossível abordar a questão da exclusão social por outro viés que não seja o da globalização. Afirma que as formas de exclusão da modernidade vão além da questão da pobreza absoluta, da fome e do analfabetismo, repercutindo no mercado de trabalho, nas diversas modalidades de violência urbana e na tecnologia, representada pelo padrão digital de interação. Em outras palavras, não se justifica apenas pela insuficiência de renda, mas também pela desigualdade de oportunidades que compromete o exercício da cidadania e os investimentos individuais e coletivos como tentativas de superação das dificuldades apresentadas pela globalização. “A globalização separa grupos sociais que vivem nos mesmos espaços nacionais, criando assim novas clivagens de classe. As cidades globais conformam o palco dessa desigualdade assustadora.” (Pochmann, 2004, p. 54).

Giddens (1999) assinala que analisar a globalização somente sob o prisma da economia é desconsiderar suas implicações no espaço e no tempo da vida das pessoas, pois se trata de um fenômeno que envolve uma complexa variedade de processos influenciados por forças políticas e econômicas diversas, que interferem na cultura, nos valores e na organização social, de modo geral.

O desemprego, compreendido como um elemento estrutural do capitalismo, revela-se no antagonismo entre compradores e vendedores da força de trabalho: “aos compradores – as empresas capitalistas- interessa que haja concorrência entre os vendedores para que o custo caia; aos trabalhadores obviamente interessa o contrário.” (Singer & Souza, 2000, p.12).

Esse antagonismo constatado nas relações entre empregado-patrão possibilitou que os trabalhadores se organizassem em sindicatos, fortalecendo-se como classe para reivindicar seus direitos sociais, o que tornou o custo do trabalho mais alto e dispendioso para o empregador, ameaçando o poder econômico dos detentores do capital. O conflito de interesses evidenciado nas relações de trabalho fez com que as demandas do capitalismo superassem as forças produtivas e eliminasse do cenário da economia a mão-de-obra onerosa às empresas capitalistas, gerando o contingente de excluídos que forma a classe dos desempregados.

Tittoni (2004) assinala que o contexto da globalização contribui para as transformações na esfera do trabalho, provocando aumento na desregulamentação das relações de trabalho, bem como desencadeando sua precarização. Adverte que a classe de trabalhadores em condição de desemprego cresce assustadoramente em escala mundial, "formando uma legião de seres humanos marcados pelo êxodo, pela errância e pela vulnerabilidade." (Tittoni, 2004, p.7).

No Brasil, a situação do desemprego costuma ser mascarada pelo mercado informal, que cresce intensamente e situa-se à margem de qualquer regulação ou controle por parte do poder público. (Ackermann, 2007). Movimentos sociais comandados pelas camadas de excluídos da população economicamente ativa também surgem como protesto à forma de organização do trabalho e da economia.

Os excluídos resistem diariamente através de ações individuais e coletivas muito diversas, que vão desde estratégias de sobrevivência a projetos nacionais e globais de oposição, passando por um grande número de iniciativas locais. (Santos, 2002, p.333).

Em cada país, a análise do desemprego deve ser realizada com uma metodologia apropriada às condições locais, uma vez que cada um possui seus traços sociais, políticos e econômicos próprios. No Brasil, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), criada na região metropolitana de São Paulo em 1984, mas atuante em outras regiões do país por meio de convênio com estados e instituições (Seade e Dieese), elaborou uma metodologia para o levantamento mensal da situação do mercado de trabalho brasileiro, com base nas seguintes características constatadas:

- apenas cerca de metade dos trabalhadores é contratada segundo as regras vigentes, tendo acesso às garantias oferecidas pela legislação do trabalho; no entanto, a grande maioria está submetida a alta rotatividade, baixos salários e jornadas de trabalho extensas;
- o assalariamento sem carteira de trabalho assinada e o trabalho autônomo constituem parte expressiva do conjunto de ocupados, cuja precariedade de inserção decorre da falta de acesso ao contrato de trabalho padrão, da descontinuidade da relação de trabalho e da instabilidade de rendimentos;

- os mecanismos de proteção aos desempregados são muito limitados, em termos de duração e valor do benefício recebido; ademais, a proporção de trabalhadores que pode requerer o seguro desemprego é relativamente pequena;
- os parâmetros que orientam os contratos de trabalho foram definidos em função do trabalhador individual, inexistindo regras que, referidas ao contrato coletivo, permitissem aos sindicatos negociar contratação e demissão de mão-de-obra. (DIEESE, 2008).

Com base nas características do mercado de trabalho brasileiro, o indicador de desemprego “ausência de trabalho combinada à procura e disponibilidade para trabalhar” é insuficiente para tratar estatisticamente a questão, sendo então elaborados os seguintes critérios para análise do desemprego:

- a) o primeiro critério (ausência de trabalho) foi revisto, admitindo que, inexistindo mecanismos amplos de apoio aos desempregados, parte das pessoas nesta situação, para obter algum rendimento, realizaria atividades irregulares e descontínuas, sem perspectiva de duração, enquanto procuram trabalho;
- b) a revisão do segundo critério (procura de trabalho) justifica-se pela possibilidade de alguns desempregados não realizarem, nos trinta dias anteriores à entrevista, procura efetiva por acreditarem não haver oportunidades de trabalho para eles.

Os resultados alcançados nas pesquisas sobre o desemprego no Brasil (PED, IBGE, Dieese, Seade, Senai), que comumente atestam as dificuldades de empregabilidade com fulcro no sistema capitalista vigente, servem de referência

para as políticas de governo para a geração de trabalho atualmente desenvolvidas no país.

O governo federal, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego (2009), tem criado programas e fundos de fomento e ajuda ao trabalhador desempregado ou desqualificado, bem como ao trabalhador de baixa-renda, ao microprodutor ou microempresário, de modo a garantir a empregabilidade com o aumento e a manutenção de postos de trabalho, tanto na iniciativa privada quanto na pública.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda financiam várias iniciativas e programas de geração de trabalho e renda, tais como: Programa de Geração de Emprego, Trabalho e Renda (Proger), Educação Profissional, Intermediação de Mão-de-Obra (IMO), seguro-desemprego, etc.

Outras ações do governo, como o Sistema Nacional de Empregos (Sine), o Programa Nacional de Microcrédito orientado (PNMCO), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs) também integram as políticas públicas voltadas à geração de trabalho, emprego e renda.

O Proger, especificamente, é um conjunto de linhas especiais de crédito, criado pelo governo federal e destinado às pessoas que hoje estão trabalhando de maneira informal, em pequenos negócios familiares. Entre elas, citam-se, por exemplo, as que fazem serviços de marcenaria, fabricam roupas, comidas, doces caseiros, artesanato etc.; os profissionais recém-formados, os mini e pequenos produtores rurais, os pescadores artesanais (com fins comerciais), os seringueiros que se dediquem à exploração extrativista da seringueira na região amazônica, dentre outros; as pequenas e as microempresas, as cooperativas e associações de produção, formadas por micro ou pequenos empreendedores, urbanos e rurais e os professores da rede pública e privada de ensino, para

aquisição de equipamento de informática; as pessoas físicas, para a aquisição de material para construção ou de unidade habitacional.

Essas políticas de combate ao desemprego têm sua gênese na certeza de que o trabalho, além de prover os meios para a sobrevivência, é um lócus social importante na constituição de identidades e para a convivência humana. Por meio da atividade do trabalho, o indivíduo reafirma sua condição de sociabilidade e sua capacidade de ação política no espaço da pluralidade.

As ações políticas de geração de trabalho e renda tentam capacitar o indivíduo para o pensar e o agir, não deixando que o produto final da ação valha mais que o processo e seu “fazedor”, mas que seja um instrumento de mediação entre os homens que garanta a autenticidade das ações e a participação ativa na sociedade.

Diante desse constructo teórico, podem-se destacar duas categorias analíticas nucleantes para o entendimento sociológico e administrativo que este trabalho propõe, quais sejam:

- trabalho: é a atividade produtiva correspondente ao artificialismo da existência humana, realizada pelo *homo faber*. Produz um mundo artificial de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual e sua condição humana é a *mundanidade*;
- ação política: atividade que ocorre no espaço da pluralidade e não depende da mediação das coisas ou da matéria. Cria a condição para a história e possibilita a reafirmação da identidade por meio da palavra, que propicia condições para a participação e a reciprocidade estabelecida nos acordos coletivos feitos no espaço da polis.

### **3 AS CONCEPÇÕES DO TRABALHO NO ÂMBITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO COOPERATIVISMO**

As práticas autogestionárias e os novos movimentos sociais formam a base da economia solidária, que se refere a uma nova forma de produção criada pelos trabalhadores na luta contra o capitalismo. Segundo França Filho (2002), a economia solidária nasceu de questões relacionadas à exclusão social e à falência do Estado-Providência, colocando-se como uma possibilidade de regulação da sociedade, de sua economia e das relações de trabalho.

Existe uma diversidade de empreendimentos que operam sobre os princípios da economia solidária, o que dificulta qualquer generalização. No setor estão incluídos desde as grandes cooperativas industriais e de serviços com abundância de recursos, quanto as cooperativas dotadas de capital modesto, as quais enfrentam grandes dificuldades de permanecer no mercado. E, também, as pequenas associações de trabalhadores marginalizados ou de pessoas estigmatizadas que desenvolvem alguma atividade produtiva. Além destas, têm-se as cooperativas de trabalho em que o único capital que os trabalhadores possuem é sua força de trabalho e os clubes de trocas, formados por pequenos produtores de mercadorias e, ainda, as cooperativas de consumidores. (Singer, 2002).

O cooperativismo é uma prática autogestionária de geração de trabalho e renda, baseada em princípios solidários, cujas relações de trabalho são baseadas nos laços de solidariedade e cooperação. Assim, várias pessoas cooperando entre si unem a capacidade de produção com o princípio de socialização dos meios de produção.

A autogestão é um modo de organização do trabalho, onde não há separação entre concepção e execução do trabalho e os meios de produção são coletivos, sendo caracterizado como um processo de educação em constante construção na organização. (Cançado, 2007, p.67).

O presente capítulo visa discutir os fundamentos ideológicos da economia solidária, bem como os princípios do cooperativismo e o valor atribuído ao trabalho no âmbito das cooperativas populares. Pretende, ainda, apresentar a Rede de ITCPs no Brasil e sua estratégia metodológica de geração de trabalho e renda.

### **3.1 Os fundamentos ideológicos da economia solidária**

A economia solidária pode ser compreendida como uma prática organizativa que associa iniciativa à solidariedade, objetivando uma elaboração coletiva de atividades econômicas, levando em conta os fins sociais. Nasceu de questões relacionadas à exclusão social e à falência do Estado-providência, colocando-se como uma possibilidade de regulação da sociedade, de sua economia e das relações de trabalho. Trata-se de uma experiência que reúne pessoas com interesses voltados para a geração de emprego, renda e alternativas para sobreviver no mercado capitalista, sem perder de vista a importância dos laços sociais e a convivência comunitária como sustentáculos em favor de uma sociedade coesa. (França Filho, 2002).

Singer (2002) define a economia solidária como uma forma alternativa de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva e a liberdade individual, possibilitando a redistribuição solidária da renda. Para esse autor, não se trata de um investimento paliativo contra o desemprego e a exclusão, mas de uma prática organizativa que visa à geração de trabalho e renda, sem perder de vista valores como solidariedade, autonomia, liberdade e participação. Nesse tipo de empreendimento autogestionário, o apoio do Estado não é dispensável,

visto que a destinação de recursos a populações em estado de miserabilidade é necessária para a consecução e a manutenção de iniciativas locais de cunho solidário.

São iniciativas solidárias à medida que são divididos os custos do investimento e são repartidas as sobras. A solidariedade pode ser expressa na comercialização dos produtos dos empreendimentos e na criação da moeda local, baseada em horas de trabalho, facilitando as transações e compondo os traços marcantes do mercado solidário. São autogestionárias porque são os próprios trabalhadores que administram o empreendimento com base nos princípios de participação, democracia e equidade.

Embora a presença do Estado seja necessária, o principal recurso de um empreendimento solidário é o capital social, pois se trata de uma “economia de valor”, na qual princípios como solidariedade, igualdade e democracia definem as ações coletivas voltadas para a geração de trabalho e renda.

França Filho (2002) ressalta que a “economia solidária” difere das práticas abstratas do Estado e das solidárias e da solidariedade herdada dos costumes de uma sociedade tradicional. Não identifica esse tipo de economia com os princípios comunitários ou práticas assistencialistas tradicionais, mas considera a economia solidária uma forma associativa que busca responder aos problemas sócio-econômicos locais por meio de iniciativas empreendedoras solidárias. Na Europa, as práticas solidárias são chamadas de “iniciativas locais”, “serviços de proximidade” ou “serviços solidários”.

Pode-se compreender a economia solidária como “[...] o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. (SENAES, 2008). De acordo com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o mercado solidário apresenta as seguintes características:

- **cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumidas por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens, etc.); clubes de trocas, etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares;
- **autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e da coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação;
- **dimensão econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais;
- **solidariedade:** o caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões - na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente

saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

A economia solidária une a capacidade de produção e o consumo da produção simples de mercadoria com o princípio de socialização dos meios de produção do capitalismo. Não tem como objetivo primordial o aumento do consumo de bens, mas a conquista de uma vida melhor, com base na valorização e no fortalecimento dos vínculos sociais. É um trabalho viável quando os sistemas são operados por grande número de pessoas cooperando entre si (Singer, 2002).

Enquanto prática organizativa de regulação da sociedade, a Economia Solidária caracteriza-se por dois aspectos:

- hibridação de recursos, ou seja, as fontes de tais recursos podem ser de natureza não-mercantil, mercantil ou não-monetária;
- construção conjunta de oferta e demanda, sendo criado projetos que atendam às particularidades de determinada comunidade.

Nessa perspectiva, a economia solidária possibilita uma ação articulada com as formas econômicas dominantes, podendo subordinar as práticas mercantis a novos arranjos organizacionais e coletivos.

De acordo com França Filho (2002), o objetivo de regulação da sociedade por meio da economia solidária rompe com duas visões:

- correntes que interpretam as iniciativas locais como uma espécie de neodomesticidade, significando o retorno às formas de sociabilidade comunitaristas fomentadas abstratamente pelo Estado ou pelo modelo de sociedade tradicional. Não reconhecem a dimensão política dessa nova forma de organização do trabalho, da geração de renda e manutenção dos vínculos sociais (visão esquerdista);
- correntes que atribuem à economia solidária um caráter funcionalista, em que suas atividades buscam complementar as ações e as falhas do mercado e do Estado (Visão direitista).

Singer & Souza (2000) consideram a economia solidária um projeto em construção e a caracterizam da seguinte maneira:

- homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtos associados, tendo em vista não só ganhar a vida, mas reintegrar-se à divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas;
- pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala, e passam, eventualmente, a criar empresas de produção socializadas, de propriedades deles;
- assalariados se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida;
- pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários;

- os mesmos criam também associações mútuas de seguros cooperativos de habitação, etc. (Singer, 2002, p.14).

A construção de competência<sup>6</sup> em um empreendimento solidário segue uma lógica totalmente diferente da empresa capitalista. Quando uma nova empresa capitalista é formada, normalmente, sua gestão é entregue a quem já tem experiência em outras organizações similares ou não. Essas pessoas contratadas para formar essa nova empresa vão construindo as competências específicas dessa organização, com base nas suas experiências profissionais anteriores e atuais. O empreendimento solidário surge da união de pessoas engajadas em movimentos sociais, que têm pouca experiência administrativa, em geral, ex-empregados de empresas capitalistas, companheiros de jornadas sindicais, estudantis, comunitárias, etc. Além disso, os objetivos são diferentes, não se busca somente a geração de renda e lucro para os associados, mas o fortalecimento da luta contra o capitalismo por meio de ações solidárias (Singer & Souza, 2000).

Nesse sentido, os conceitos de autogestão e solidariedade assumem importância central na política de geração de trabalho e renda desenvolvida pela economia solidária.

Autogerir-se implica, também constantes processos de análise das situações de trabalho e dos coletivos de trabalhadores, de modo a potencializar os movimentos do grupo no sentido de sua autonomia de relações de poder que fixam aos modos tradicionais de trabalhar. Estes modos tradicionais estão ligados à separação entre concepção, execução e gestão, por exemplo. Do mesmo modo, estão ligados às diferentes formas de propriedade geradas no contexto de trabalho que, muitas vezes, extrapolam a propriedade dos equipamentos e meios de produção: são a propriedade de informação, de saberes, de recursos técnicos

---

<sup>6</sup> Competência no sentido de instrumentalização e capacitação para o trabalho autogestionário.

que podem vir a funcionar como importantes fontes de exercício de poder e de exploração. (Tittoni, 2004, p.9).

Para Singer & Souza (2000), o termo “economia plural”, proposto por Polanyi, pode ser utilizado para caracterizar a economia solidária, cujo comportamento econômico é baseado em uma economia não-monetária fundada na reciprocidade. O modelo de economia plural tem sustentação na teoria da dádiva, proposta por Marcel Mauss.

Arruda & Quintela (2000) chamam de economia a partir do coração os empreendimentos de cunho solidário, cujas características são a “cooperatividade” e a eficiência sistêmica. Tais autores afirmam que a economia “solidária tem como centro o coração, cuja energia é o amor”. Arruda & Quintela (2000, p. 317) afirmam que a economia a partir do coração já existe em diversas partes do mundo e envolve cada vez mais pessoas e comunidades.

Nos dizeres de Tittoni (2004), a construção de novos modos de produção a partir do ideário da economia solidária não deve ser entendida como o desenvolvimento de modelos romancistas de atenuação da pobreza e da miséria, mas como a invenção de novas formas de conquista e reconhecimento da dignidade, por meio da realização das potencialidades e capacidades humanas expressas no trabalho e na vida, de modo geral.

No Brasil, a economia solidária começou a ressurgir de forma intensa na década de 1980 e tomou impulso a partir da segunda metade da década de 1990. Ela surgiu como alternativa para os movimentos sociais que lutavam contra a crise do desemprego em massa e da exclusão social (Singer & Souza, 2000). As iniciativas associativas comunitárias, a constituição e a articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária foram alguns dos movimentos sociais que impulsionaram o ressurgimento da economia solidária no contexto brasileiro (SENAES, 2008).

Dessa forma, os empreendimentos pertencentes à economia solidária contam com o apoio de vários movimentos sociais e entidades representativas, levando à criação de novas organizações fundamentadas nos princípios da economia solidária. A articulação com vários fóruns locais e regionais, bem como a fundação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, favoreceu o fortalecimento desse movimento pertencente à lógica do desenvolvimento sustentável e da autogestão.

Em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, políticas integradas visando ao desenvolvimento social e econômico, por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social, foram implementadas em âmbito federal, incentivando as práticas autogestionárias e solidárias.

Para Singer & Souza (2000), a organização de empreendimentos solidários são revoluções locais que mudam os relacionamentos entre todas as partes envolvidas, tanto no âmbito individual quanto no social. Para esses autores, “[...] o caráter revolucionário da economia solidária abre-lhe a perspectiva de superar a condição de mero paliativo contra o desemprego e a exclusão.” (Singer & Souza, 2000, p.28). Assim, pessoas excluídas do mercado de trabalho passam a acreditar na possibilidade de resistência à força esmagadora do capitalismo, apostando numa nova lógica de modo de produção em que os valores solidários norteiam as ações dos indivíduos.

Alcântara (2003) ressalta a importância de se criar uma rede de economia solidária que ofereça apoio e incentivo aos empreendimentos solidários autogestionários, disponibilizando-lhes uma estrutura organizacional que possibilite a criação de um mercado local autossustentável, gerador de renda, trabalho e desenvolvimento.

### **3.2 O movimento cooperativista e o valor atribuído ao trabalho no âmbito das cooperativas populares**

Embora as primeiras experiências de cooperativismo coincidam com o início da vida humana na Terra, na luta dos povos pela sobrevivência, por meio da cooperação frente às dificuldades impostas pelas forças da natureza, foi em 1844, na cidade de Rochdale, em Manchester, que surgiu o primeiro empreendimento cooperativo na história. Essa cooperativa de consumo, denominada “Pioneiros Equitativos de Rochdale”, fundada por 28 tecelões inspirados nas ideias de Robert Owen, surgiu como reação ao empobrecimento e à necessidade de subsistência básica desse grupo de trabalhadores. A partir daí, o número de cooperativas se multiplicou rapidamente, atingindo o número de 1.500 cooperativas no final do século XIX. (Santos, 2002).

No Brasil, de acordo com dados apresentados no estudo de Patrocínio (2004), as primeiras cooperativas surgiram no final do século XIX, nos estados de São Paulo e Pernambuco, seguidos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, este último com as cooperativas agropecuárias.

Embora a existência do cooperativismo no Brasil tenha ocorrido no início do século XX, somente em 1971 foi criada a primeira legislação regulamentando a existência das cooperativas. Segundo Patrocínio (2004), a Lei n. 5.764, de 16/12/1971, pouco alterou o funcionamento das cooperativas, demonstrando ser uma lei genérica e inoperante como mecanismo de controle do cooperativismo. Somente com a Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso XVII a XXI e artigo 174, pôde-se verificar um progresso e eficiência na legislação correspondente às cooperativas. Atualmente, além da Constituição Federal e da Lei n. 5.764, o novo Código Civil, em seus artigos 1093 a 1096, também legisla sobre o trabalho cooperativo. A Lei n. 5.764, em seus artigos 3º e 4º, regula as sociedades cooperativas como se observa a seguir:

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa, as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoa, com forma e natureza jurídicas próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: adesão voluntária, com número limitado de associados salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; variabilidade do capital social representado por quotas-partes; limitação do número de quotas-partes para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais; inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade; quorum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital; retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral; indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional Social; neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social; prestação de assistência aos associados e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa; área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços. (Brasil, 1971).

A forma de organização e de produção das cooperativas corresponde à lógica do mercado solidário. Singer (2002) aponta algumas características do trabalho solidário, estabelecendo contraponto com a empresa capitalista. Na empresa solidária, os associados não recebem salário convencional, mas fazem retiradas. O valor e a forma de retirada são decididos em assembleia, pelos associados. As sobras, geralmente, são colocadas em um fundo de educação; outra parte é posta em fundos de investimento (divisíveis ou indivisíveis) e o que resta é dividido entre os associados. O interesse dos associados é manter os

princípios solidários. A administração da empresa solidária é autogestionária, ou seja, as decisões são democraticamente tomadas com a anuência de todos os associados por meio de assembleias ou reunião de delegados eleitos por eles para representar cada seção ou departamento da empresa. (Singer, 2002).

Pereira (2007) propõe um quadro comparativo das diferenças entre a cooperativa e empresa capitalista, conforme se observa no Quadro 1.

QUADRO 1 Diferenças entre cooperativa e empresa capitalista.

<b>Critério</b>	<b>Cooperativa</b>	<b>Empresa capitalista ou sociedade mercantil</b>
Natureza	Sociedade civil com fins econômicos e sociais	Sociedade que tem por objetivo o lucro por meio do exercício de atos comerciais
Amparo legal	Código Civil Legislação específica – Lei n. 5764/71	Código Civil
Objetivos	Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, para resolver problemas sociais e econômicos e atender às necessidades de seus associados	O objetivo principal é o lucro
Número de pessoas para constituição	Mínimo de 20 pessoas	Mínimo de 1 pessoa
Patrimônio / Capital	O capital social é formado pelas quotas-partes dos associados (não podem ser repassadas a pessoas estranhas à cooperativa) Pode receber doações ou empréstimos para a formação do patrimônio	O capital é formado pelas ações dos sócios, que podem ser negociadas no mercado de capitais.

Continua...

QUADRO 1 Continuação.

<b>Critério</b>	<b>Cooperativa</b>	<b>Empresa capitalista ou sociedade mercantil</b>
Forma de gestão	Decisões tomadas em assembleia geral, na qual cada associado tem direito a um voto; quórum baseado no número de associados; Sociedade de pessoas	Decisões tomadas em assembleias, nas quais cada ação representa um voto; quórum baseado no capital; Sociedade de capital
Remuneração dos dirigentes	Os dirigentes podem ser remunerados por meio de retiradas mensais “pró-labore”, definidas pela assembleia	Os dirigentes são os maiores quotistas e efetuam retiradas mensais a título de remuneração pelo seu trabalho administrativo
Sobras/lucros	As possíveis <b>sobras</b> , de acordo com a assembleia geral, podem ser divididas entre os associados, proporcionalmente ao seu volume de transações ou aplicadas na própria entidade (deve-se destinar, obrigatoriamente, no mínimo 10% para o fundo de reserva e 5% para o FATES)	O <b>lucro</b> é dividido proporcionalmente ao número de ações de cada sócio
Regime de trabalho	O parágrafo único do artigo 442, da Lei nº 8.949 de 9/12/94 da CLT, estabeleceu que qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços da cooperativa.	Poderá existir vínculo empregatício entre ela e seus associados.

Continua...

QUADRO 1 Continuação.

<b>Critério</b>	<b>Cooperativa</b>	<b>Empresa capitalista ou sociedade mercantil</b>
Limitações/ vantagens	Não paga IR sobre atos cooperativos, mas sim sobre operações com terceiros. Paga as taxas e os impostos decorrentes das operações comerciais. O controle é democrático. Nas assembleias gerais, o “quorum” é baseado no número de associados presentes. Pode receber doações além dos benefícios da política governamental de apoio ao cooperativismo.	Não está sujeita ao recebimento de doações ou auxílios; Possui maior facilidade de captação de recursos, pois suas ações podem ser negociadas no mercado; O controle é financeiro. Nas assembleias gerais, o “quorum” é baseado no capital.

Fonte: Pereira, 2007, pg. 21

Alencar (1986) assinala que existem diferentes formas de conceber uma cooperativa, distinguindo três perspectivas básicas de concepção: rochdaleana ou social reformista, trabalhista ou de transformação social e técnico-econômica. A forma de organização e funcionamento de cada cooperativa dependerá da concepção adotada, além das características e das especificidades de cada grupo. Os rochdaleanos definiram uma série de princípios cooperativos universais que até hoje inspiram os movimentos cooperativistas. São eles: a) que, nas decisões a serem tomadas, cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; b) o número de membros da cooperativa seria aberto, sendo, em princípio, aceito quem desejasse aderir; c) sobre capital emprestado, a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; d) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; e) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; f) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros; g) a cooperativa se

empenharia na educação cooperativa e h) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas. (Singer, 2002).

De acordo com Melo (2007), os princípios rochdaleanos passaram por sucessivos processos de reformulação, sendo a última alteração feita em 23/09/1995, pela Aliança Cooperativa Internacional, órgão de representação mundial do movimento cooperativista. Dessa forma, os princípios foram definidos assim: adesão livre e voluntária dos associados, gestão democrática, participação econômica dos associados, autonomia e independência, educação, treinamento e informação, cooperação entre cooperativas e preocupação com a comunidade.

Patrocínio (2004), em sua pesquisa sobre cooperativas, interroga: “mas o que é uma cooperativa popular?” Uma cooperativa popular “[...] é um empreendimento de grupo de trabalhadores, com no mínimo 20 integrantes, que se unem para desenvolver atividades econômicas de forma democrática, cuja gestão é exercida por eles. (Patrocínio, 2004, p.25). A autora ressalta que, no início do movimento cooperativista, não havia uma forma de ação homogênea, mas diferenças regionais influenciaram o modo de organização e a finalidade das cooperativas.

Assim, na região norte do Brasil, a exploração de borracha prevaleceu no trabalho desenvolvido pelas cooperativas extrativistas. Na região nordeste, por sua vez, práticas latifundiárias e o setor agroexportador tiveram destaque. Na região centro-oeste, o movimento se expandiu por volta de 1980, tanto na área rural quanto urbana. Mas, as grandes iniciativas do movimento cooperativista ocorreram no sul e no sudeste do Brasil. No sul, duas vertentes dominaram as práticas cooperativas: uma originada nos princípios da ação coletiva e outra de origem estatal. Três momentos marcaram a vertente estatal: o primeiro, correspondente às três primeiras décadas do século XX; o segundo, entre 1940 e 1970 e o terceiro, a partir de 1980. Por fim, a região sudeste, cujo início do

movimento cooperativista remonta ao final do século XIX, embora somente em 1920 tenha ganhado força e expressão socioeconômica. Essa região foi considerada o berço do movimento cooperativista (Patrocínio, 2004).

O Cooperativismo Popular como um instrumento eficaz na organização social e produtiva de comunidades empobrecidas, fundamenta alternativas viáveis de sobrevivência e emancipação econômica e social dos trabalhadores sem renda ou de baixa remuneração, por desvincular-se de intermediários e apropriar-se de maior parcela de valor gerado pelo seu próprio trabalho. Assim, genericamente, o desenvolvimento econômico e social pode também ser entendido como forma de promover melhores condições de vida para a população. (Maia, 2008).

A gestão democrática, a prevalência dos interesses e do poder dos associados, a posse coletiva dos meios de produção e a repartição na receita líquida por critérios definidos em assembleia geral são alguns dos princípios organizativos que definem o trabalho cooperativo na atualidade (Patrocínio, 2004).

Para Alcântara (2003), o modelo de economia solidária será viável quando sua estrutura organizacional, seus membros e suas atividades representarem o ponto nevrálgico do projeto. Isso porque, para a autora, a crença de que só existe uma forma de ação conjunta, sob pressão e obrigatoriedade, impede que exista qualquer tipo de cooperação.

De acordo com Melo (2007), a estrutura organizacional de uma cooperativa depende das especificidades de seu estatuto social, do volume de suas ações e da quantidade de seus associados. A criação de órgãos deliberativos e executores, como a assembleia geral, conselho de administração ou diretoria e conselho fiscal também demonstra ser necessário.

A importância de conciliar necessidades econômicas com fins sociais, priorizando os últimos, exige que se compreendam os vínculos sociais e

institucionais construídos em torno do ideário da economia Solidária. Tal conhecimento possibilita ações mais assertivas e ajustadas às necessidades e peculiaridades dessa nova forma de produção, que se coloca como alternativa à organização capitalista.

### **3.3 A rede de ITCPS no Brasil e sua estratégia metodológica de geração de trabalho e renda**

Com a reforma do Estado e as transformações provocadas pela produção capitalista, gerando a escassez dos empregos e, conseqüentemente, um contingente considerável de trabalhadores desempregados, outras formas de produção passaram a ser utilizadas para superar as dificuldades impostas pelo capitalismo.

No âmbito da economia solidária e das cooperativas populares, várias iniciativas foram tomadas, nos últimos anos, pelo governo federal, no sentido de mantê-las em condições de sustentabilidade, por meio do aparato jurídico, da criação de órgãos como a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG) e Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e da criação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC).

As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares podem ser compreendidas como agências de fomento à economia solidária, criadas no âmbito das universidades para assessorar e apoiar iniciativas cooperativistas, contribuindo para a disponibilização de recursos humanos e a oferta de conhecimentos interdisciplinares na esfera da autogestão.

O objetivo desta iniciativa tem sido utilizar os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias, visando sua inclusão no mercado de trabalho. (Guimarães, 2000, p.111).

As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares surgiram em meados da década de 1990, por iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Guimarães, 2000). Buscando avaliar as causas da violência na favela de Mangueiras, no Rio de Janeiro, uma equipe de professores da UFRJ para lá se dirigiu e identificou um grande número de pais de família desempregados. Por meio da ajuda de outras instituições de ensino, essa equipe de pesquisadores criou a Cooperativa de Mangueiras, uma empresa solidária de prestação de serviços destinada a produzir louças sanitárias. Essa experiência motivou a inauguração da primeira incubadora tecnológica de cooperativas populares, apoiada por diversas entidades ligadas à Ação da Cidadania e Combate à Fome, movimento liderado pelo sociólogo Betinho e, posteriormente, pela ANTEAG. (Singer & Souza, 2000). Para Pereira (2007), as ITCPs foram criadas

[...] com o objetivo de estabelecer maior proximidade com as comunidades de baixa renda, principalmente aquelas situadas em zonas de risco, como é o caso das favelas, proporcionando a estes trabalhadores as ferramentas e o conhecimento técnico fundamentais para a formação de associações e cooperativas populares de trabalho. (Pereira, 2007, p.4).

Os empreendimentos solidários, tais como as experiências ligadas às incubadoras tecnológicas no contexto das universidades, “têm em comum o objetivo de formularem, na prática e na teoria, formas de resistência ao capitalismo, produzindo outros modos de trabalhar e de conceber o trabalho e sua potencialidade na vida social”. (Tittoni, 2004, p. 8). Sendo assim, trata-se de um programa de geração de trabalho e renda baseado na cooperação e voltado para os trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho ou na economia informal, devido à falta de oportunidades e/ou de qualificação profissional

adequada. É uma ação extensionista da universidade que visa à minimização das desigualdades sociais, bem como à fomentação de políticas de cidadania.

As incubadoras possibilitaram, de forma muito intensa, um modo de se relacionar o ensino, a pesquisa e a extensão e, ao mesmo tempo, ajudaram na construção de uma nova relação da universidade com a sociedade, sobretudo com as camadas mais carentes. (Abreu, 2007, p. 122).

Esse programa de ITCPs idealizado na Universidade do Rio de Janeiro alcançou amplitude e se desdobrou nos demais estados do país, formando a Rede de ITCPs. Atualmente, a Rede está constituída de 40 ITCPs, com, aproximadamente, 10 instituições parceiras e cerca de 300 empreendimentos incubados, entre eles as cooperativas populares. (Pereira, 2007).

Esta rede tem seus principais objetivos o intercâmbio de experiências entre técnicos e cooperativados; a produção de conhecimento e metodologia; independência; e fomento de uma Rede Nacional de Cooperativas Populares. (Guimarães, 2000, p.115).

A constituição da rede é uma nova forma de a universidade envolver-se com as questões da sociedade por meio do ensino, pesquisa e extensão. São desenvolvidas ações institucionais que valorizam as iniciativas humanas nos setores marginalizados, de modo a levar a comunidade para dentro da universidade. Baseia-se na troca de saberes sobre a condição humana e as saídas possíveis para a sustentabilidade e, conseqüentemente, para uma vida digna e participativa na polis.

O PRONINC, criado em 1997, é um programa de apoio aos projetos e iniciativas tomadas no âmbito das universidades, em prol da geração de trabalho e renda aos trabalhadores excluídos do mercado capitalista. Está ligado à

Secretaria Nacional de Economia Solidária e vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego.

De acordo com Guimarães (2000), entre os princípios da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, destacam-se:

- reafirmar os princípios da Aliança Cooperativista Internacional;
- conceber a universidade como uma instituição a ser respeitada como locus de produção e socialização de conhecimento, com autonomia crítica e produtiva;
- desenvolver e disseminar conhecimento sobre cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da economia solidária;
- estimular a intercooperação, promovendo a produção e a socialização dos conhecimentos entre incubadoras e destas com o meio universitário, outras redes afins e a sociedade;
- estimular a criação de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, promovendo, disseminando e orientando a aplicação de seus princípios e sua inserção na rede;
- organizar-se autonomamente e se relacionar com outras redes, que conjuguem princípios e objetivos convergentes;
- trabalhar na constituição, na consolidação e na integração das cooperativas populares, fortalecendo, subsidiando e respeitando a autonomia dos fóruns e redes a que estão empregadas.

Uma estratégia metodológica comum à Rede de ITCPs é o desenvolvimento de ações interdisciplinares, envolvendo diversas áreas do conhecimento, bem como os corpos docente, discente e técnico da universidade. As intervenções ocorrem no sentido de oferecer apoio técnico, econômico e social à formação, implementação e manutenção de iniciativas solidárias como

as cooperativas populares. Não existe um plano de intervenção pré-determinado, uma vez que se deve respeitar as particularidades de cada grupo, mas existem etapas do processo que são geralmente seguidas pelas ITCPs.

De acordo com Gaivizzo & Reis (2007), o processo de incubação é constituído por duas etapas. A primeira refere-se à seleção das iniciativas econômicas que serão priorizadas. Para tanto, realiza-se a pesquisa diagnóstica para se conhecer a viabilidade econômica concomitante ao tipo de empreendimento desejado.

A proposta é que sejam selecionados os grupos com razoável coesão interna, não importando muito sua situação econômica, pois a construção da sua identidade é um processo longo e muito difícil para uma proposta de ação que trabalha com tempos predeterminados e recursos humanos e financeiros limitados. (Abreu, 2007, p. 252).

A segunda etapa, por sua vez, caracteriza a incubação propriamente dita e divide-se em três momentos. O primeiro é destinado à elaboração do plano de incubação e leva em torno de seis meses para ser concluído. O segundo momento tem duração aproximada de 18 a 24 meses e destina-se à realização das assessorias técnicas para a transformação do grupo comunitário em um empreendimento autogestionário. Dessa forma, são realizados procedimentos para instrumentalizar o empreendimento com recursos técnicos e humanos capazes de atuar profissionalmente no mercado solidário. Nessa etapa, são desenvolvidos cursos e oficinas sobre autogestão. A última etapa do processo de incubação refere-se aos procedimentos adotados para a desincubação e leva em torno de 24 a 36 meses para ser finalizada.

A fase destinada à assessoria técnica formada para trabalhar os conceitos da economia solidária e do cooperativismo pode ser encarada como a etapa de socialização do grupo com os valores, sentidos e crenças presentes nesse novo modo de produção que prioriza o ser humano. Assim, os ensinamentos de Freire

(1996) podem auxiliar os procedimentos metodológicos criados pelas ITCPs para assessorar as ações e os vínculos sociais constituídos no âmbito das cooperativas populares. Conceitos como participação, autonomia, democracia e educação são operacionalizados nas práticas solidárias de modo a se tornarem a base de sustentação das ações e valores desenvolvidos pelas cooperativas populares. “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.” (Paulo Freire, 1996, p.59).

Dessa forma, autonomia e dignidade humana não são valores dados ou impostos, mas uma condição construída na perspectiva de valorização do ser humano em sua totalidade, no respeito às particularidades, na liberdade de expressão e nas decisões democráticas que viabilizam o princípio da equidade. Depreende-se, então, que as estratégias metodológicas empreendidas pelas ITCPs não comungam das práticas neoliberais, mas são espaços destinados à invenção de novas formas de vida e produção, cuja finalidade não é o acúmulo de riqueza e a obtenção de lucro, mas a oportunidade de construção de cidadania que se dá na relação com o outro, por meio do diálogo, da cooperação e da autonomia.

A Rede de ITCPs forma um espaço para a construção de saber técnico e ético que articula as iniciativas solidárias com as políticas públicas voltadas à geração de trabalho e renda, adotando uma metodologia de ação que tenha como fundamento o fortalecimento dos vínculos grupais e a socialização com base nos princípios solidários. A socialização pode ser entendida como a introdução do indivíduo no mundo objetivo da sociedade, provocando mútua identificação entre os indivíduos que, além de ligados intersubjetivamente, são capazes de definir as situações partilhadas reciprocamente. (Berger & Luckmann, 1995).

Tomando como foco de análise o trabalho desenvolvido por Berger e Luckmann (1995), sobre os mecanismos de construção social da realidade, tem-

se que a metodologia desenvolvida pelas ITCPS trabalha com a socialização secundária dos indivíduos.

A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. (Berger & Luckmann, 1995, p. 175).

A socialização secundária tem suas raízes na divisão do trabalho e envolve a interiorização de funções institucionais. A legitimação dessas funções se dá no espaço institucional por meio de procedimentos conceituais e do universo simbólico que integra diferentes conhecimentos.

A socialização secundária exige a aquisição de vocabulários específicos de funções, o que significa em primeiro lugar a interiorização de campos semânticos que estruturam interpretações e condutas de rotina em uma área institucional. (Berger & Luckmann, 1995, p.185).

Como na socialização primária, a secundária também possui componentes cognoscitivos e afetivos envolvidos, porém, o aspecto afetivo aparece mais atenuado e, conseqüentemente, a identificação mostra-se mais frágil. Entretanto, com o passar do tempo, a socialização secundária pode revestir-se de alto grau de afetividade, transformando a realidade subjetiva do indivíduo. Para tanto, é necessária a criação de técnicas e procedimentos especiais que intensifiquem a carga afetiva do processo de socialização secundária, fazendo com que o indivíduo se entregue completamente à nova realidade: “o grau e o caráter preciso destas técnicas pedagógicas variarão com as motivações que o indivíduo tem para a aquisição do novo conhecimento.” (Berger & Luckmann, 1995, p. 191).

No âmbito das ITCs, a realização de oficinas, cursos, workshops e palestras que auxiliam os indivíduos na incorporação dos princípios da economia solidária são alguns dos recursos metodológicos empregados no trabalho de socialização desenvolvido com as cooperativas populares. O uso de técnicas de produção de identificação, como as dinâmicas de grupo, os grupos operativos e as atividades interativas, permite intensificar a carga afetiva necessária ao processo de socialização.

Quando solicitado ao indivíduo a interiorização de uma realidade totalmente diferente de seu mundo habitual, exige-se do agente socializador um esforço maior, conforme dispensado na socialização primária, fazendo com que todos os elementos do processo sejam carregados de “significação”.

Como os princípios da economia solidária não coincidem com os valores percorridos pelo mercado capitalista, cujo aumento da produtividade com vistas à lucratividade é um dos objetivos mais importantes, compreende-se que o trabalho desenvolvido pelas ITCs requer maior precisão e esforço por parte dos agentes socializadores, pois contraria a forma de produção predominante em nossa sociedade. Para a internalização da nova realidade objetiva, com a finalidade de transformação do mundo subjetivo, faz-se necessário que haja identificação entre os indivíduos e os agentes socializadores. Isso é possível com a intensificação da carga afetiva que atravessa as relações estabelecidas em torno de um objetivo em comum.

As relações estabelecidas entre os integrantes do grupo também devem abrir espaço à identificação e a um grau de emoção capaz de facilitar a internalização do conteúdo aplicado no processo de socialização secundária.

Observa-se, nos grupos de associados desincubados que fizeram parte desta pesquisa, que a união inicial dos integrantes deu-se voluntariamente, movida por elementos de identificação e laços afetivos expressos na afinidade e nos pontos em comum na história individual contada nas entrevistas. Ou seja,

fatores que facilitam o processo de socialização foram captados nos grupos pesquisados, o que não é suficiente para concluir que a socialização tenha ocorrido de forma plena e desejada, pois outras variáveis também contam.

Os valores solidariedade, cooperação, autonomia e participação fazem parte dos princípios da economia solidária e, portanto, necessários de serem socializados no processo de incubação promovido pelas ITCs. Dessa forma, com base nas definições de cada um desses valores, foram elaboradas categorias teóricas para análise dos relatos colhidos nas entrevistas semiestruturadas realizadas com dois grupos de associados que participaram desta pesquisa, com a finalidade de avaliar a ocorrência ou não de assimilação e apropriação desses conceitos após o período de incubação. Essas categorias são as seguintes:

- solidariedade: justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras;
- cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária;
- participação: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da

direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação;

- aprendizado: condição construída na relação dos cooperados com as ITCPs durante o processo de incubação, com a finalidade de promover a socialização dos princípios da economia solidária e do cooperativismo.

## **4 VÍNCULOS SOCIAIS NO ÂMBITO DAS COOPERATIVAS POPULARES**

A análise das características dos vínculos sociais presentes nas relações de trabalho constituídas no âmbito das cooperativas populares integra um dos objetivos do presente estudo, uma vez que possibilita o entendimento de aspectos correspondentes à subjetividade dos associados, após o período de incubação propiciado pelas ITCPs, no sentido de se apropriarem dos valores da economia solidária.

Levando-se em conta que as incubadoras tecnológicas têm o propósito de socializar os membros de uma cooperativa aos princípios da economia solidária, neste capítulo torna-se crucial para a elucidação dos elementos correspondentes à subjetividade dos associados.

Sabe-se, conforme descrito no capítulo anterior, que o processo de incubação feito pelas ITCPs desenvolve a socialização secundária, uma vez que a primária ocorre na infância, desde que o indivíduo nasce e é inserido na cadeia de significações atribuída pelos pais e/ou educadores. Ou seja, o indivíduo já possui uma realidade objetiva internalizada que guia seus comportamentos e ações e constitui seu mundo subjetivo.

Assim, espera-se que os vínculos sociais constituídos nas relações de trabalho desenvolvidas no âmbito das cooperativas populares, após o período de incubação, reflitam os conteúdos transmitidos pelas ITCPs no período destinado à incubação. Para tanto, alguns elementos culturais, sociais e individuais necessitam ser levados em consideração no processo de incubação, aqui denominado de socialização secundária.

#### **4.1 A constituição e a manutenção dos vínculos sociais nas organizações humanas**

A compreensão do homem como um ser social remonta ao passado e à história de toda a civilização. Filósofos, cientistas e estudiosos do comportamento são unânimes ao afirmarem que a natureza humana é, por excelência, social. O processo de humanização não se dá de forma isolada, mas acontece no espaço plural, na relação estabelecida entre seres falantes, inseridos numa rede de significações composta por sinais, ritos, signos e rituais e partilhada entre os seres pertencentes a uma comunidade, a um grupo ou reunidos em torno de qualquer motivo que os faça formar aliança e atuar sobre uma causa comum. A sociabilidade é inerente à condição humana e acompanha o início da civilização. (Arendt, 2001).

O ser humano é gregário por natureza e somente existe, ou subsiste, em função de seus inter-relacionamentos grupais. Sempre, desde o nascimento, o indivíduo participa de diferentes grupos, uma constante dialética entre a busca de sua identidade individual e a necessidade de uma identidade grupal e social. (Zimmerman, 1997, p. 26).

Zimmerman (1997) ressalta que o social e o individual não existem separadamente, mas estão ligados numa relação de complementaridade que possibilita afirmar que todo indivíduo é um grupo, embora cada qual conserve suas identidades próprias. Ou seja, o fato de o grupo constituir uma entidade com uma identidade grupal própria não exime seus integrantes de manterem suas identidades individuais. Compreende-se o grupo não como um somatório de indivíduos, mas uma entidade com características específicas e identificatórias próprias ao arranjo coletivo.

Em 1913, Freud ao escrever o mito de Totem e Tabu, estudou a origem da civilização e analisou seus elementos constituintes, buscando compreender

como os povos primitivos ocidentais se organizaram coletivamente, de modo a responderem às necessidades de autopreservação e manutenção da vida social. Para tanto, trabalhou com uma tribo absolutamente arcaica, classificada pelos antropólogos como os povos mais atrasados e miseráveis do ocidente - os aborígenes da Austrália.

Entre os australianos, o lugar das instituições religiosas e sociais que eles não têm é ocupado pelo sistema de totemismo. As tribos australianas subdividem-se em grupos menores, ou clãs, cada um dos quais é denominado segundo o seu totem. (Freud, 1996d, p. 22).

O totem era o símbolo sagrado – amado e temido, de cada clã. Era tratado como objeto sacralizado, imbuído de poder e simbolismo. Podia ser representado por um animal, um vegetal ou um fenômeno natural, que tivesse relação peculiar com determinado clã. Aquele que, porventura contrariasse as suas determinações, era punido de acordo com um código moral que previa tais penalidades.

O autor analisou a constituição do vínculo social nessas comunidades arcaicas numa perspectiva psicológica, guiada pela lógica da restrição sexual estabelecida pelo tabu ao incesto, que não permitia que pessoas de um mesmo clã mantivessem relações sexuais. O totem era o símbolo de proibição ao incesto que possibilitou a esses povos se organizarem coletivamente, sustentados em normas, leis e códigos de conduta. Transgredir o tabu, contrariando as exigências impostas pelo totem, era considerado um crime passível de severas punições.

A lei do incesto, apresentada no mito de Totem e Tabu para ilustrar o desenvolvimento das neuroses, foi relacionada por Freud ao funcionamento das instituições culturais, regidas por códigos morais, mitos e ritos de passagem que

constituem a subjetividade dos indivíduos e contribuem para a organização da coletividade.

A origem do vínculo social, estudado em Totem e Tabu, foi de natureza sexual, mas atendeu a fins civilizatórios, pois permitiu aos povos selvagens a sublimação dos instintos sexuais, transformando-os em necessidades sociais partilhadas entre os povos na evolução da civilização.

No âmbito psicanalítico, que estuda o indivíduo com base no desenvolvimento de sua sexualidade, não concebendo a hipótese de ação humana desvinculada do conteúdo sexual, as ideias de Freud apresentadas em Totem e Tabu podem ser empregadas na compreensão da formação dos grupos sociais na atualidade. Óbvio ressaltar que o mito é uma linguagem simbólica para retratar acontecimentos da realidade. No caso da análise empreendida neste estudo sobre os tipos de vínculos sociais estabelecidos entre os associados após o processo de socialização feito pelas ITCPs, cabe identificar os símbolos, os ritos e os elementos identificatórios responsáveis pela formação e a manutenção desses grupos e que constituem a subjetividade dos indivíduos associados.

Sabe-se que o fundamento primordial da economia solidária é o desenvolvimento de uma atividade laboral que, para além da manutenção econômica da vida, propicie aos indivíduos a oportunidade de troca social por meio da convivência sustentada em laços de solidariedade e reciprocidade. Numa linguagem psicanalítica, significa reconhecer que as relações humanas solidárias não se sustentam somente em bases econômicas e utilitaristas, mas são marcadas por investimentos libidinais que, psiquicamente, asseguram aos envolvidos sentimentos de segurança, proteção e senso de pertencimento.

Na antropologia, outros autores estudaram a organização das sociedades arcaicas e descobriram elementos culturais que compunham a subjetividade dos indivíduos e asseguravam a manutenção dos grupos. Mauss (1974) foi um dos antropólogos que buscaram compreender os fundamentos da vida coletiva com

base na organização das sociedades arcaicas, desenvolvendo a Teoria da Dádiva. Esta teoria explica o sistema de trocas efetuado pelas sociedades arcaicas, evidenciado no comportamento de dar, receber e retribuir qualquer coisa ou mercadoria, fazendo movimentar a “alma” das pessoas, independente do valor monetário atribuído ao objeto doado. Nesse caso, o “presente” ofertado devia ser, automaticamente, retribuído.

Mauss (1974) constatou que essas relações de troca, embora voluntárias, assumiam o caráter contratual, sendo, portanto, obrigatórias e incidindo em guerra privada ou pública, caso não acontecessem. Eram denominadas “Sistema de Prestações Totais” as instituições que praticavam esse tipo de troca. Segundo o mesmo autor, denomina-se Potlatch à forma de prestações totais das tribos americanas. Potlatch quer dizer “alimentar”, “consumir” e pode ser chamado também de “prestações totais de tipo agonístico”. Não se trata da simples troca de bens economicamente úteis, mas de tudo que pertence à vida humana.

Prosseguindo, Mauss (1974), ao estudar o direito e a religião *maori*, revela que o espírito da coisa dada, nas relações de troca entre eles, significa que o presente recebido e trocado cria uma obrigação porque a coisa recebida não é inerte. Ou seja, mesmo o presente sendo dado, ele ainda permanece fazendo parte do doador. E não persegue só o primeiro doador, mas a todo indivíduo ao qual o *taonga* (presente) foi transmitido. A circulação da riqueza e dos donativos é obrigatória: “no direito maori, o vínculo de direito, vínculo pelas coisas, é um vínculo de almas, pois a própria coisa tem uma alma, é alma”. (Mauss, 1974, p. 56). No sistema de organização social dos *maori*, a recusa de dar ou receber equivale a declarar guerra, significa recusa da aliança e comunhão.

Tal modelo de funcionamento, constatado por Mauss, garantia a união solidária dos membros de uma comunidade, evitando o acúmulo de bens e o predomínio da lógica utilitarista nas relações sociais.

O autor descreveu, ainda, as regras de generosidade empregadas nessas comunidades, focalizando o aspecto moral da relação estabelecida, em que misturam-se sentimentos e pessoas. Ele analisou os preceitos da dádiva nas sociedades ditas “arcaicas” e os comparou com os aspectos correspondentes na sociedade ocidental, constatando que, em situações especiais, os povos do ocidente estabelecem as trocas como forma de presentear uns aos outros, embora a reciprocidade observada na retribuição nem sempre seja manifestada.

As conclusões apresentadas por Mauss (1974) são as de que o sistema de dar, receber e retribuir tem a finalidade de garantir a manutenção dos vínculos sociais por meio da reciprocidade. E assumir essa condição é reconhecer a generosidade nas relações sociais e a necessidade que se tem um do outro. Tal sistema não responde a uma lógica utilitarista, ao contrário, implica no reconhecimento de elementos culturais que se sobrepõem às necessidades puramente econômicas.

O sistema de dádiva torna as relações mais solidárias e igualitárias, pois permite a contribuição de todos, na medida do que cada um pode dar; não estabelece hierarquia de valor para as doações, apenas define que se retribua; impede o acúmulo de riqueza, fazendo-a movimentar-se na mão de todos; não separa o “objeto” de troca do sujeito, por considerar como sendo a presentificação de seu espírito e não distingue valor para cada objeto e nem hierarquia para o donatário. Todos podem ganhar, todos devem retribuir.

Os vínculos sociais estabelecidos nas sociedades modernas, quando sustentados na racionalidade instrumental ou no utilitarismo, encerram o princípio da dádiva entre dar e receber. Eles agem com base no valor atribuído à moeda de troca e permitem o acúmulo de riqueza e a hierarquia das relações. Nesse caso, a guerra se dá pela explosão das diferenças sociais expostas por meio dos mecanismos de exclusão daqueles que não têm um bem de valor econômico a trocar.

Os novos arranjos organizacionais instituídos para dar conta desse contingente de excluídos, cuja lógica é a solidariedade e reciprocidade, pode encontrar no sistema de dádiva uma resposta viável à sua execução. Nesse sentido, as cooperativas populares mostram-se como um lócus privilegiado para a constituição de vínculos sociais baseados no sistema de dádiva.

Numa análise mais recente sobre a formação e a manutenção dos vínculos sociais nas organizações, Enriquez (1997) considera três momentos diferentes na história das organizações empresariais que influenciam o modo de atuação das pessoas e, conseqüentemente, os vínculos sociais constituídos em cada um desses momentos. Assim, esse autor interpreta o primeiro momento como sendo das organizações guiadas pela lógica da racionalidade, voltadas para a produção de bens e cedendo pouco espaço para a imprevisibilidade.

A organização é, nessa ótica, comparável a uma máquina cujas diversas engrenagens (técnicas e humanas) são perfeitamente substituíveis e que deve funcionar, graças a uma estrutura de previsão e de manutenção, com o mínimo de custos técnicos e sociais. (Enriquez, 1997, p. 9).

Em seguida, com a influência da psicossociologia, o político e o afetivo passaram a ter relevância na organização, que manifestou interesse em compreender os tipos de conflitos humanos, as questões de decisão, participação, poder e controle das atividades.

Mais adiante, caracterizando o terceiro momento, surge a abordagem que trata a organização como um sistema social, cultural, simbólico e imaginário. A organização passa a ser tratada como [...] um lugar onde se entrecruzam fantasmas, desejos individuais e coletivos, os mais subterrâneos como os mais operantes, e projetos voluntaristas (Enriquez, 1997, p. 9).

Numa perspectiva psicanalítica freudiana e considerando a organização como um sistema de valores e normas, cujos ritos de passagem e iniciação

marcam seu sistema simbólico, guiados pelo imaginário organizacional, Enriquez (1997) analisa os sete níveis ou instâncias que, ele acredita, regem a organização: a instância mítica, a sócio-histórica, a institucional, a organizacional, a grupal, a individual e a pulsional. Para este autor, todo fenômeno social será sempre composto dessas sete instâncias, embora algumas possam parecer mais evidentes que outras. As estruturas de funcionamento da organização é o resultado de combinações variadas dessas instâncias responsáveis pela formação do vínculo social organizado. Todas são importantes para que um vínculo social estabilizado seja formado e compreendido.

A instância mítica trata do papel dos mitos na formação e na manutenção dos grupos. Os mitos são responsáveis pela comunicação afetiva e pelo sistema conceitual dos membros pertencentes a um determinado grupo e estão relacionados à origem das coisas, legitimando o começo da existência por meio de um texto sem autor e sem data, mas com força inauguradora de um fato, colocando-se no nível da meta-história. O nível mítico aloja aspectos positivos e negativos, que podem ser analisados da seguinte forma:

Existir no mito significa então aceitar viver no mundo da comunidade, partilhar os fantasmas, confrontar-se com os representantes das pulsões. O mito permite então a cada um se aceitar como indivíduo pulsional e indivíduo social. Sem o mito, nenhuma civilização, nenhum indivíduo poderia sobreviver. Mas, ao mesmo tempo, viver no mito é se refugiar no calor da comunidade, da ilusão comunicada, da idealização mistificadora, da alienação consentida. A mudança, a inovação, a ruptura são impensáveis, salvo se novos mitos substituíssem os antigos: mitos contra mitos. Assim, se resumiria a história da humanidade (Enriquez, 1997, p.50).

A instância social-histórica fundamenta-se no elemento ideológico da organização e caracteriza os grupos que, além de colhidos no processo histórico de evolução e desenvolvimento, estão reunidos em torno do desejo de

construírem seu próprio desenvolvimento, não delegando a uma instância mítica a tarefa de garantir seus ideais. Dessa forma, o ideal deve funcionar como uma religião científica, produzindo um sonho coletivo que mantenha os indivíduos reunidos em torno de um discurso ideológico que não deixe espaço para a falta, dando a ilusão de um estado não-conflitual da psique. “A ideologia tem, portanto, a vocação de completar o mito quando este se mostra enfraquecido ou se exponha à crítica ou ao escárnio.” (Enriquez, 1997, p. 70).

Na instância institucional surgem os elementos de poder, tais como as normas, regras, leis, etc., que se inscrevem de forma implícita ou explícita no sistema cultural, simbólico e imaginário das pessoas. A instituição tem a função de controlar os conflitos, de modo a garantir o equilíbrio e o consentimento social. Para tanto, utiliza de um poder totalitário que dita as ordens e tenta exercer o controle sobre as subjetividades. É criada por ideologias e, por outro lado, cria outras ideologias.

A instituição é, portanto, a cristalização de um movimento instituinte (social, histórico), que não quer se reconhecer pelo que ela é; o produto de uma história. Ela só se concebe como produto da natureza das coisas. É por isso que no nível institucional se expressará da maneira mais direta o problema da lei e da proibição, do amor e da agressividade, do desejo e da perversão. (Enriquez, 1997, p.80).

A instância organizacional caracteriza as organizações produzidas pelas instituições. Ou seja, é o lugar em que os elementos instituintes ganham status de tecnologia, divisão do trabalho, técnicas e estratégias de manutenção da máquina humana em perfeito estado de funcionamento. Os fenômenos organizacionais aparecem de forma proliferante e tendem a fazer desaparecer as outras instâncias de análise das organizações.

Assim sendo, as organizações são o lugar privilegiado da ‘compulsão à repetição’ (uma das formas da pulsão de morte, verossimilmente a mais operante que se exprime pela conformidade e a ritualização) e da manifestação de condutas perversas de tipo sadomasoquista, que são as únicas a serem adequadas a um mundo criado para funcionar segundo um modelo determinado e não segundo um processo vivo. (Enriquez, 1997, p. 87).

A instância grupal possui caráter ambíguo, uma vez que nem todo aglomerado de pessoas constitui, essencialmente, um grupo. A análise empreendida por Enriquez (1997) leva em conta o grupo que se forma em torno de um projeto em comum, sendo os participantes analistas e atores de sua ação. Não se trata do grupo primário constituído pela família, embora se reconheça que os elementos afetivos e identificatórios comuns ao grupo primário também apareçam nos grupos secundários.

Para Enriquez (1997), o grupo se forma em torno de uma tarefa ou uma ação a ser executada. A idealização, a ilusão e a crença permitem a construção de um projeto comum. “Para que um grupo se cristalice e se atribua os meios de ação, é necessário que se refira a um grande plano que o assegure de seu poder.” (Enriquez, 1997, p. 93). Não importa a natureza da causa, o fundamental é que ela exista para ser defendida. Alguns grupos podem ceder à tentação da paranoia e se denominarem “os melhores” ou se recolherem nos ideais comunitários. Na lógica dos grupos, importa saber que:

[...] o que está em questão é a possibilidade de um mundo ao mesmo tempo coeso e caloroso, igualitário, que funcione conscientemente, que não se deseje falacioso e que se transforme dentro de seu ritmo próprio. (Enriquez, 1997, p. 104).

Dentro das organizações, nem sempre há o interesse de que os grupos conquistem sua autonomia, uma vez que isso pode desencadear questionamentos, transgressão de normas e formação de projetos divergentes dos

interesses organizacionais. Assim, os grupos constituem ora um lugar seguro, ora um perigo iminente.

A instância individual é a análise do indivíduo humano no movimento histórico como pessoa participante, autor de condutas significativas e em constante interação com os grupos e organizações. Significa considerar o indivíduo sob a perspectiva da heteronomia e da autonomia, concluindo que o indivíduo humano é heterônimo parcialmente e que a autonomia é um projeto em aberto, um processo sem fim e uma conquista diária. Trata-se de considerar o indivíduo senhor de seus atos e potencialmente equipado para realizar transformações dentro do contexto em que vive. É o resgate da particularidade e da capacidade de mudança que cada um traz no registro de sua singularidade. É a prevenção de uma visão fatalista sobre os fenômenos sociais, retirando do indivíduo humano a autonomia de poder decidir, realizar escolhas e dar novo rumo à sua existência. Isso em contraponto com o pensamento atual das organizações:

As organizações também, mesmo aquelas que adotaram uma estrutura estratégica e portanto exigem de seus membros entusiasmo e a iniciativa, têm tendência a integrar os indivíduos heterônomos e a desconfiar dos sujeitos autônomos. O primado atual do indivíduo é o primado do indivíduo conformado, massificado, ou ainda do homem que adota uma identidade coletiva forte, que é dominado pelo narcisismo individual e pelo narcisismo grupal ou organizacional. Ele não é aquele do indivíduo, vivendo um processo de individuação (esta situando-se ao lado da constituição da pessoa e se opondo pois à individualização). (Enriquez, 1997, p. 122).

A instância pulsional, que perpassa as demais instâncias, é caracterizada pela pulsão de vida e pulsão de morte, conceitos freudianos para designar a carga energética que impulsiona as ações, levando à consecução de um objetivo determinado. As pulsões não são apreensíveis e claramente identificadas, mas

conseguimos localizar seus efeitos e representantes psíquicos. Freud distingue pulsão de vida e pulsão de morte:

A pulsão de vida (Eros) é definida por Freud como o que permite o estabelecimento de ‘unidades sempre maiores’, como um princípio de ligação, como aquilo que favoreça o amor ou a amizade entre os seres na realização de um projeto comum suscetível de os arrancar de uma relação de egoísmo a dois ou a diversos. (Enriquez, 1997, p. 124).

A pulsão de morte foi definida por Freud como uma compulsão à repetição, à tentativa de retorno ao estágio inorgânico da vida. De acordo com Enriquez (1997), é mais adequado estudar as organizações pela instância da pulsão de morte, embora elas queiram demonstrar que é a pulsão de vida que rege suas ações. Mecanismos de recalque, negação e exclusão estão presentes nas organizações, que negam sua mortalidade e falibilidade e, conseqüentemente, a realidade. Esse é o aspecto negativo da pulsão de morte. Por outro lado, ela traz alguns componentes positivos, no momento em que obriga a organização a aceitar a temporalidade e a estimular respostas inventivas no indivíduo, fazendo com que cada um deixe sua marca no mundo. O reconhecimento da possibilidade da morte e de perda desperta novos caminhos e motivos para a inovação e renovação. Assim, “[...] a morte favorece então a desestruturação-reestruturação, a auto-organização, a abertura do sistema. Ela favorece o nascimento de novas representações e de um outro universo simbólico.” (Enriquez, 1997, p. 131). Para que a pulsão de morte atinja seu aspecto positivo, é necessário que as organizações tomem consciência de seus efeitos.

O conhecimento das instâncias que regem as organizações ajuda a compreender a natureza dos vínculos sociais que mais se destacam no empreendimento solidário, possibilitando o entendimento dos elementos que compõem a subjetividade dos associados. Conforme assinalado por Enriquez

(1997), toda organização, seja ela mercantil ou solidária, comporta características inerentes a cada uma das sete instâncias. Dessa forma, os comportamentos dos indivíduos que operam nas organizações refletem a influência dos diversos aspectos relacionados a cada uma das instâncias analisadas. O que definirá o predomínio de uma ou outra instância são os objetivos da organização, seu sistema de valor e sua lógica de funcionamento.

No funcionamento das cooperativas populares, bem como nos empreendimentos solidários, de modo geral, as instâncias pulsional, individual, sócio-histórica e grupal destacam-se sobre as demais. Percebe-se que os tipos de vínculos sociais estabelecidos na formação e na manutenção dos grupos recebem influência do aparato cultural ao qual estão inseridos e podem ser avaliados por diversos prismas, seja psicológico, antropológico, organizacional, etc. Importa assinalar que, independente do campo de análise apreendido, as características encontradas no modo de vinculação das pessoas são expressas em suas subjetividades e são tratadas como elementos de identificação que ajudam a manter o grupo unido e coeso.

#### **4.2 Mecanismos de identificação nas relações grupais**

A identificação é um mecanismo psicológico que cria condições para o agrupamento de indivíduos em torno de um objetivo comum. Há variáveis internas e externas ao indivíduo que facilitam o desencadeamento da identificação, entre elas os fatores econômicos, sociais, culturais e motivacionais. A afetividade é um fator que facilita a identificação, uma vez que se situa no campo das emoções. A socialização, processo inerente à vida social, depende dos mecanismos de identificação para facilitar a consecução de seu objetivo.

Segundo Enriquez (1983), a identificação é um mecanismo importante não somente para compreender a vida dos grupos, como também o

funcionamento do psiquismo, uma vez que esse mecanismo expressa a existência de um laço emocional com outra pessoa. Com base na leitura de Freud, esse autor afirma ainda que “[...] as formações coletivas só são compreendidas se associadas ao mecanismo de identificação e, em particular, a certas formas de identificação primitivas.” (Enriquez, 1983, p. 66).

Freud, em 1930, ao referir-se ao homem civilizado e ao papel da identificação na vida grupal, afirma que o propósito maior da humanidade é a conquista da felicidade – motivo que o leva a desenvolver atividades que possibilitem a realização desse desejo. Tornar-se membro de uma comunidade e, apoiado por técnica orientada pela ciência, enfrentar a natureza e sujeitá-la à sua vontade pode ser um caminho viável para atingir a felicidade. Em outras palavras, substituir a vontade do indivíduo pela vontade da comunidade é um passo importante para a civilização e se faz por meio da justiça, de uma lei que garanta esse imperativo moral: a vida humana em comum só se torna possível quando se reúne uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado e que permanece unida contra todos os indivíduos isolados. (Freud, 1996b, p. 101).

Nesse sentido, o homem descobriu no trabalho uma possibilidade de união entre as pessoas, formando grupos com o objetivo final de atingir a felicidade. Descobriu no outro um valor de companheiro com anseios bem parecidos. A realização do trabalho tornou-se, então, um dos pilares de sustentação da civilização e da vida comunal. Outro pilar identificado por Freud foi o amor, que levou o homem a introjetar a lei imposta pelo tabu do incesto, explicada em Totem e Tabu. Em síntese, Amor e Trabalho foram analisados, por Freud, como os pilares da civilização erguidos sob bases emocionais e, portanto, passíveis de identificação entre os membros. (Freud, 1996b; 1996d).

O trabalho, como ação coletiva que atende, por excelência, a um fim social, depende de algumas condições para que se realize. Em 1921, Freud, assim escreveu:

Antes que os membros de uma multidão ocasional de pessoas possam constituir algo semelhante a um grupo no sentido psicológico, uma condição tem de ser satisfeita: esses indivíduos devem ter algo em comum uns com os outros, um interesse comum num objeto, uma inclinação emocional semelhante numa situação ou noutra e (conseqüentemente, gostaria eu de interpolar) certo grau de influência recíproca. (Freud, 1996c, p.95).

Os laços emocionais constituem a essência da mente grupal, possibilitando o engajamento dos indivíduos em atividades coletivas, levando-os a abandonarem o distintivo individual e a aceitarem a influência dos outros membros e no “[...] desenvolvimento da humanidade como um todo, do mesmo modo que nos indivíduos, só o amor atua como fator civilizador, no sentido de ocasionar a modificação do egoísmo em altruísmo.” (Freud, 1996c, p. 114).

A focalização de pensamentos e sentimentos numa direção comum, a predominância do lado afetivo da mente e da vida psíquica inconsciente e a tendência à execução imediata das intenções tão logo ocorram, correspondem a algumas das características subjetivas dos grupos humanos e podem ser entendidos a partir da identificação. (Freud, 1996c).

Para Freud (1996c), o sujeito é um composto de práticas identificatórias e a identificação um mecanismo que auxilia os indivíduos a se manterem agrupados e empenhados em atividades destinadas a um fim comum, sendo os laços emocionais os principais responsáveis por esse processo.

Enriquez (1991) faz uma análise da origem do vínculo social e os riscos correntes com o desenvolvimento da civilização moderna. Seguindo a perspectiva freudiana, afirma que nenhuma organização trabalhista poderia durar, se não houvesse outra coisa além do trabalho para manter o grupo unido. Dessa forma, assinala que o amor atua como o fator civilizador e a identificação como processo esclarecedor da formação e da manutenção dos grupos: “a

identificação acontece entre seres semelhantes, numa situação de igualdade. (Enriquez, 1991, p. 72).

Para explicar melhor o mecanismo de identificação, Enriquez (1991) faz uma releitura de Freud, apropriando-se dos conceitos de ego e ideal do ego. Assim, descreve que aquilo que o homem projeta como ideal é o substituto de seu ego narcisista abandonado no curso da infância e transformado em objeto investido de libido, sendo possível estabelecer com ele laços de reciprocidade. O ideal do ego, por sua vez, é a idealização do objeto, sendo este subtraído de toda crítica e colocado no lugar do ideal, tornando-se cada vez mais sublime e irreal. A identificação, derivada do amor pelo chefe idealizado, leva às condutas simples, previsíveis e padronizadas por parte dos indivíduos. O chefe assume o lugar de ideal do ego e, na sua falta, “ele pode ser representado de maneira legítima pela mensagem que um dia pronunciou e que é a garantia da existência do grupo tal como ele desejou criá-lo”. (Enriquez, 1991, p.73).

Dessa forma, o chefe ou líder é substituído por elementos ideológicos, a partir da invenção de um objeto transcendente que guie a vida dos grupos e favoreça o mecanismo de identificação.

Toda ideologia é, então, criadora de um novo espaço imaginário que vai suscitar alguns projetos e desencorajar outros, que vai instituir valores, normas de comportamento, orientações que fazem retornar ao limbo as leis antigas, de uma época impura e definitivamente passada. A ideologia permite a “tabula rasa”, o recomeço do mundo e um futuro mais radioso que elimina do campo da consciência dos participantes do grupo qualquer lembrança dos momentos felizes e fecundos que eles viveram sob a égide de uma outra ideologia, e promete o impossível para todos, imediatamente ou num prazo extremamente curto. (Enriquez, 1991, p.74-75).

Sobre o papel do líder na constituição e na manutenção dos grupos, Arendt (2001) analisa historicamente o conceito de *vida activa*, com vistas a

entender a ordem política das coisas. Assim, encontra distinção entre a condição humana da ação e da fabricação<sup>7</sup>, assinalando que a substituição da primeira pela segunda pode ser compreendida como tentativas de evitar a política, uma vez que pode garantir a estabilidade e a segurança do grupo. Dessa forma, concebe seu entendimento sobre o papel do líder ou chefe, denominado pela autora como o governante.

O que caracteriza todas essas modalidades de evasão é o conceito de governo, isto é, a noção de que os homens só podem viver juntos, de maneira legítima e política, quando alguns têm o direito de comandar e os demais são forçados a obedecer. (Arendt, 2001, p. 234).

Nesse sentido, a ação, inicialmente empregada por Arendt (2001) para designar o espaço do discurso e da pluralidade, tem sua origem em Platão, compreendida por ele de dois modos diferentes: a ação do “começar” e a ação do “realizar” - demonstrando o afastamento da definição tradicional, bem como demarcando a fuga para o sistema de governo. Assim, era atribuição do governante iniciar e dos governados executar as tarefas delegadas, sendo que aquele que delega não age, enquanto quem executa não necessita de envolvimento com o empreendimento, nem com seus próprios objetivos e motivações, basta realizar a tarefa delegada. Essa é a justificativa dada pela filosofia política para a existência do governo na organização dos grupos humanos.

As estratégias de controle e dominação que envolvem a produção de subjetividade são muito íntimas de cisão entre pensar e agir, não só pelo seu caráter cognitivo, que implica quase uma mecanização dos modos de agir humanos, mas pelos valores éticos e morais a eles associados. Neste sentido, percebe-se que as estratégias de cisão entre pensar e agir somente fazem sentido se impregnadas da ideia de que

---

<sup>7</sup> Ler Arendt, Hannah. A condição Humana. Trad. Roberto Raposo. 10ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

somente alguns privilegiados são capazes de pensar, enquanto outros somente são capazes de executar. (Tittoni, 2004, p. 4).

Nas cooperativas populares não há a presença de um líder ou chefe para comandar as atividades, pois todos trabalham no regime de cooperação, sustentados nos princípios de igualdade e equidade. Porém, ocorre a identificação por meio dos elementos ideológicos que fundamentam a economia solidária e o cooperativismo e guiam o comportamento e a conduta dos associados. Os valores de solidariedade, cooperação, participação e reciprocidade compõem a ideologia das cooperativas populares e aparecem no discurso dos associados como elementos identificatórios que favorecem o estreitamento de laços sociais e, conseqüentemente, a manutenção dos grupos. Há uma crença mútua na cooperação e nos desafios de superar as adversidades impostas pelo sistema capitalista.

Além dos princípios da economia solidária e do cooperativismo socializados no período de incubação, tornando-se elementos identificatórios ao grupo, constatam-se, na história de vida dos associados, colhida nas entrevistas, semelhanças no percurso de vida, caracterizadas nos anseios, necessidades, expectativas, enfim, na expressão de suas subjetividades. A faixa etária, a condição sócio-econômica, o nível de escolaridade, o gênero e o histórico profissional são algumas das variáveis que facilitam a identificação e a proximidade dos indivíduos no âmbito de determinado grupo. Sabe-se que a cultura, por meio de seu sistema de valores, crenças e símbolos, pode ser tratada como um forte elemento de identificação, pois favorece a comunicação e o entendimento entre as pessoas. Dessa forma, o conhecimento das características culturais de uma determinada sociedade ajuda a compreender o comportamento dos indivíduos e suas subjetividades expressas na relação com o outro por meio da união grupal. Singer & Souza (2000) observaram, em suas pesquisas, que há

muita solidariedade entre os mais pobres, mas esta solidariedade se limita àqueles com quem a pessoa pobre se identifica. Como a cultura é um fator de aproximação entre as pessoas, busca-se compreender os fatores culturais que influenciam o funcionamento dos indivíduos no âmbito das cooperativas populares.

### **4.3 Subjetividade e cultura no Brasil**

Em 1927, Freud, ao escrever o “Futuro de uma ilusão”, não distinguiu cultura de civilização e assim definiu-a:

Por um lado, inclui todo o conhecimento e capacidade que o homem adquiriu com o fim de controlar as forças da natureza e extrair a riqueza desta para a satisfação das necessidades humanas; por outro, inclui todos os regulamentos necessários para ajustar as relações dos homens uns com os outros e, especialmente, a distribuição da riqueza disponível. (Freud, 1996a, p. 16).

Esses regulamentos de ajustamento das relações dos homens uns com os outros são formados por símbolos, crenças e ritos de passagem compartilhados e que compõem a subjetividade dos mesmos, distinguindo uma cultura da outra.

A subjetividade está relacionada com as particularidades, com o mundo interno do sujeito e com as características que lhe atribuem identidade; constitui-se a partir da relação que construímos com o outro, sendo, portanto, de natureza social; representa o modo particular de interpretar o mundo e se apresenta nas ações, atitudes e comportamentos.

À medida que a civilização progride, novos modos de subjetivar a vida vão surgindo e se destacando entre as pessoas pertencentes a uma mesma cultura. Podem-se identificar, na história das sociedades ocidentais, dois períodos marcantes que influenciaram o modo de pensar e se comportar das pessoas. Trata-se da sociedade tradicional, caracterizada por princípios holísticos

e da sociedade pertencente ao período iluminista e caracterizada pelo individualismo, ou seja, holismo e individualismo como marcas que definem momentos distintos da evolução do homem na sociedade. (Figueiredo, 1995).

Nas sociedades holísticas, predomina uma visão de mundo totalizante e relacional. Nela, os indivíduos assumem identidades posicionais que variam de acordo com a posição ocupada no quadro hierarquizado e estratificado da sociedade. Ou seja, a identidade pessoal se constrói a partir dos espaços sociais, sendo demarcada pela diferença. Nas sociedades individualistas, os indivíduos são apresentados como seres sociais, unidades empíricas, independentes e autônomos. A universalidade do homem, representada nos princípios de individualidade, igualdade e liberdade constitui o ideário do individualismo . (Figueiredo, 1995).

O povo brasileiro, herdeiro da cultura ocidental, tem a marca dessas duas trajetórias históricas que apresentam características distintas, mas, ao mesmo tempo, complementares. A ideia de proximidade entre holismo e individualismo implica considerá-las como traços identificatórios da cultura brasileira, presentes nas subjetividades (valores, crenças, atitudes) e no modo de enlaçamento social instituído.

Tomando por base essas duas concepções de sociedade, Matta (1979) propõe que, no Brasil, essas duas características compõem as subjetividades do povo brasileiro. Modos de vida holístico e individualista são adotados sincronicamente, um se colocando como complemento do outro, cada qual sendo utilizado de acordo com as necessidades impostas por determinada situação. O autor considera essa atitude um traço cultural marcante da sociedade brasileira, traduzida na forma encontrada pelo brasileiro de se inscrever no projeto da modernidade.

Matta (1979) ilustra seu entendimento sobre a subjetividade brasileira ao falar do carnaval no Rio de Janeiro – festa popular que expressa nitidamente

essa complementaridade paradoxal entre holismo e individualismo. No contexto do carnaval, as posições sociais são relativizadas; é uma festa que se oferece aos dois lados e possibilita múltiplos arranjos hierárquicos. Não se trata de negar a hierarquia, mas permite-se uma subversão temporária da ordem e do poder, uma recombinação passageira. Nesse sentido, o carnaval expressa os interstícios da subjetividade brasileira expressa nas atividades culturais. A expressão “Você sabe com quem está falando?”, utilizada pelo autor para caracterizar a cultura brasileira do “jeitinho”, da “patronagem” misturada a níveis diversificados de impessoalidade, auxilia na compreensão dos valores culturais que influenciam os modos de subjetivação.

A fórmula “Você sabe com quem está falando” é, assim, uma função da dimensão hierarquizadora e da patronagem que permeia nossas relações diferenciais e permite, em consequência, o estabelecimento de elos personalizados em atividades basicamente impessoais. (Matta, 1979, p. 151).

Figueiredo (1995) dispõe das categorias *pessoa*, *mero indivíduo* e *sujeito* para tratar a subjetividade e os modos de subjetivação no Brasil. Para o autor, a categoria “pessoa” responde às demandas da sociedade holista, uma vez que está subjugada ao lugar que a pessoa ocupa na sociedade; pertence a um modo de subjetivação cultural totalizante, hierárquico, pessoal e clientelista. O *mero indivíduo* corresponde ao ideário moderno de liberdade, individualidade e impessoalidade. O *sujeito*, por sua vez, representa a elevação do mero indivíduo a uma condição de regularidade, uniformidade e superação das diferenças qualitativas que definem as pessoas e toda a multiplicidade de indivíduos. (Figueiredo, 1995).

De acordo com Figueiredo (1995), o assujeitamento designa o modo de subjetivação no mundo moderno. Conduz à ideia de autonomia, autotransparência, autossubsistência e autossustentação. Porém, para se atingir

esse status de sujeito, faz-se necessária sua inscrição no universo relacional, o que implica num ritual de passagem. Dessa forma, para a transição de mero indivíduo à condição de sujeito, Figueiredo (1995) vislumbra dois caminhos: por meio da ideologia do humanismo moderno ou da vertente tecnocrática. A primeira alinha-se ao discurso da responsabilidade, autonomia e desalienação; a segunda, ao discurso do controle físico e social: “tecnologia comportamental”. Na cultura brasileira, a escolha de um ou outro caminho mostra-se como uma questão circunstancial, portanto, indefinida, por acontecer.

Na história das cooperativas populares estudadas, evidenciou-se a ocorrência de comportamentos correspondentes aos modos de subjetivação propostos por Matta (1979) e Figueiredo (1995), ou seja, ora indivíduos agindo como “pessoas”, ora como “meros indivíduos”. Porém, em todo momento, estão tentando se inscrever como sujeitos desalienados, responsáveis e autônomos, ou seja, um esforço de assujeitamento capaz de propiciar-lhes uma vida participativa na comunidade.

Embora Arendt (2001), citada no capítulo 1, tenha se mostrado pessimista em relação à condição humana na era moderna, não vislumbrando espaço para a ação e a contemplação, ficando a vida ativa restrita ao labor, observa-se, nos movimentos de economia solidária, inclusive nas cooperativas populares estudadas, um esforço, por parte dos indivíduos, para não cederem diante do aniquilamento da subjetividade imposto pelas urgências da modernidade, entre elas, o capitalismo. A tentativa é de resgate da liberdade humana perdida nos discursos capitalistas da época e a aposta que se faz é na cooperação entre os indivíduos. Cooperar é possível em projetos democráticos, cuja reciprocidade, autonomia e participação estejam na base das ações políticas cidadãs.

Freire (1998), numa perspectiva humanista, afirma que a autonomia é um atributo importante à condição de sujeito, assinalando que autonomia

implica compromisso solidário e consciência reflexiva sobre si e o outro. Significa renunciar a ética do mercado e anunciar a solidariedade como uma das formas de luta capazes de promover e instaurar a ética universal do ser humano. (Freire, 1996). “Se a vocação ontológica do homem é a de ser sujeito e não objeto, só poderá desenvolvê-la na medida em que, refletindo sobre suas condições espaços-temporais, introduz-se nelas, de maneira crítica.” (Freire, 1998, p. 61).

Sendo assim, nota-se que, entre os valores do povo brasileiro, a autonomia e a solidariedade são assumidas como princípios democráticos necessários à formação de uma sociedade coesa e de um povo emancipado. Os vínculos sociais estabelecidos nas cooperativas populares refletem tais valores expressos na subjetividade dos associados e notados no discurso dos mesmos, possibilitando uma ação solidária e participativa.

Com base na fundamentação teórica sobre subjetividade trabalhada neste capítulo, foram elaboradas algumas categorias teóricas para análise das entrevistas realizadas com os associados participantes da presente pesquisa. A seguir, definem-se as categorias analíticas nucleantes reciprocidade, identificação, pessoalidade.

- Reciprocidade: sistema de dar, receber e retribuir, com a finalidade de manter os vínculos sociais. Assumir essa condição é assumir a generosidade nas relações sociais e a necessidade que se tem um do outro. Tal sistema não responde a uma lógica utilitarista, ao contrário, implica no reconhecimento de elementos culturais que se sobrepõem às necessidades puramente econômicas.
- Identificação: é um mecanismo de ordem psicológica estudado que leva os indivíduos a se manterem agrupados e empenhados em

atividades destinadas a um fim comum. Os laços emocionais são os principais responsáveis pela identificação.

- Pessoaalidade: pertence a um modo de subjetivação cultural totalizante, hierárquico, pessoal e clientelista, que determina a qualidade de determinados vínculos sociais.

## 5 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia utilizada nesta pesquisa teve a finalidade de demarcar fidedignamente o objeto de estudo, a saber: a subjetividade dos associados de duas cooperativas populares de Minas Gerais pertencentes à Rede de ITCPs. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo, envolvendo o levantamento bibliográfico e a coleta de informações por meio de entrevistas semiestruturadas baseadas em roteiro, seguida da triangulação das informações.

O presente capítulo foi subdividido em quatro seções, tendo em vista o objetivo de explanar a estratégia metodológica adotada. Na primeira seção, tratou-se dos pressupostos metodológicos da pesquisa; na segunda, da apresentação dos critérios de seleção da amostra e caracterização dos integrantes; na terceira, da descrição do processo de coleta de informações e na quinta e última seção, da estratégia de análise e interpretação das informações.

### 5.1 Pressupostos metodológicos

A pesquisa qualitativa é uma forma de investigação em que o pesquisador tenta aproximar-se da realidade das pessoas, buscando compreender o fenômeno social no contexto em que ele ocorre. Visa obter uma compreensão ampla e profunda do comportamento e experiência humanos; do processo de construção de significados e a descrição dos mesmos. Na perspectiva qualitativa, o pesquisador realiza a observação empírica como meio de conhecer o comportamento humano como expressão concreta da condição humana. (Bogdan & Bikken, 1994).

O fundamento da investigação qualitativa aponta uma ligação dinâmica entre indivíduo e sociedade, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto de estudo, um elo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. Ao incorporar esta visão do fenômeno humano, a pesquisa qualitativa

amplia as condições de interpretação e compreensão do cotidiano e oferece meios para apreender a complexidade humana. (Minayo, 2004).

A abordagem interpretativa está associada aos estudos qualitativos e parte do pressuposto de que a ação social é aquela na qual as pessoas constroem significados sobre as mesmas. Busca compreender o que está por trás da ação, ou seja, o mundo subjetivo construído na experiência singular de cada sujeito. A interpretação não tem a finalidade de demonstrar objetivamente a realidade, mas sim construir campos de compreensão dos fenômenos sociais a partir da subjetividade expressa nos valores, crenças e linguagem.

A abordagem interpretativa do significado da ação social ocorre através da observação direta detalhada das pessoas no ambiente natural, a fim de chegar à compreensão e interpretação de como as pessoas criam e mantêm o seu mundo social. (Godói et al., 2006, p. 94).

Boeira & Vieira (2006) assinalam que o entendimento das ações humanas pressupõe a investigação da dimensão subjetiva ou autorreflexiva. As relações humanas não podem ser compreendidas apenas pela observação que se faz da dimensão objetiva. O mundo interno das pessoas, a dimensão do sentido e o significado atribuído às ações devem constituir elementos de interpretação na pesquisa qualitativa.

Nesse tipo de abordagem, tenta-se compreender o modo como as pessoas constroem e transformam a realidade. Parte-se do pressuposto de que a realidade não é estática, mas está em constante transformação, sendo a visão de mundo dinâmica e própria a cada pessoa e seu arcabouço simbólico.

De acordo com Godói et al. (2006), na pesquisa qualitativa é importante que o pesquisador esteja familiarizado com o contexto que será analisado, pois só assim poderá compreender a cadeia simbólica de ações e acontecimentos

envolvendo os sujeitos da pesquisa. Para além do fato demonstrável, o pesquisador da linha qualitativa interessa-se pelo processo que gerou o fato.

Em síntese, a pesquisa qualitativa tem as seguintes características: i) foco na interpretação em vez da quantificação: geralmente, o pesquisador qualitativo está interessado na interpretação que os próprios participantes fazem da situação estudada; ii) ênfase na subjetividade ao invés da objetividade: aceita-se que a busca de objetividade é um tanto quanto inadequada, já que o foco de interesse é justamente a perspectiva dos participantes; iii) flexibilidade no processo de conduzir a pesquisa: o pesquisador trabalha com situações complexas que não permitem a definição exata e a priori dos caminhos que a pesquisa irá seguir; iv) orientação para o processo e não para o resultado: a ênfase está no entendimento e não num objetivo pré-determinado, como na pesquisa quantitativa; v) preocupação com o contexto, no sentido de que o comportamento das pessoas e a situação ligam-se intimamente na formação da experiência e vi) reconhecimento do impacto do processo de pesquisa sobre o resultado da pesquisa: admite-se que o pesquisador exerce influência sobre a situação de pesquisa e é por ela também influenciado (Moreira, 2000).

Com base nos principais elementos que definem a pesquisa qualitativa, constata-se que o estudo da subjetividade tem sustentação na perspectiva qualitativa de investigação, ou seja, na interpretação processada a partir da relação dialógica entre pesquisador/universo pesquisado. Sendo a delimitação do objeto de estudo – a subjetividade e a análise dos tipos de vínculos sociais estabelecidos entre os associados de duas cooperativas populares, após passarem pelo processo de incubação, é de fundamental importância o conhecimento da realidade construída por todos os entrevistados envolvidos nesse novo modo de produção, que redefine sentidos e significados para o trabalho.

## 5.2 Critérios para seleção e caracterização dos integrantes da pesquisa

O universo da pesquisa foi composto por duas cooperativas populares, sendo uma de costureiras (produção), situada na cidade de São João Del Rei, MG e outra de artesãos (comércio), localizada na cidade de Barroso, MG. Ambas passaram pelo processo de incubação, que durou em torno de 30 meses, realizado pela ITCP da Universidade Federal de São João Del Rei, pertencente à região sudeste e que compõe a Rede Universitária de ITCPs.

A cooperativa de costureiras está há cinco anos e meio no mercado e tem o histórico de três anos de incubação. A cooperativa de artesãos é mais antiga, com oito anos e meio de existência e registro de dois anos de incubação.

### 5.2.1 Critérios de seleção das cooperativas populares

A escolha das cooperativas seguiu os critérios de seleção adotados pelo projeto de pesquisa “Gestão Social da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares na Geração de Trabalho e Renda”, desenvolvido pelo Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras, em Lavras, MG e financiado pela Fapemig. Pereira (2007) expõe os critérios adotados pelo referido projeto:

- **critérios de seleção das ITCPs para análise:** foram selecionadas as ITCPs que apresentaram, simultaneamente, três critérios: localizada em região de maior concentração do número de ITCPs, pioneirismo e maior número de cooperativas incubadas;
- **critérios de seleção das cooperativas incubadas:** foram priorizadas para a pesquisa qualitativa aquelas cooperativas que tinham **maior tempo de funcionamento**, porque possuem potenciais informações qualitativas; **que tenham sido incubadas** pelas ITCPs selecionadas para análise. O **tamanho da cooperativa**

deve ser levado em conta, por isso as cooperativas serão estratificadas em três grupos quanto ao número de associados (grande, médio e pequeno), que possam corresponder aos tipos de grupos “latentes”, “intermediários” e “privilegiados”, classificados pela “lógica da ação coletiva” de Olson (1999). Também se levou em conta, na escolha das cooperativas, a **localização geográfica**, pois ela constitui um fator indicativo de contexto cultural específico, sendo escolhida pelo menos uma localizada em cada uma das regiões referenciadas. (Pereira, 2007, p. 35-36).

### 5.2.2 Caracterização dos integrantes da pesquisa

Foram entrevistados treze associados no período compreendido entre os meses de junho e julho do ano de 2008, sendo oito integrantes da cooperativa A<sup>8</sup> e cinco integrantes da cooperativa B<sup>9</sup>. A participação foi voluntária, tendo o membro presidente de cada cooperativa sido contatado e convidado a colaborar com a pesquisa, reunindo os associados em local, dia e horário previamente agendados, para o início da coleta de informações por meio das entrevistas. Foram feitas três visitas às cidades correspondentes a cada cooperativa. Pelos dados da Tabela 1, confere-se o perfil sócio-demográfico dos participantes da pesquisa, composto pelas seguintes variáveis: gênero, idade, escolaridade, estado civil, número de filhos e renda familiar. Na Tabela 2, constam as atividades profissionais desempenhadas pelos entrevistados.

---

<sup>8</sup> Cooperativa de costureiras (trabalho), localizada na cidade de São João Del Rei.

<sup>9</sup> Cooperativa de artesãos (comércio), localizada na cidade de Barroso.

TABELA 1 Perfil sócio-demográfico dos participantes da pesquisa.

Entrevistados 1	Gênero 2	Idade	Escolaridade 3	Estado civil 4	Nº de filhos	Renda familiar (R\$) 5
E1	F	48	EMC	C	2	2000,00
E2	F	57	EMC	C	2	1200,00
E3	F	42	EFI	C	2	600,00
E4	F	51	EMC	C	3	1000,00
E5	F	27	EMC	S	0	400,00
E6	F	50	EFI	D	2	800,00
E7	F	43	EFI	S	0	1200,00
E8	F	42	EFC	C	3	600,00
E9	M	56	EFC	C	3	820,00
E10	F	53	EFI	C	3	3000,00
E11	F	63	EFI	C	1	1250,00
E12	F	66	EMI	C	1	600,00
E13	F	58	EMI	D	1	1000,00

**Nota 6:** E: entrevistados. **Nota 7:** M: masculino; F: feminino. **Nota 8:** EFI: ensino fundamental incompleto; EFC: ensino fundamental completo; EMI: ensino médio incompleto; EMC: ensino médio completo. **Nota 9:** C: casado(a); S: solteiro(a); D: divorciado(a). **Nota 10:** Valor em reais.

A escolha da amostra de entrevistados foi não probabilística por conveniência, significando que “os indivíduos são escolhidos simplesmente por serem mais acessíveis ou, então, por serem mais fáceis de serem avaliados.” (Alencar, 2004, p. 63). Segundo informações prestadas pelos presidentes de cada cooperativa, no período em que foram realizadas as entrevistas, a cooperativa A possuía 15 associados e a cooperativa B, 32 associados registrados, mas somente 22 atuantes. Os entrevistados informaram que o número de associados é variável, uma vez que a rotatividade é constante.

TABELA 2 Atividades profissionais desempenhadas pelos entrevistados

Entrevistados	Profissão
E1	Professora
E2	Costureira, artesã
E3	Costureira, manicure
E4	Professora
E5	Costureira
E6	Costureira, lavadeira, faxineira
E7	Arrumadeira
E8	Costureira
E9	Pedreiro e servidor público
E10	Artesã
E11	Artesã
E12	Artesã
E13	Artesã

**Nota 11:** E: entrevistados.

As entrevistas semiestruturadas foram feitas individualmente e de modo a esgotar as questões elencadas no roteiro. Não foi definido anteriormente o número de entrevistas com cada participante. O critério estabelecido para a conclusão das entrevistas foi a saturação das informações, ou seja, a verificação de repetição contínua do conteúdo, de modo a não acrescentar informações novas e relevantes.

### 5.2.3 Coleta de informações

A pesquisa foi dividida em duas etapas ocorridas em períodos concomitantes. Uma destinada à revisão bibliográfica sobre o tema pesquisado e a segunda, dirigida à coleta de informações por meio de entrevistas semiestruturadas<sup>10</sup> baseadas em roteiro. A elaboração do roteiro de entrevistas contou com auxílio do professor orientador da pesquisa e baseou-se na revisão de literatura sobre o assunto estudado.

Rosa & Arnoldi (2006) apontam as seguintes características das entrevistas semiestruturadas:

<sup>10</sup> O roteiro de entrevistas consta na seção destinada aos anexos.

[...]as questões, nesse caso, deverão ser formuladas de forma a permitir que o sujeito discorra e verbalize seus pensamentos, tendências e reflexões sobre os temas apresentados. O questionamento é mais profundo e, também, mais subjetivo, levando ambos a um relacionamento recíproco, muitas vezes, de confiabilidade. Frequentemente, elas dizem respeito a uma avaliação de crenças, sentimentos, valores, atitudes, razões e motivos acompanhados de fatos e comportamentos. Exigem que se componha um roteiro de tópicos selecionados. As questões seguem uma formulação flexível, e a seqüência e as minúcias ficam por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica que ocorre naturalmente. (Rosa & Arnoldi, 2006, p. 30-31).

Sobre o roteiro, sua finalidade é explorar melhor a entrevista, uma vez que os tópicos inicialmente abordados podem ser desdobrados em outras questões relevantes para o universo pesquisado. “O roteiro constitui uma relação de tópicos a serem cobertos durante a entrevista”. (Alencar, 2004, p. 84). Nele, as questões não são formuladas de forma rígida, portanto, o desenvolvimento da entrevista não pode ser previamente definido. Sendo assim, o entrevistador é livre para conduzir a conversa de modo a não perder oportunidades de conhecer outros aspectos do entrevistado que, embora não previstos no roteiro, são relevantes para a investigação. A utilização do roteiro exige do pesquisador conhecimento sobre a matéria pesquisada, pois, caso contrário, poderá perder as chances de explorar adequadamente o conteúdo das informações. Sugere-se que as pesquisas sejam gravadas ou assistidas por mais de um pesquisador, de modo a enriquecer as análises e discussões feitas posteriormente.

Alencar (2004) considera complexa a tarefa de análise das entrevistas baseadas em roteiro, sugerindo a seguinte seqüência para organização das informações: i) organização das informações em relatos, transcrições; ii) leitura minuciosa e exaustiva dos relatos colhidos; iii) comparação das informações obtidas, identificando pontos de congruência ou não; iv) a partir das

comparações, estabelecer dimensões, conceitos e códigos e v) construir categorias com base na tarefa anterior.

No presente estudo foram utilizados dois métodos de coleta de informações, a saber: entrevistas de profundidade e história oral. Denomina-se triangulação o uso de mais de um método de coleta de informações para um mesmo estudo. “O emprego da triangulação é a tentativa do pesquisador de aumentar a confiança dos resultados do seu estudo, tendo em vista a complexidade dos fenômenos que constituem o objeto de estudo das ciências sociais.” (Alencar, 2004, p. 98).

Os métodos escolhidos são utilizados com frequência em estudos de abordagens interpretativas e se comunicam com facilidade, uma vez que são tipos de entrevistas com características semelhantes. A entrevista de profundidade é um processo comunicativo de extração de informação por parte de um entrevistador, em que se identifica a biografia da pessoa entrevistada (Rosa & Arnoldi, 2006).

A história oral é o relato do entrevistado sobre um acontecimento do qual ele tenha participado, ou se inteirado por meio de outras pessoas, antepassados ou veículos de comunicação da época (Alencar, 2004).

A história oral é a história do tempo presente, pois implica a percepção do passado como algo que tem continuidade hoje, e cujo processo histórico não está acabado. O sentido do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. (Ichikawa & Santos, 2006, p. 182).

As perguntas interrogativas e avaliativas auxiliam o pesquisador na elaboração do roteiro de entrevista a ser utilizado na história oral dos sujeitos entrevistados. Nesse caso, o entrevistado é livre para emitir suas opiniões, manifestar suas ideias, atitudes e comportamentos. O entrevistador fica face a face com o entrevistado e a conversa parte de certos questionamentos básicos,

apoiados em teorias ou objetivos do estudo e que oferecem amplo espaço de interrogativas, resultante do diálogo com os informantes. Algumas questões orientadoras da entrevista são elaboradas a priori e complementadas à medida que vão aparecendo mais informações, sejam primárias ou secundárias, em um processo contínuo de retroalimentação. Assim, os diferentes atores sociais, individuais e coletivos, envolvidos no âmbito da pesquisa, são submetidos a várias entrevistas, com o objetivo de obter o máximo de informações e avaliar as variações das respostas em diferentes momentos (Alencar, 2004; Rosa & Arnoldi, 2006).

No presente estudo, as entrevistas foram realizadas pelo pesquisador, utilizando um gravador e auxílio de um monitor. Foram três encontros ocorridos no período compreendido entre junho e julho de 2008, totalizando, aproximadamente, 24 horas de entrevistas. Os encontros ocorreram nas próprias cooperativas e alguns procedimentos éticos foram adotados com os participantes.

Antes do início das entrevistas propriamente ditas, foi feito um contato informal com o membro presidente de cada cooperativa, para apresentação do pesquisador e da pesquisa, expondo os objetivos, a relevância social, os critérios utilizados para a seleção das referidas cooperativas e a segurança quando ao sigilo das identidades. A ideia era reunir-se com todos os associados no primeiro encontro, mas não foi possível em razão da pouca disponibilidade dos mesmos e dificuldade de acordarem um horário comum para a reunião de apresentação. Diante da realidade constatada, a primeira etapa da pesquisa (apresentação) foi transmitida aos associados pelos presidentes, em reuniões rotineiras do grupo.

Nas entrevistas individuais realizadas nas fases posteriores da pesquisa, o primeiro procedimento com os entrevistados foi o estabelecimento do *rapport*, o que propiciou um ambiente seguro e uma relação empática ensejadora de maior engajamento e interesse por parte dos mesmos. O horário e o dia das

entrevistas foram agendados de acordo com a disponibilidade do grupo, cujos membros foram revezando-se em horários distintos e compatíveis com as necessidades de cada um. O procedimento para o registro das entrevistas (gravação) foi esclarecido e nenhuma objeção constatada por parte dos participantes, que foram devidamente assegurados do sigilo das identidades, bem como do direito de serem informados sobre os resultados finais da pesquisa.

#### **5.2.4 Estratégia de análise e interpretação das informações**

A análise das informações foi feita após cada etapa do trabalho de campo, consistindo na checagem de todo material coletado, o que permitiu a orientação e a realização da próxima etapa da pesquisa, inclusive a feitura de alguns ajustes no roteiro de entrevista. Esse procedimento de análise parcial das informações (trabalho de campo-análise-trabalho de campo-análise e assim por diante) indica o caráter interativo da pesquisa qualitativa (Alencar, 2004).

Segundo Alencar (1999), a sequência de análises parciais facilita a interação da pesquisa qualitativa. Essa análise pode ser considerada parcial, em que a mesma pode auxiliar na identificação de novas situações a serem observadas, de temas a serem cobertos nas novas entrevistas, dos novos indivíduos a serem entrevistados ou, até mesmo, das fontes secundárias a serem consultadas novamente, dentre outras.

De acordo com Bardin (1991), parte dos dados brutos, como os dados secundários obtidos durante a coleta de informações, deverá ser primeiramente organizada para, posteriormente, ser analisada. Ao serem apresentados em tabelas, quadros, gráficos, figuras ou modelos, os mesmos poderão ser resumidos, colocando-se em destaque as informações fornecidas para análise.

Seguindo os passos indicados por Alencar (2004) para análise das entrevistas, a primeira providência adotada após a coleta de informações foi a transcrição dos relatos, com ajuda de um computador para a digitalização dos

mesmos. Foi elaborado um “Diário de Campo” (Cardoso, 2008), contendo a transcrição literal das entrevistas, conservando os erros gramaticais, os vícios de linguagem, as onomatopeias, etc., perfazendo um total de 95 laudas transcritas e organizadas em formato de apostila. As identidades foram omitidas, sendo atribuídos códigos às cooperativas e aos entrevistados, com a finalidade de não ferir os princípios éticos da pesquisa.

Não existe consenso entre os estudiosos sobre a transcrição literal das entrevistas, ou seja, se deve ou não transcrever com total exatidão qualquer verbalização do entrevistado, mesmo que, *a priori*, o conteúdo emitido não constitua nenhuma relevância para a investigação, como, por exemplo: erros de linguagem, sons, ruídos, risadas, etc. Existem grupos de profissionais que optam pela transcrição integral dos fenômenos linguísticos. Outros discordam da necessidade de transcrição absoluta dos relatos, argumentando que a edição das entrevistas garante mais clareza à informação repassada ao público leitor. Para Ichikawa & Santos (2006), a transcrição pode ser organizada em três etapas sucessivas: a transcrição literal, a textualização e a transcrição. A primeira etapa é a transcrição exata e absoluta de todas as manifestações do entrevistado. Na segunda etapa, suprimem-se todas as perguntas do entrevistador e estrutura-se um texto somente com as narrativas do entrevistado. A terceira etapa é a reedição da entrevista, com a construção de um texto mais elaborado e compreensível, livre de erros de linguagem e frases deslocados do contexto de investigação.

Neste estudo, optou-se pela transcrição literal dos relatos, no intuito de transformá-lo em mais uma fonte de informações sobre o perfil sócio-cultural dos entrevistados. Considerando que a subjetividade é o objeto de estudo desta pesquisa, e o social e cultural informam sobre o sujeito, a conservação absoluta das falas serviu de auxílio para entender melhor o contexto de vida dos entrevistados.

Concluídas as transcrições, passou-se para a etapa posterior, destinada à comparação das informações obtidas, identificando pontos parecidos nos relatos dos entrevistados e articulados com o objetivo e a abordagem conceitual da pesquisa.

O método de comparar e contrastar é usado praticamente em todas as tarefas intelectuais durante a análise para formar as categorias, estabelecer suas fronteiras, atribuir segmentos de dados às categorias, resumir o conteúdo de cada categoria e encontrar evidências negativas. (Godoi, 2006, p. 137).

Estabelecidas as devidas comparações a partir dos relatos emitidos pelos atores sociais da pesquisa, foram construídas dimensões para as quais foram estipulados conceitos e códigos, com a finalidade de atingir a última etapa. Esta é a etapa de interpretação da narrativa dos entrevistados, com base nas categorias analíticas nucleantes construídas a partir da teoria, para análise da subjetividade expressa nos tipos de vínculos sociais constituídos nas cooperativas populares, após o período de incubação pela ITCP da Universidade Federal de São João Del Rei.

A sistematização e a categorização das informações na pesquisa qualitativa podem ser realizadas de diversas maneiras, dependendo prioritariamente do conhecimento e da criatividade do pesquisador para explorar todos os caminhos e descaminhos que levam à investigação válida e fidedigna do objeto de pesquisa. No presente estudo, optou-se pela análise das entrevistas com base nas categorias analíticas construídas a partir do referencial teórico utilizado, o que exigiu do pesquisador capacidade indutiva e intuitiva aguçada, bem como uma dose extra de coragem para navegar nos interstícios da subjetividade humana.

Os conceitos operacionais da pesquisa, no âmbito teórico, foram as matrizes **trabalho** e **subjetividade**. Dessas matrizes foram construídas oito

categorias analíticas para a interpretação das entrevistas. As categorias teóricas foram agrupadas em unidades de análise. A abordagem teórica foi dividida em três capítulos, sendo construída uma unidade de análise para cada capítulo.

No primeiro capítulo tratou-se do significado histórico do trabalho na perspectiva arendtiana, com base no conceito de *vida activa*. Foi abordada, em linhas gerais, a questão atual do desemprego e a política de geração de trabalho e renda desenvolvida no Brasil. O conjunto de categorias construídas neste capítulo constituiu uma unidade de análise denominada: os significados do trabalho associado na subjetividade dos sujeitos (Quadro 2).

QUADRO 2 Os significados do trabalho associado na subjetividade dos sujeitos

Trabalho	É a atividade produtiva correspondente ao artificialismo da existência humana, realizada pelo <i>homo faber</i> . Produz um mundo artificial de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual e sua condição humana é a <i>mundanidade</i> . Compreendido como atividade para a fabricação de artefatos, não garante ao homem uma ação política verdadeira e emancipadora.
Ação política	É a atividade que ocorre no espaço da pluralidade e não depende da mediação das coisas ou da matéria. Cria a condição para a história e possibilita a reafirmação da identidade por meio da palavra, que propicia condições para a participação e a reciprocidade estabelecida nos acordos coletivos feitos no espaço da polis.

No capítulo 2 foram abordadas as transformações nos modos de produção constatadas nas práticas autogestionárias desenvolvidas pelo movimento solidário e cooperativismo, bem como as estratégias metodológicas adotadas pelas ITCPs no processo de incubação das cooperativas populares. Do exame teórico feito sobre os fundamentos da economia solidária e do cooperativismo, foram elaboradas quatro categorias teóricas que, agrupadas em uma unidade de análise, denominou-se: elementos intersubjetivos do movimento solidário (Quadro 3).

QUADRO 3 Elementos intersubjetivos do movimento solidário

Solidariedade	Justa distribuição dos resultados alcançados; oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; compromisso com um meio ambiente saudável e com as relações estabelecidas com a comunidade local; participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional e nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores e respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.
Cooperação	Existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária.
Participação	Os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.
Aprendizado	Condição construída na relação dos cooperados com as ITCPs durante o processo de incubação, com a finalidade de socialização dos princípios da economia solidária e do cooperativismo.

No estudo teórico realizado no capítulo 3, abordaram-se a origem e a formação dos grupos humanos e os elementos constitutivos dos vínculos sociais, ressaltando os modos de subjetivação identificados na cultura brasileira. Por meio de conceitos psicanalíticos e antropológicos de subjetividade, foram reunidas duas categorias analíticas denominadas, em seu conjunto: elementos psíquicos, sociais e culturais da subjetividade (Quadro 4).

Com sustentação nas categorias teóricas analíticas construídas pelo pesquisador e distribuídas em três unidades de análise interligadas pelo objeto de estudo da pesquisa, foram feitas as interpretações qualitativas das entrevistas realizadas com os associados das cooperativas populares selecionadas.

QUADRO 4 Elementos sociais, psíquicos e culturais da subjetividade.

Identificação	Mecanismo de ordem subjetiva que leva os indivíduos a se manterem agrupados e empenhados em atividades destinadas a um fim comum. Os laços emocionais são os principais responsáveis pela identificação.
Pessoalidade	Pertence a um modo de subjetivação cultural totalizante, hierárquico, pessoal e clientelista, que determina a qualidade de determinados vínculos sociais marcados pela política do “jeitinho brasileiro” discutida por Matta (1980).

## **6 A SUBJETIVIDADE DOS SUJEITOS ASSOCIADOS A COOPERATIVAS POPULARES**

Neste capítulo analisou-se e interpretou-se o repertório de respostas dos participantes da pesquisa às questões abordadas na entrevista semiestruturada. As respostas foram comparadas às categorias teóricas analíticas construídas com base na literatura pesquisada. Foram utilizados fragmentos literais de fala dos entrevistados, relacionando-os às descobertas teóricas sobre o trabalho solidário e à possível assimilação dos princípios da economia solidária e do cooperativismo socializados no período de incubação pela ITCP.

O objetivo principal da pesquisa foi a análise da subjetividade expressa nos vínculos sociais estabelecidos entre os associados das cooperativas incubadas em estudo, avaliando se, após as cooperativas terem passado pelo período de incubação, os associados assumiram os princípios da economia solidária como prática de vida e forma de organização coletiva. Dessa forma, as categorias teóricas e o repertório de respostas foram interpretados no intuito de responder quais os valores e as crenças que orientam a conduta dos associados de cooperativas populares incubadas pelas ITCPs, após terem passado pelo processo metodológico de incubação, que tem como princípios orientadores a economia solidária e os fundamentos do cooperativismo rochdaleano.

Conforme mencionado no capítulo anterior, as categorias teóricas analíticas foram agrupadas em unidades de análise correspondentes a cada um dos três capítulos da abordagem teórica:

- a) Os significados do trabalho associado na subjetividade dos associados
  - I) Trabalho
  - II) Ação política
- b) Elementos intersubjetivos do movimento solidário

- I) Solidariedade
  - II) Cooperação
  - III) Participação
  - IV) Aprendizado
- c) Elementos psíquicos, sociais e culturais da subjetividade
- I) Identificação
  - II) Pessoalidade

As interpretações referem-se ao conteúdo colhido nas treze entrevistas realizadas, não se separando as análises por cooperativas, uma vez que os dois grupos pesquisados têm características de funcionamento semelhantes e ambos foram incubados pela mesma ITCP, ou seja, foram submetidos à mesma estratégia metodológica de incubação. As análises foram separadas de acordo com as unidades temáticas construídas, sendo este capítulo subdividido em três seções.

### **6.1 Os significados do trabalho associado na subjetividade dos sujeitos**

Nessa seção, com base na definição de trabalho e ação política, discutidos por Arendt (2001) e abordada no capítulo 1, buscou-se compreender o sentido e o significado atribuído ao trabalho pelos entrevistados, ou seja, se a atividade do trabalho é concebida na perspectiva do *homo faber* e *animal laborans* ou pela via da ação política alcançada no espaço da pluralidade – na convivência humana com o resgate da palavra.

Os fragmentos das falas dos entrevistados que apontam a subjetividade expressa nos modos eles como avaliam tais categorias encontram-se nos Quadros 5 e 6.

QUADRO 5 Análise categorial de trabalho

Categorias analíticas	Fragmentos ilustrativos
Trabalho	<p>(01) “É, eu gostaria de ter um cômodo para mexer exatamente com costura, com conserto de roupas e aí esse cômodo seria meu, né? (...), não faria parte da cooperativa ... porque eu gosto de mexer com essas coisas e eu acho que isso aí (...) também dá um bom lucro, né?...” (E1).</p> <p>(02) “[...] na cooperativa, às vezes, a gente trabalha mais do que ganha (...)” (E1).</p> <p>(03) “[...] o formal dá mais garantia, né? (...)” (E2).</p> <p>(04) “[...] aqui é muito individualismo (...)” (E2).</p> <p>(05) ”Uai, salário fixo é uma coisa, né?, porque, mesmo sendo diferente de salário mínimo, né?, a gente não tem salário mínimo aqui. Então, isso já é uma coisa, você contar com uma coisa certa, né? (...) que aqui não tem.” (E2).</p> <p>(06) “O trabalho formal dá garantia trabalhista, né?, porque a gente, no informal, a gente não (...) não tem nada, garantia nenhuma, você não pensa (...) você só tem aquilo que você trabalhou mesmo. você não tem, você não pode pensar em férias, em 13º, em nada, direito trabalhista nenhum, né? No caso aqui nosso aqui, eu acho que não é muito bom o informal.” (E2).</p> <p>(07) ”[...] eu acho que elas estão vendo que eu não estou conseguindo ter um retorno financeiro que eu poderia estar tendo, né? Aí, eu fico, é, acho que um pouco elas têm razão porque a gente está precisando atingir esse objetivo.” (E4).</p> <p>(08) ”[...] eu tenho que arrumar um serviço assim para ganhar dinheiro (...) com carteira assinada (...)” (E5).</p> <p>(09) ”[...] prefiro o trabalho formal (...) com carteira assinada.” (E6).</p> <p>(10) ”Gostaria de trabalhar com carteira assinada porque é mais seguro.” (E7).</p> <p>(11) ”[...] acham que a cooperativa, você chega já ganhando e aqueles que acham que já vão ganhar quebram a cara e vão embora. Quando não quebram a cara ficam, mas ficam reclamando, “não está dando nada”. (E8).</p> <p>(12) “A aposentadoria é uma segurança, né?, que a gente trabalhou tanto tempo, né? Então, agora (...), se tivesse faltando uns dez anos, por exemplo, uns dez anos para mim aposentar e a renda minha de artesanato desse o mesmo salário meu, aí sim eu largaria para poder ficar só por conta de artesanato. Mas, como isso não acontece, aí (...)” (E9).</p>

Continua...

QUADRO 5 Continuação.

Categorias analíticas	Fragmentos ilustrativos
Trabalho	<p>(13) "É, agora eu vou trabalhar, né? Eu fui contratada, passei no concurso e vou trabalhar com esporte e lazer no "Pró Jovem e Adolescente". É um projeto municipal (...)" (E10).</p> <p>(14) "Pois é, a maioria trabalha, né? Tem emprego além do artesanato e o artesanato ainda é um complemento, ele não é (...) A gente ainda não conseguiu se autossustentar com o artesanato não." (E10).</p> <p>(15) "[...]a gente vai ter, dentro da cooperativa, o mercado capitalista, né?, o que não é o sonho de nenhuma cooperativa, né?, de ninguém que trabalha com cooperativa." (E10).</p> <p>(16) "[...] eu pretendo trabalhar com carteira assinada, (...) mas, quando chega na idade, aí barra para mim porque, geralmente, eles dão preferência para menino." (E13).</p>

QUADRO 6 Análise categorial de ação política

Categorias analíticas	Fragmentos ilustrativos
Ação Política	<p>(17) "[...] o que motivou minha entrada no mercado de trabalho foi a vontade de aprender, de crescer, de (...) desenvolver alguma coisa." (E1).</p> <p>(18) "Na cooperativa você trabalha com outras pessoas, você desenvolve várias coisas (...)" (E1).</p> <p>(19) "[...]o que motivou minha entrada na cooperativa foi saber como é lidar com outras pessoas (...)" (E1).</p> <p>(20) "[...] é importante a gente estar trabalhando junto com outras pessoas (...)" (E1).</p> <p>(21) "(...) são várias pessoas é (...) trabalhando em prol de um mesmo ideal. Então, ali tem que haver a democracia porque tem que haver a união de todos para que funcione as coisas, principalmente sendo uma cooperativa, porque a cooperativa, ela depende de (...) de todos, cada um em sua função." (E1).</p> <p>(22) "Me sinto valorizada, quando a gente termina o serviço, as roupas que a gente tem que entregar, a pessoa chega e olha e agrada, "ah, que bom, ficou ótima, do jeito que eu queria", eu fico (...) eu me sinto realizada com isso." (E1).</p> <p>(23) "O que me levou a participar da cooperativa foi, primeiro, aquele paradeiro de casa, né? A gente ficar naquele dia a dia assim só... tinha uma necessidade (...) e eu fazia artesanato também e aí eu falava assim: "mas eu não estou tendo campo lá fora", então começou por aí, eu querer sair de casa para fazer alguma coisa fora." (E2).</p>

Continua...

QUADRO 6 Continuação.

Categorias analíticas	Fragmentos ilustrativos
Ação Política	<p>(24) “[...] em casa, então, ficam só falando: “que bobagem, trabalha em casa que é a mesma coisa”. Porque, antes, eu falava assim: “eu não trabalho em casa porque não tem como eu mostrar meu trabalho lá fora”, e agora eu tenho onde mostrar (...)” (E2).</p> <p>(25) “[...] eu não fico sem vir aqui porque aqui eu não estou ganhando, mas estou aprendendo muito, né? Vai servir para mim depois (...)” (E3).</p> <p>(26) “Eu acho que, dentro da cooperativa, eu posso também estar me aperfeiçoando, estar fazendo um trabalho social, é, procurando fazer um curso superior nessa área (...)” (E4).</p> <p>(27) “[...] igual, muitas vezes, teve pessoas aqui dentro da cooperativa que até pediu: “eu posso ficar aqui no grupo? Porque eu estou precisando assim de estar fazendo um tipo de trabalho junto com um grupo, eu não quero ficar trabalhando sozinha lá dentro de casa (...)” (E4).</p> <p>(28) “[...] você vai lá, você não ganha nada, o que você vai fazer lá?” Eu falo assim: “ó mãe, porque melhor que eu não fico em casa à toa sem fazer nada, eu vou para lá, faço algumas coisas, não fico aqui (...) faço coisas de artesanato (...)” (E5).</p> <p>(29) “[...] uma filha minha falou comigo assim: “não sei o que a senhora está fazendo na cooperativa, a senhora tira mais em casa do que na cooperativa”. Falei: “ah, mas lá a gente tem as amizades, né?” (E6).</p> <p>(30) “Na cooperativa, a gente aprende mais. Acho que a gente tem mais, vai tendo mais oportunidade de aprender coisas novas, a gente vai aperfeiçoando cada vez mais.” (E6).</p> <p>(31) “Quando eu cheguei na cooperativa, eu (...) ninguém acreditava que eu sabia costurar. As pessoas sempre me deixaram de lado, entendeu? Não sei por que e, depois que eu comecei a mostrar o meu trabalho, hoje, se eu falto, todo mundo sente minha falta. Mas, no começo não era assim. Eu tive que mostrar através de (...), não mostrei, mostrei para mim mesma então que eu sou capaz. Todo mundo viu, hoje, que eu sou capaz (...)” (E8).</p> <p>(32) “[...] por exemplo, poderia fazer os mesmos trabalhos, mas a gente venderia. Mas a gente consegue vender mais através justamente da cooperativa, das outras exposições que a gente vai, Belo Horizonte, entendeu? A gente faz contato com muita gente, com lojista. Aqui na loja mesmo a gente põe as coisas lá de fora, aí o turista passa, vê, para, olha. Se não tivesse aqui, não tinha onde expor, entendeu?” (E9).</p>

Continua...

QUADRO 6 Continuação.

Categorias analíticas	Fragmentos ilustrativos
Ação Política	<p>(33) “Vim para a cooperativa para poder aprender e continuei ficando.” (E11).</p> <p>(34) “[...] eu tive uma depressão muito grande, então, meus filhos me ajudavam falando comigo: “mãe, procura curso para a senhora fazer, procura qualquer coisa para a senhora fazer. A senhora sabe bordar, a senhora sabe fazer muita coisa, então, a senhora procura isso para sair dessa depressão, porque remédio não resolve não”. Então, eu comecei a fazer os cursos, comecei fazer curso de macramé, todos cursos, entendeu?” (E12).</p> <p>(35) “[...] porque uma pessoa sozinha não vai em lugar nenhum, né? Se você junta um grupo, né?, então, a vantagem da cooperativa é isso (...)” (E13).</p>

### 6.1.1 Interpretação

Dos treze entrevistados, apenas três não emitiram respostas cujo significado possa ser atribuído à categoria Trabalho na concepção arendtiana. Os demais, em algum momento da entrevista, fizeram referência às atividades do trabalho, numa perspectiva ligada ao *homo faber* e *animal laborans*, ou seja, a significação do trabalho se deu no âmbito das necessidades de sobrevivência e da previsibilidade das coisas. Os valores utilitaristas verificados no modo de produção capitalista foram identificados na narrativa de dez entrevistados como meio de segurança e garantia de sobrevivência.

No decorrer da entrevista, todos os associados mencionaram desenvolver alguma atividade laboral fora da cooperativa ou sobreviver com alguma fonte de renda provinda da organização do mercado capitalista. Como o público entrevistado foi predominantemente feminino, a maior parte relatou que vive com a ajuda financeira do marido ou de recursos previdenciários de aposentadoria ou de afastamento. Segundo relataram, a sobra esporádica obtida com o trabalho da cooperativa é considerado fora da renda doméstica ou como complemento orçamentário da família. Os entrevistados das duas cooperativas afirmaram que já arcaram com as despesas do empreendimento, tirando dinheiro

do orçamento doméstico como solução para mantê-la aberta e funcionando. A propósito, o recurso financeiro aplicado na cooperativa foi de origem capitalista.

As respostas interpretadas na categoria trabalho evidenciaram características de individualidade, formalidade e crença de que o trabalho nos moldes da produção capitalista assegura os direitos e as garantias trabalhistas. Porém, contraditoriamente, queixaram-se de estar fora do mercado, ou seja, completamente “desassegurados” do ideal moderno de liberdade que o individualismo apregoa.

Considerando a faixa etária dos entrevistados, que variou entre 42 a 66 anos, com exceção de uma entrevistada, sexo feminino, 27 anos, e o nível de escolaridade dos mesmos, ressalta-se que apenas quatro concluíram o ensino médio, ou seja, a maioria apresentou baixo nível de escolaridade. Em outras palavras, a probabilidade de essas pessoas estarem desempregadas, caso não estivessem envolvidas com o mercado solidário, deve ser levada em conta nesse estudo, uma vez que o mercado capitalista é altamente seletivo.

Outro aspecto observado refere-se à comparação efetuada entre as respostas classificadas na categoria trabalho e as interpretações feitas na categoria pessoalidade. Constatou-se que os entrevistados conservam valores tanto característicos de um modo de vida individualista quanto de personalismo, expressando em suas subjetividades traços comuns, confirmando a hipótese de que a cultura exerce influência sobre os modos de subjetivação do sujeito. Os resultados evidenciaram que os entrevistados apresentam características próprias do individualismo e do personalismo, denotando que eles atribuem algum valor a esses dois tipos de modos de subjetivação, vinculando-se às organizações e às pessoas ora de uma maneira, ora de outra, fazendo a escolha de acordo com a conveniência e as suas necessidades.

Em relação à ação política, somente dois entrevistados não deram respostas. Os demais tiveram uma atitude positiva em relação às oportunidades

de crescimento, à valorização humana e ao aprendizado desenvolvido nas cooperativas.

Com base nos conceitos de ação política e pluralidade humana discutidos no capítulo 1, foi possível inferir que o trabalho nas cooperativas, de acordo com as respostas da maioria dos entrevistados, carrega os sentidos da ação como atividade política por excelência, exercida no espaço da convivência humana, com o resgate da palavra e a potencialização dos mecanismos de reciprocidade entre os homens.

Observou-se, pelas entrevistas, que, enquanto a ideia de trabalho está associada ao sentido da subsistência, o trabalho cooperado carrega outro significado, bem próximo ao que Arendt denominou ação na perspectiva da *vida activa*, como um princípio da condição humana.

Nas falas examinadas nesta categoria aparecem as palavras “ideal” e “democracia”, bem como expressões que demarcam o espaço público e o privado e as oportunidades de reconhecimento e projeção que a cooperativa oferece, tudo isso encarado pelos entrevistados como um aspecto favorável do trabalho solidário.

## **6.2 Elementos intersubjetivos do movimento solidário**

Nesta seção constam as categorias analíticas correspondentes aos fundamentos da economia solidária e do cooperativismo, além de uma categoria destinada a avaliar se houve aprendizado por parte dos associados no período destinado à incubação. A partir dos fragmentos ilustrativos analisados, foi possível inferir se os entrevistados apropriaram-se dos valores e práticas de vida substanciadas no trabalho solidário.

QUADRO 7 Análise categorial de solidariedade

Categorias analíticas	Fragmentos ilustrativos
Solidariedade	<p>(36) “[...] muito válido trabalhar com várias pessoas porque ali você sempre ganha, porque você ganha experiência de uma que chega com uma experiência nova, a outra, né?, com outras experiências. Então, você vai juntando aquilo tudo e, no final, você está sempre aprendendo (...)” (E1).</p> <p>(37) “[...] porque a cooperativa, ela depende de (...) todos, cada um em sua função (...)” (E1).</p> <p>(38) “[...] tipo assim vamos montar um projeto, um trabalho, isso, aquilo. A gente tenta passar para a turma o que a gente aprendeu nesse curso, né?, desde o início, fazer a montagem assim, a parte para passar para eles, como que é (...)” (E3).</p> <p>(39) “[...] a gente sabe é trabalhar nas máquinas, mas tem aqueles que possuem mais habilidade, né?, uma tenta respeitar o direito da outra, espaço da outra, o que a outra está fazendo, não obriga ela a fazer nada (...)” (E3)</p> <p>(40) “É um grupo, um grupo assim que, a gente acaba confiando, assim, que uma está dando um apoio para outra e aquela vontade, assim, de sair daquela dificuldade. E assim a gente vê que a outra está muito é incentivada, igual, assim, a gente tem pessoas dentro do grupo que “vão ‘bora gente, não vamos desanimar, isso vai dar certo”. Aí, sempre tem uma para estar levantando o astral da outra.” (E4).</p> <p>(41) “[...] dentro da cooperativa, a gente não vê assim só o lado financeiro. A gente vê o lado do grupo, as necessidades (...)” (E4).</p> <p>(42) “Compartilham. As pessoas que sabem aqui, se a gente pedir opinião, elas estão sempre pronta para nos ajudar.” (E6).</p> <p>(43) “[...] se,, no meu dia eu vender meu produto, eu vendo o meu, vendo de qualquer um. Às vezes vendo dos outros e não vendo o meu. Eu acho que tem que ser isso mesmo.” (E11).</p>

QUADRO 8 Análise Categorial de Cooperação

Categorias analíticas	Fragmentos ilustrativos
Cooperação	<p>(44) “[...] são várias pessoas é (...) trabalhando em prol de um mesmo ideal. Então, ali tem que haver a democracia, porque tem que haver a união de todos para que funcione as coisas, principalmente sendo uma cooperativa. Porque a cooperativa, ela depende de... de todos, cada um em sua função.” (E1)</p>

Continua...

QUADRO 8 Continuação

Categorias analíticas	Fragmentos ilustrativos
Cooperação	<p>(45) “[...] tipo assim, vamos montar um projeto, um trabalho, isso, aquilo. A gente tenta passar para a turma o que a gente aprendeu nesse curso.” (E3).</p> <p>(46) “Quando tem um trabalho grande assim, a gente consegue trabalhar em equipe harmoniosamente.” (E3).</p> <p>(47) “[...] a gente tem que trabalhar muito com o outro, muito próximo (...)” (E4).</p> <p>(48) “A característica da cooperativa é ter mais união, mais força e coragem, para a gente ser reunidos direitinho e assim conseguir trabalhar. Senão, não dá não.” (E5).</p> <p>(49) “[...] as pessoas que sabem aqui, se a gente pedir opinião, elas estão sempre pronta para nos ajudar.” (E6).</p> <p>(50) “[...] agora, é o projeto da gente estar fazendo roupa. Como estava no mês de frio, nós pensamos em estar fazendo moletons. Juntou todo mundo e vimos que... arrumamos até dinheiro emprestado e tem pessoas que ajudam a gente a estar emprestando até... Sempre aparece uma luz e estamos fazendo, que está bom, está tendo encomendas, está faltando, assim, as pessoas abraçarem mais a causa.” (E8).</p> <p>(51) “É, a gente fixou agora, a agente acabou de fazer uma, uma outra alteração no estatuto e a gente fixou 4% do salário mínimo para cada associado agora. O que era de R\$19,95 acabou de cair para R\$16,60 para estar facilitando a entrada das pessoas, né?, que alegam que essa taxa pesa.” (E10).</p> <p>(52) “[...] as pessoas que forem da cooperativa, elas vão ter que ter um envolvimento maior a partir de agora. A gente vai estar cobrando mais isso delas porque, antes, a gente deixava assim solto, né? Mas, agora, a partir do dia 30, a gente vai estar entrando nessa área aí de estar selecionando os associados, de estar convocando eles. Já foram convocados para essa reunião e está vendo o interesse deles.” (E10).</p> <p>(53) “[...] quem tem que cuidar da cooperativa são os associados, né? Eles são os donos da cooperativa. Eu não vejo com bons olhos a entrada do Instituto na cooperativa, mas é a única solução que a gente tem nesse momento (...)” (E10).</p> <p>(54) “[...] o que é unido aqui hoje é aquelas pessoas de espírito cooperativista mesmo.” (E10).</p> <p>(55) “[...] é que a gente trabalha unido, né? A gente nem vê. Às vezes, começa uma peça aqui agora, daqui uma hora está pronto, porque a gente vai conversando e vai fazendo. A gente vai fazendo e, quando vê, já está pronto.” (E11).</p>

Continua...

QUADRO 8 Continuação

Categorias analíticas	Fragmentos ilustrativos
Cooperação	<p>(56) “[...] vem uma quantidade grande de trabalho, aí divide um tanto de trabalho para cada um. Por exemplo, igual a MA trabalha com trabalho de bananeira. Eu não gosto muito de trabalhar com bananeira (...), mas, se tem algum pedido grande, as peças que derem para mim fazer, eu faço. Deixo as peças mais difíceis para ela e as mais fáceis eu faço (...)” (E12).</p> <p>(57) “A gente não tem coragem de sair daqui. Eu fico olhando, assim, quando a cooperativa teve na pior fase, quando eu entrei, porque muitas pessoas saíram, mas eu entrei, falei: “não, vamos batalhar juntos, né?” E estamos aí até ver.” (E12).</p>

QUADRO 9 Análise categorial de participação

Categorias analíticas	Fragmentos ilustrativos
Participação	<p>(58) “[...] porque aqui nós aqui é (...) tira porcentagem para uma coisa, outra (...). De repente, sentindo necessidade, então, não tem nada de fixo mesmo não.” (E2).</p> <p>(59) “[...] eu gosto de participar de tudo. É carnaval, é festa, é tudo eu gosto de participar. Entã,o assim, cursos, encontros, tudo eu nunca gosto de perder porque assim eu acho que a gente tem que estar sempre aprendendo.” (E4).</p> <p>(60) “Só ganha quem trabalha, né? (...) E você não está participando igual ele, fazendo igual ele, não tem como, né?” (E8).</p> <p>(61) “[...] eu mesmo já mantive, já tive (...) muito mês já tive que tirar do meu bolso mesmo. A madeira (...), trabalho da madeira vendia pouco, vendia dois, três, quatro. Tinha mês que não vendia nada. Aí, tinha que tirar do meu bolso o valor da taxa. Mas, como eu queria ter a cooperativa, então, eu pagava assim mesmo.” (E9).</p> <p>(62) “[...] é para ajudar a manter a cooperativa de pé porque senão, aí, você vê, se eu negar os dez por cento, eu vou estar ajudando a acabar com a cooperativa.” (E9).</p> <p>(63) “[...] o que a gente planeja, né? A nossa meta é ter uma oficina aqui onde o pessoal vai produzir todo mundo junto. A gente está batalhando para isso acontecer.” (E10).</p> <p>(64) “[...] isso é como uma terapia (...) eu gosto muito daqui, de trabalhar aqui, de participar, né? Eu gosto de participar de, de movimento, né?” (E13).</p>

QUADRO 10 Análise Categorical de Aprendizado

Categorias analíticas	Fragmentos ilustrativos
Aprendizado	<p>(65) “[...] nós tivemos cursos ótimos, sabe? A Universidade providenciou um curso de dois dias, o dia inteiro para a gente. Ótimo, com exemplo. Deixou assim livre para conversa e tudo, mas parece que fica, assim, só aquilo ali, só aqueles minutos, ‘nó’ (...) mexe com a cabeça, né? (...)” “Aí, então, agora, vai ser assim”. Aí, depois vai se perdendo, vai caindo na mesmice de novo.” (E2).</p> <p>(66) ”Ah, quando a gente faz algum curso assim parece que vai melhorar. Aí, dá uma, sabe (...), dá uma chamada, assim, parece que acende um foguinho e melhora um pouquinho, depois volta. É sempre assim. Agora vamos fazer assim, vamos ver se vai manter mais tempo porque também (...) tem gente aqui que também está participando aqui, que também não... não teve a possibilidade de fazer curso ainda. Entrou depois do curso, né? Então, tem isso também.” (E2).</p> <p>(67) “[...] da incubadora eu tenho anotações sobre como montar um negócio e tudo. É uma coisa, assim, que eu levo para mim esse aprendizado. Foi ótimo para mim”. (E3)</p> <p>(68) “[...] mas, aí tem aqueles problemas porque tem muito entra e sai. Então, assim, a gente acaba vendo que, é (...) algumas que participaram até desses cursos já não estão aqui mais. Então, a gente tem aquela dificuldade de estar colocando na cabeça dessas que estão entrando porque aí, agora, a gente não está tendo esses cursos mais e esses cursos deveriam ser assim, é (...) Teve agora, daqui uns tempos ter outro, para estar renovando. Igual, assim, quem ainda não foi nesse curso poder estar participando, entendeu?” (E4).</p> <p>(69) “[...] a gente sente que aquelas que já participaram da incubação tiveram um esclarecimento. Então, assim, por mais que elas tentam, não (...), por mais que elas tentam, assim, não caminhar naquela direção, elas, acho que alguma coisa volta: “não, a gente aprendeu isso”. Igual nós tivemos muito curso de cooperativismo, de (...) e, nessa parte aí, a gente sente que muitas que participaram já não estão aqui mais. Então, as que entraram não tiveram essa visão, então, assim, às vezes, nem sabe muito bem esses princípios. Então, aonde que às vezes costuma dar algum choque.” (E4).</p> <p>(70) “O que eu gostaria de acrescentar é que a gente seria bom estar sempre assim em rodízio desses encontros, para esses esclarecimentos, pelo fato da cooperativa, não sei se é só aqui na nossa. Eu até gostaria de estar conhecendo outras cooperativas para estar vendo se é isso mesmo que acontece.” (E4).</p>

Continua...

QUADRO 10 Continuação.

Categorias analíticas	Fragmentos ilustrativos
Aprendizado	<p>(71) “Não, nunca ouvi falar de cooperativismo.” (E5).</p> <p>(72) “[...] não sabia nada de cooperativismo. Foi através das reuniões que nós fizemos um ano e tinha uma pessoa que esclarecia para a gente, ficava uma hora, duas horas e meia toda semana conversando.” (E8).</p> <p>(73) “A incubação valeu, é, para quem acredita, eu acho que valeu, né? E do grupo que entrou quando começou, era 35 pessoas, hoje, do primeiro grupo, só tem 4. Umhas que estão aí são todas que entraram depois.” (E8).</p> <p>(74) “[...] a incubação não ajudou porque se é uma incubadora, alguma coisa tinha que fazer para ajudar nós a levantar, não depender da fábrica e, quer dizer, se não fosse a fábrica, a loja tinha fechado (...)” (E9).</p> <p>(75) “[...] palestras e reuniões. Isso aí é bom, não vou dizer que é ruim não, mas o mais importante não é só reunião. Não adianta ter reunião, mas não ter ajuda (...) Acho que uma incubadora tinha que ajudar a correr atrás para tentar trazer também, através da palestra, alguém para associar na cooperativa, que a cooperativa, assim, já sabia que ela é da região. Então, com essas reuniões que a gente fazia lá, nunca fez uma fora de lá, era tipo mais tentando envolver aquelas pessoas para se associar cooperativa porque é a única cooperativa que tem nessa redondeza. Isso seria muito importante.” (E9).</p> <p>(76) “A única coisa que eles fizeram, assim, é, quando tem alguma festa, às vezes, lá, eles vêm cá, compram lembrancinha.” (E9).</p> <p>(77) “Pois é, Fernanda, é (...) positivo. Sempre é, né?, porque a gente aprende e a gente aprendeu muito nos seminários que a gente participou, né? As vindas também dos alunos das incubadoras para cá, a gente também criou laços muito forte com eles, né? Até hoje um deles ainda frequenta minha casa. Foi uma coisa muito gostosa e, na época, também que a gente participava, né?, da incubadora e tudo a gente recebeu selos de (...) da economia solidária, né? Mas, assim, na pior fase, quando eles anunciaram para gente que a cooperativa ia ser desincubada, ela estava na pior fase e, assim, o que eu acho, assim, que, quando uma empresa ou uma associação é incubada, quando vai desincubar, tem que fazer uma pesquisa, se eles fizeram um projeto, né?” (E10).</p>

Continua...

QUADRO 10 Continuação.

Categorias analíticas	Fragmentos ilustrativos
Aprendizado	<p>(78) “[...] o que eu critico, assim, é, até para o lado de estar melhorando, né?, as incubadoras, é que, na pior fase da cooperativa, né? (...), a gente foi desincubados e nós ficamos aí, né?, sem orientação. Assim, com o que a gente já tinha aprendido no seminário, a gente conseguiu. Mas é a gente vai acabar ficando no mercado capitalista. A gente está aí, né?, vai entrar no mercado capitalista, coisa que não é de cooperativa, para não deixar fechar. Porque se a gente continuar assim, sem (...), só buscando a economia solidária, né?, a cooperativa não vai resistir.” (E10).</p> <p>(79) “[...] eu vejo como negativo nas incubadoras isso aí, estar desincubando uma cooperativa que está fechando, né?” (E10).</p> <p>(80) “[...] quando a gente convida para as reuniões, aparece poucas pessoas. Porque as pessoas tinham muita expectativa com a incubadora, muita expectativa com tudo que acontece aqui dentro. E agora, quando a gente convida para (...) para (...) para reunião é que difícil aparecer porque o pessoal está muito desacreditado com reuniões, com cursos (...)” (E10).</p> <p>(81) “[...] então, na verdade, é isso. Mas, não vejo como coisa negativa a incubadora não. Eu só acho que precisa de mais assessoria, precisa de mais .” (E10).</p> <p>(82) “[...] tudo deles é muito na teoria, né? (...) Eu acho, assim, que deveria ter mais envolvimento, não só dos alunos, porque os alunos estão estudando, né? São pessoas ali que têm os horários deles. A gente tem que ficar encaixando, é, reuniões com eles nos dias que eles não estão estudando (...) Eu acho que (...) algum reitor, algum professor além dos estudantes, eles deveriam ser mais envolvidos diretamente com (...) o coletivo, que eles chamam de coletivo, né? Então, (...) eu acho que só palestras não (...) dá resultado (...). Eles deveriam ter mais envolvimento, fazer mais visita, uma visita pelo menos uma por ano, né? Saber, assim, na realidade, na prática, o que está acontecendo, quais os resultados que a incubadora está conseguindo com (...) aquele coletivo, né?, quais as dificuldades que aquele coletivo tem porque, assim, quando vai fazer relatório, coloca tudo muito fantástico e, na realidade, às vezes, não está acontecendo aquilo que está nos relatórios. Então, eu acho que deveria ser mais monitorado, né? Então, é uma rede que tem falhas, né?” (E10).</p>

Continua...

QUADRO 10 Continuação.

Categorias analíticas	Fragmentos ilustrativos
Aprendizado	<p>(83) “Mudou muito, né? Porque a gente não sabia botar preço nas coisas. Fazia, mas não sabia o valor. Então, a gente aprendeu como se fazia tudo, né? E, na época, teve bom o aprendido, mas, depois, foi (... ) foi fracassando.” (E11).</p> <p>(84) ”Ah, tinha hora que eu achava que era muito blá blá blá, entendeu? Embora que, às vezes, por trás desse blá blá blá houvesse alguma coisa que seria de proveito, né?” (E12).</p>

### 6.2.1 Interpretação

Analisando-se as categorias solidariedade, cooperação e participação, observou-se que somente uma entrevistada não deu respostas cujo conteúdo significasse a assimilação dos valores e dos fundamentos da economia solidária e do cooperativismo. Cabe destacar que essa entrevistada tem comprometimento cognitivo, realizando tarefas limitadas dentro da cooperativa a qual pertence. As tarefas se limitam a fazer o café, entregar correspondência, dar recado, ir à padaria, enfim, tarefas de pouca complexidade. Essa entrevistada apresentou dificuldades de compreender a entrevista, dando respostas monossilábicas ou pedindo para repetir a questão por diversas vezes. Observou-se, na fala dessa entrevistada, comprometimento da capacidade de apropriação satisfatória dos conceitos ideológicos da economia solidária e do cooperativismo, embora sua ação denotasse comportamentos dessa esfera.

Observou-se que os outros doze entrevistados emitiram respostas sobre a experiência nas cooperativas que representam assimilação dos princípios solidários e do cooperativismo rochdaleano em suas práticas de vida. Alguns estabeleceram parâmetros de comparação entre os associados que participam ativamente do empreendimento, não comprometendo o funcionamento do mesmo e aqueles que, por não comungarem adequadamente da lógica solidária, colocam em risco tal empreendimento.

Os relatos colhidos cuja essência denotaram o sentido de confiança, ajuda mútua, respeito aos direitos, incentivo e compartilhamento foram classificados na categoria Solidariedade. As palavras democracia, trabalho em equipe, união, abraçar a causa e espírito cooperativista significaram o sentido atribuído à cooperação pelos entrevistados. Observou-se, na fala dos entrevistados, um forte sentimento de pertencimento, somado ao senso de responsabilidade e autocrítica que foram interpretados na categoria Participação e ilustrado nas falas de dois entrevistados.

Alguns entrevistados demonstraram dificuldades de apropriação teórica dos conceitos expressos nas categorias solidariedade, cooperação e participação, mas, ao descreverem suas práticas de vida, demonstraram agir e valorizar tais princípios, os quais estão expressos em sua subjetividade.

Em comparação com o conteúdo analisado e interpretado na categoria trabalho, verificou-se que o trabalho no modo de produção capitalista e o trabalho solidário são colocados em dimensões diferentes pelos associados. O primeiro pareceu subjetivado pelos entrevistados como algo da ordem da necessidade, da segurança e da racionalidade. Em outras palavras, o trabalho capitalista foi concebido como uma atividade conectada à realidade da vida, aquilo de que se precisa para viver como um corpo biológico que necessita de cuidados. Já o trabalho solidário apareceu no nível do ideal, daquilo que você não precisa para viver, mas que se torna alimento da alma por se tratar de um *vir a ser*. Traz toda uma perspectiva de futuro, de “promessa” de libertação das necessidades mundanas construídas pelo próprio homem. Está alojado no âmbito da palavra, do discurso, da poesia, portanto, situa-se no campo relacional e afetivo. Não é uma atividade laboral, como a desenvolvida no trabalho coisificado pelo valor atribuído ao objeto produzido, mas seu alcance está para além do produto, especificamente nos atributos da ação que se dá nas

possibilidades de realização e demonstração das capacidades no espaço da convivência humana.

Nos relatos, observou-se a presença de “um e do outro”, traduzido no uso recorrente do pronome “nós”. Dificilmente o “eu” apareceu. Isso não se traduz na ideia de que o “eu” não exista como sujeito singular da ação no trabalho cooperativo. Ao contrário, o sujeito só desenvolve satisfatoriamente sua condição de sociabilidade à medida que possui definida sua identidade. E o que se constatou nas entrevistas é que os associados engajados com a política da autogestão reafirmam continuamente suas identidades justamente no espaço da pluralidade, no coletivo. Ou seja, é na política da convivência que esses sujeitos se dão conta de sua singularidade e potencialidade para a ação, assumindo o papel de ator social das transformações rumo a projetos de emancipação, sustentados na reciprocidade e ajuda mútua.

Quanto à categoria Aprendizado, esta foi construída com o objetivo de analisar o modo como os associados avaliam o processo de incubação desenvolvido pela ITCP. Dos treze entrevistados, cinco não emitiram respostas que pudessem servir como interpretação do significado que os mesmos atribuem ao processo de incubação, pois não participaram da incubação em razão de não fazerem parte da cooperativa na época. Foi utilizado um fragmento de resposta (fragmento 71) para ilustrar esse grupo de associados.

Com base na interpretação das entrevistas, verificou-se mais de um sentido e crença atribuídos à incubadora pelos entrevistados. Por um lado, alguns entrevistados atribuíram à incubadora o valor de aprendizado, demonstrando-se gratos e satisfeitos com o trabalho desenvolvido pela ITCP. Seus relatos indicaram que a assimilação dos valores e princípios da economia solidária se deu em função do processo de socialização desenvolvido pela incubadora. Por outro lado, alguns entrevistados apresentaram sentimento de frustração e decepção em relação ao trabalho desenvolvido pela incubadora,

demonstrando uma visão pessimista e negativa. Esses entrevistados foram identificados nas duas cooperativas estudadas e fazem parte do empreendimento desde a fundação, tendo acompanhado todos os processos e acontecimentos dentro da cooperativa.

Observou-se que os entrevistados que apresentaram atitudes mais críticas em relação à incubadora têm histórico de maior participação e atuação no empreendimento solidário. Não consideraram que a estratégia metodológica desenvolvida pela ITCP corresponda, integralmente, ao interesse dos mesmos, avaliando-a como algo distanciado da realidade e não atendendo às necessidades mais emergenciais das cooperativas. E o que se compreendeu dessas necessidades é que estão associadas ao capital para investimento no empreendimento e na melhoria na qualidade e disponibilidade da assessoria. Mesmo considerando importante a realização de palestras, seminários e oficinas, os entrevistados ponderaram que somente isso não basta. Uma entrevistada envolvida diretamente com a diretoria da cooperativa A manifestou sentimentos mistos em relação ao trabalho desenvolvido pela ITCP, pois, ao mesmo tempo em que revelou opinião positiva sobre o trabalho desenvolvido pela incubadora, manifestou desconfiança e desejo de conhecer outras cooperativas que participaram do processo de incubação para comparar os resultados.

Outro ponto levantado pelos entrevistados e que ajudou a esclarecer o significado que os mesmos atribuem à incubadora diz respeito à necessidade apontada de reciclagem do grupo. A expectativa apresentada é a de que a ITCP introduza o procedimento de reciclagem em sua estratégia metodológica, visando solidificar a assimilação dos conceitos e das práticas autogestionárias.

Um aspecto levantado pelos entrevistados que, em parte, minimiza o conceito negativo que possuem da metodologia empregada pela ITCP, corresponde à alta rotatividade do grupo. Consideraram a rotatividade como uma variável a ser levada em conta na avaliação do processo de incubação, uma vez

que impossibilita que todos os associados do grupo sejam submetidos às estratégias de socialização.

A forma como as cooperativas foram desligadas da ITCP também foi uma variável que contribuiu para o sentimento de descontentamento dos associados em relação à incubadora, uma vez que se sentiram abandonados no momento que mais precisaram de ajuda.

Os sentimentos de descontentamento e hostilidade em relação à ITCP pareceram ter um significado negativo para o fortalecimento dos dois grupos estudados. Isso porque o fracasso atribuído ao processo de incubação por alguns associados, principalmente a presidência, significou uma fonte a menos de recurso ao empreendimento autogestionário, fazendo aumentar a impressão de que as cooperativas funcionam como ilhas perdidas no oceano perverso do capitalismo. Enfim, é como se a incubadora fosse parte desse oceano.

### **6.3 Elementos psíquicos, sociais e culturais da subjetividade**

Na terceira seção deste capítulo tentou-se comparar alguns trechos da fala dos entrevistados com as categorias que definem elementos que compõem a subjetividade das pessoas e influenciam o tipo de vínculo social estabelecido. Assim, buscou-se identificar características de tais elementos no relato dos entrevistados, de modo a compreender melhor o funcionamento dos grupos pesquisados e a natureza social e afetiva de tais vínculos.

QUADRO 11 Análise categorial de identificação

<b>Categorias analíticas</b>	<b>Fragmentos ilustrativos</b>
Identificação	(85) “[...] tem quem não consegue se adaptar com outras pessoas, com outras mentalidades, não aceita às vezes até crescer dentro da cooperativa, não consegue se envolver de acordo com o que eu acho que é necessário.” (E1).

Continua...

QUADRO 11 Análise Categorical de Identificação

Categorias analíticas	Fragmentos ilustrativos
Identificação	<p>(86) “[...] se a gente for produzir roupa infantil, mandar ver, ter estilo, estilo de moda, sabe? e tudo, roupa de cama, fazer o melhor possível, assim, quando existe uma coisa, falar “é da cooperativa”, sabe? aquele estilo nosso próprio (...)” (E2).</p> <p>(87) “[...] as pessoas foram, assim (...), como se fosse peneirando, né?, assim (...), as que não batiam mesmo com as ideias e tudo, e foi ficando esse grupinho (...)” (E2).</p> <p>“ [...] eu já fiquei mais entusiasmada, né? Quis aprender, assim, aprendi muito pouco, mas já gostava do horário de ter que vir para estar junto com as meninas e tal (...)” (E3).</p> <p>(88) “Uai! Eu espero que ela cresça bastante, né?, que a gente progrida bastante e que entre, assim, uma renda boa para todo mundo porque são mulheres que, assim, largaram suas casas, larga filho, larga tudo, né?, em casa, para poder vir para cá e quer mesmo ter uma renda, né?” (E3).</p> <p>(89) “[...] na cooperativa, assim, a gente tem muito o que aprender, né? Mas, ao longo desse tempo, eu acho que ela melhorou, assim, o nosso relacionamento aqui, em si, melhorou muito, sabe? É (...) a gente tem mais, assim, tolerância, sabe? Até, assim, aquelas que é (...), igual te falei, é mais difícil de lidar umas com as outras, que a gente vê sempre tem uma que, igual eu falo: “o anjo da guarda não bate com o delas”. E, hoje em dia, assim, a gente leva as coisas, assim, mais tranquilamente, entendeu?” (E3).</p> <p>(90) “[...] eu me identifico, sabe?, com esse trabalho. Eu gosto, assim, de trabalho social...” (E4).</p> <p>(91) “Porque aqui, assim, é muito bom, entendeu? É (...) as pessoas são muito gente boa. Aqui é o lugar que eu gostei mais foi aqui (...) A gente já está bem, assim, acostumado com a pessoa, com o lugar.” (E5).</p> <p>(92) “Todo mundo dá certo um com o outro.” (E7).</p> <p>(93) “[...] quem lida mais aqui é tudo, como diz o outro, amigo, colega, companheiro, entendeu?” (E9).</p> <p>(94) “Ah, é amor à causa mesmo, né?” (E10).</p> <p>(95) “Isso, é (...) as pessoas são muito amigas, né? A gente não tem nada o que reclamar. Sempre foi tudo muito bom aqui dentro, nunca tive nada que falasse, que maltratasse a gente (...)” (E11).</p> <p>(96) “Aqui eu combino com todo mundo, visito todo mundo (...)” (E11).</p> <p>(97) “[...] o que me fez permanecer aqui, minha filha, se eu te falar você vai rir. É que eu gosto de todo mundo aqui da cooperativa.” (E12).</p>

Continua...

QUADRO 11 Análise categorial de identificação

Categorias analíticas	Fragmentos ilustrativos
Identificação	<p>(98) “[...] é, eu tenho muita amizade com elas, principalmente com a MA, sabe? De vez em quando elas dá umas briguinhas comigo aí, sabe? Porque eu falo muito, sabe? Mas, eu gosto demais disso aqui. Eu amo essa cooperativa, amo as pessoas que trabalham aqui, que eu convivo com elas, né? E, nas viagens que a gente faz, e eu gosto muito, já quis, já quis sair daqui, eles ficam: “não vai sair, não vai sair”, e acaba não saindo.” (E12).</p> <p>(99) “Isso aqui é muito bom, principalmente com todo mundo aí, meus amigos... Mas, essa aí a gente já tem amizade desde criança também, né?” (E12).</p>

QUADRO 12 Análise Categorial de Pessoaalidade

Categorias analíticas	Fragmentos ilustrativos
Pessoaalidade	<p>(100) “[...] as vantagens de ser assalariada é que você tem os direitos, com carteira e tudo mais, né? Agora as desvantagens é que você, às vezes, dependendo do (...) do lugar que você trabalha, você tem, você tem que ter o dia todo para dispensar para esse serviço, a parte da manhã, a parte da tarde, né? E, às vezes, mora distante do (...) do emprego (...)” (E1).</p> <p>(101) “Olha, o problema de, de ser assalariada, que, mesmo fazendo o que eu gosto, é problemático porque eu sou mãe, sou esposa. Então eu tenho casa, tenho filhos e, geralmente, serviço, assim, a gente tem que trabalhar o dia todo e é complicado porque eu não tenho o dia todo para, no caso, dispensar para ir para o serviço, para esse tipo de serviço. Então, no meu caso, é mais complicado trabalhar (...) ser assalariada por esse sentido.” (E1).</p> <p>(102) “[...] claro que se, na cooperativa assinasse carteira, coisa e tal, tudo bem, porque o meu problema é ficar, no caso, na exigência, igual certas firmas exigem que a pessoa trabalhe o dia todo. E se, por exemplo, aí, assina carteira, mas se, por exemplo, sem ser o dia todo, de repente não pode assinar ou qualquer coisa, então, eu prefiro alguma coisa assim, que não prende, que eu posso, que eu faço o que eu posso, para mim está bom.” (E1).</p> <p>(103) “[...] informal é melhor porque a gente fica mais livre, mas, por outro lado, o formal dá mais garantia, né?” (E2).</p>

Continua...

QUADRO 12 Continuação.

Categorias analíticas	Fragmentos ilustrativos
Pessoalidade	<p>(104) “Eu já tive proposta para trabalhar com carteira assinada, sabe? Assim, eu já fui vendedora, já trabalhei em comércio, né? E até tem uns 2 anos eu até trabalhei à noite, no Natal, ajudei em uma loja aí, pelo fato de eu já ter trabalhado. Então, o amigo da minha irmã, que tem loja, me chamou e eu fui e trabalhei no período de Natal. E ele até me perguntou, porque ele ia abrir uma outra loja, se eu não queria ficar. Mas aí já era trabalho que eu tinha que ir de manhã e tudo e, para mim, assim, com filho pequeno, casa, arrumar para a escola, não posso sair cedo e voltar seis, sete horas, né? Aí eu, eu falei: “não, assim para mim não dá” e aqui é porque é o horário por minha conta, é flexível.” (E3).</p> <p>(105) “Aqui o pessoal fala assim; “vai lá lê, lê o estatuto, vê o que está lá e tal”, mas eu não concordo, que isso, que aquilo (...) Então, sempre tem essas polêmicas, não adianta.” (E3).</p> <p>(106) “No meu papel de presidente, eu não estou muito realizada por isso, porque eu estou, assim, sentindo muita dificuldade em ter o controle por causa de ser cooperativa. Porque, assim, elas cobram muito é, assim, mais postura de como coordenadora. Só que, quando você vai tomar essa postura, é (...) aí vem alguém que fala: “ah, mas isso aqui não é uma firma, isso é uma cooperativa”. Então, aqui todo mundo tem direitos, mas todo mundo tem os mesmos, é (...) os seus deveres, entendeu? (...)” (E4).</p> <p>(107) “[...] mas isso é porque, assim, essa regra que a gente colocou, a gente nem sabe, assim, se (...) se é correto, se é legal, entendeu?” (E4).</p> <p>(108) “Ah, eu, assim, na minha posição de coordenadora, eu acho que, às vezes, assim, a gente acaba, eu acho que, na cooperativa, assim, a coordenação, ela fica um pouco, assim, é ruim até de reagir. Porque igual assim, às vezes, a gente pensa assim: “ah não, vamos dar voz ativa para todos” e tem hora que, tem coisa que você precisava ,assim, você ter voz de decisão. Porque tem coisa que você é, não tem como entrar e chamar todo mundo numa decisão, entendeu? Então, às vezes, assim, a gente, na coordenação, deveria poder ter mais voz ativa. Mas, assim, é muito cobrado da gente que a gente não pode ter essa voz ativa, entendeu? Só que a gente, tem hora, que fica assim meio sem uma posição, até porque tem hora que você pode ter voz ativa, tem hora que você não pode ter, então acaba não sendo muito democrático não (...)” (E4).</p>

Continua...

QUADRO 12 Continuação.

Categorias analíticas	Fragmentos ilustrativos
Pessoalidade	<p>(109) “[...]o que motivou minha entrada na cooperativa foi que, na época, eu tinha menino bem pequeno, ele já está com... vai fazer 8 anos, e, como eu não podia, não posso trabalhar o dia inteiro, é ele e mais 2, então, eu achei que seria melhor porque o horário é mais (...) melhor para mim. Porque mesmo quando não dá mim “vim” à tarde, eu venho na parte da manhã. Aí favoreceu também.” (E8).</p> <p>(110) “Eu preferiria o de carteira assinada, mas eu acho que o de carteira assinada é muito, a gente desgasta muito porque você tem que cumprir horário e (...) e a produção é... exige muito da gente e (...) eu tenho vontade de ter o meu próprio negócio.” (E8).</p> <p>(111) “[...] é, porque às vezes, as pessoas acham que, na cooperativa, todo mundo é dono e faz o que quer, e isso vira uma bola de neve e todo mundo começa a entrar em choque, vira uma loucura.” (E8).</p> <p>(112) “[...] meu tempo é pouco porque eu trabalho semana inteira. Só no sábado que, às vezes, venho para cá ou, então, quando eu estou de férias, aí eu venho (...)” (E9).</p>

### 6.3.1 Interpretação

A interpretação das entrevistas com base na categoria Identificação tornou evidente que tal mecanismo psíquico de ordem subjetiva aparece no discurso dos entrevistados e contribui para que os laços de convivência sejam estreitados e auxiliem na manutenção da organização grupal. A fala dos entrevistados apareceu atravessada por sentimentos de ordem afetiva, expressos em suas subjetividades ao falarem sobre os relacionamentos dentro das cooperativas. Tais relatos reforçaram a ideia de que os laços emocionais contribuem para a constituição e a manutenção dos grupos, no caso em questão, as cooperativas populares.

Pelo conjunto de informações colhidas nas entrevistas, observaram-se vários aspectos correspondentes ao mecanismo de identificação, desde os elementos objetivos, ou seja, gênero, faixa etária, condição sócio-econômica, nível de escolaridade, atividade profissional até os elementos internos e

subjetivos expressos nas crenças e valores compartilhados, tais como: desejo de autoafirmação, necessidade de reconhecimento, vontade genuína de aprender e ajudar, atitude de reciprocidade nos relacionamentos, etc.

Constataram-se, nas respostas às questões abordadas nas entrevistas, conteúdos de ordem psíquica, social e cultural responsáveis pela identificação e, portanto, que influenciam a união dos associados em torno de um objetivo comum. Palavras como “amigo”, “colega” e “companheiro” foram empregadas pelos entrevistados para definir o grau de proximidade e afeição que têm um com o outro. Termos como “é da cooperativa”, “estilo nosso próprio”, “amor a causa”, “amizade”, “eu amo essa cooperativa, amo as pessoas que trabalham aqui”, entre outros mencionados, atestam que há identificação entre os associados, o que favorece a emergência de comportamentos de reciprocidade e solidariedade como valores expressos na subjetividade e importantes para o fortalecimento da cooperativa, em sua dimensão social.

Foi possível eleger nos relatos dos entrevistados alguns fragmentos ilustrativos das instâncias de análise das organizações apresentadas no capítulo 3 (Enriquez, 1997). A instância mítica pode ser visualizada no seguinte trecho do relato: “o anjo da guarda não bate com o delas”, utilizado para justificar os mecanismos de identificação no grupo. A instância institucional pode ser verificada nos fragmentos que expressam a identificação dos associados com as questões instituídas pela organização, tais como: horário, lugar, gênero predominante e modo de produção. A instância individual foi avaliada nos fragmentos que revelaram a autonomia do sujeito ao fazer suas escolhas. A instância sócio-histórica foi identificada no fragmento que reflete o conteúdo ideológico do movimento solidário. A instância grupal, embora perpassando todo o conteúdo das falas selecionadas, pode ser vislumbrada claramente nos fragmentos 92 e 93. A instância pulsional, atravessando também toda a ação humana, embora de forma inconsciente, pode ser identificada em alguns

fragmentos dos relatos selecionados na categoria Identificação. A análise de cada instância ajuda a compreender os elementos que compõem a subjetividade dos associados e influenciam o modo de vinculação social.

As interpretações feitas com base na categoria Pessoaalidade demonstraram a influência cultural nos modos de subjetivação captada por meio da fala e do comportamento dos entrevistados. Os conceitos de Figueiredo (1995) sobre pessoa, mero indivíduo e sujeito, discutidos na abordagem teórica, ajudaram a compreender a subjetividade dos entrevistados, cuja crença oscilou entre ora desejar um mundo formalizado, com base nos direitos definidos em lei e ora suplicar que as relações sejam baseadas na pessoalidade e na informalidade, agindo de um jeito ou de outro de acordo com a conveniência percebida em cada situação específica. Todos os fragmentos analisados caracterizam essa oscilação entre as polaridades individualismo e personalismo, evidenciando que trabalhar sob o regime solidário ou capitalista não é, essencialmente, uma crença ideológica de que um funcione melhor que o outro, mas de um aproveitamento das oportunidades pelo critério da conveniência. De acordo com Matta (1979) e Figueiredo (1995), esse é um traço cultural do povo brasileiro que influencia seus modos de subjetivação, não devendo ser analisado numa perspectiva negativa, mas como forma de ele incluir-se nos projetos da modernidade.

Observou-se que o sentido e o significado atribuídos ao trabalho pelos associados, seja na perspectiva capitalista ou solidária, foram tentativas de assujeitamento por meio do discurso da responsabilidade e da desalienação, ou seja, na crença de que, por meio do trabalho, o homem atinja o status de sujeito da ação e de seu querer, livre de qualquer interferência externa ao seu desejo.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se, com o presente estudo, analisar a subjetividade e os vínculos sociais dos associados de duas cooperativas populares de Minas Gerais, após serem submetidas ao processo metodológico de incubação pela ITCP da Universidade Federal de São João Del Rei. Especificamente, a finalidade deste estudo foi verificar se, passado o período de incubação, os associados assimilaram os princípios solidários e do cooperativismo em suas práticas de vida e no desenvolvimento do trabalho cooperado.

Para tanto, foi realizada pesquisa qualitativa de cunho descritivo e interpretativo, utilizando como recurso metodológico, além do estudo bibliográfico, o método circular-iterativo, baseado nas técnicas de entrevistas de profundidade e história oral. Foram entrevistados treze associados das duas cooperativas populares estudadas, sendo oito membros da Cooperativa A e cinco associados da Cooperativa B.

As análises e as interpretações das entrevistas foram feitas com base no referencial teórico da pesquisa, sendo construídas categorias analíticas nucleantes para auxiliar na interpretação dos relatos coletados. Partiu-se do pressuposto de que a subjetividade pode ser objetivada por meio da palavra, que expressa os sentidos e os significados atribuídos às experiências e aos acontecimentos da vida. Nesse sentido, foi necessário proceder a uma escuta imparcial e livre de preconceitos, para não induzir à confirmação ou não das hipóteses iniciais da pesquisa.

As categorias de análise da pesquisa no âmbito teórico foram **trabalho** e **subjetividade**. A partir dessas matrizes teóricas foram elaboradas oito categorias analíticas nucleantes: Trabalho, Ação Política, Solidariedade, Cooperação, Participação, Aprendizado, Identificação e Pessoalidade. Essas categorias foram agrupadas em três unidades de análise interdependentes:

- os significados do trabalho associado à subjetividade dos sujeitos;
- elementos intersubjetivos da economia solidária;
- elementos psíquicos, sociais e culturais da subjetividade.

Foram selecionados fragmentos da fala dos entrevistados que refletem os conceitos teóricos operacionais da pesquisa, organizados nas categorias analíticas nucleantes, possibilitando fazer inferências sobre a subjetividade dos associados após passarem pelo processo metodológico de incubação, com a finalidade de assimilar os princípios da economia solidária e do cooperativismo.

As análises das entrevistas evidenciaram três momentos da experiência dos associados com a cooperativa popular, após o período de incubação. No primeiro momento, ocorrido na fase de formação do grupo, os relatos sugeriram a presença de elementos de identificação involuntária que propiciaram o engajamento dos associados na fundação da cooperativa. Esses elementos podem ser compreendidos como: convivência comunitária, nível sócio-econômico, faixa etária dos associados, ramo de atividade, gênero e questões de ordem individual. Nessa fase de vida da cooperativa, os associados não se mostravam conscientes dos princípios da economia solidária e nem de sua ideologia, amplitude e possibilidades. Ou seja, careciam de falta de informação e de recursos técnicos para administrar o empreendimento autogestionário. Nesse sentido, o que mantinha o grupo unido eram os laços de afinidade que partilhavam, em virtude de possuírem aspectos em comum na história de vida, bem como uma convivência estreita em razão de pertencerem à mesma comunidade.

Com a incubação realizada pela ITCP, os associados tiveram a oportunidade de serem socializados nos princípios e crenças da economia solidária e do cooperativismo. Os relatos colhidos evidenciaram que a estratégia

metodológica adotada pela ITCP atingiu, em parte, sua finalidade de ação socializadora sobre os associados. A partir da incubação, os associados se apropriaram dos princípios solidários, incluindo em seus discursos sentidos e significados do trabalho com base nos princípios da economia solidária e do cooperativismo. Demonstraram-se conscientes da lógica de ação solidária, bem como compreenderam o movimento numa perspectiva mais ampla, como um modo de vida com ideologia própria e possibilidades diversas de sobrevivência no mercado.

Pela análise das narrativas foi possível inferir que o trabalho realizado pelas incubadoras deu uma nova projeção às atividades desenvolvidas nas cooperativas populares, além de reforçar os laços de identificação do grupo, ao sensibilizar os associados para o trabalho em equipe, a solidariedade e a cooperação na tomada de decisões que afetam os interesses grupais.

Por outro lado, as narrativas analisadas apontaram alguns aspectos da estratégia de incubação identificados como falhas metodológicas, a saber: o processo de desligamento da incubadora e a variável rotatividade do grupo, que acabou comprometendo o processo de aprendizagem adquirido pelos associados no período da incubação, bem como a confiança depositada na ITCP. Os entrevistados das duas cooperativas se queixaram da falta de participação na tomada de decisão que antecede a efetivação do desligamento, assinalando que ambas foram desincubadas durante um período em que passavam por grandes dificuldades, com risco de fechamento. Acreditam que a decisão para o desligamento deva ser tomada junto às cooperativas, pois a experiência que tiveram apontou que os grupos não estavam preparados técnica e emocionalmente para o fim do processo de incubação. Outro aspecto da ITCP avaliado pelos entrevistados é de que deveria ocorrer um trabalho de monitoramento das atividades da cooperativa após a incubação, sendo esta reavaliada periodicamente e seus princípios repassados em cursos de reciclagem.

Segundo manifestaram os entrevistados, com o tempo, os valores e as crenças assimilados pelo grupo vão estremeando diante das dificuldades impostas pela economia que vigora na sociedade.

Esse aspecto relacionado à necessidade de reciclagem está associado à constatação da rotatividade de pessoas nas cooperativas populares. Os entrevistados relataram que essa rotatividade é grande e essa variável não pareceu ser levada em conta pela ITCP. Como o grupo não é fixo e não há o controle da entrada e saída das pessoas, uma vez que é voluntária a decisão de associar-se, acontece de alguns associados não participarem do processo de incubação. Como consequência, o aprendizado fica restrito apenas àqueles associados que participaram da incubação, fator este comprometedor do sucesso da cooperativa. Durante a pesquisa, foi possível evidenciar esses casos de associados que não participaram da incubação e, portanto, não se apropriavam dos conceitos do empreendimento solidário, comportando-se mais pelo processo de imitação do que guiados pelo conhecimento que tinham do funcionamento do mercado solidário.

As análises apreendidas demonstram a importância das ITCPs na fomentação de políticas em favor dos empreendimentos solidários. Porém, de acordo com a experiência vivida pelos dois grupos avaliados, observa-se que, mesmo com o assessoramento técnico da ITCP, as condições de sobrevivência das cooperativas populares ainda são frágeis e dependentes de ajuda econômica para se fortalecerem. Nesse sentido, considerando que a ITCP não dispõe de recursos econômicos diretos para serem repassados aos grupos, ela deve atuar com mais ênfase na promoção de oportunidades para que o serviço ou o produto oferecido pela cooperativa sejam divulgados e melhor aproveitados no cenário de negócios. Essa articulação política por parte da ITCP corresponde à expectativa do grupo em relação ao processo de incubação.

Em relação aos vínculos sociais, estes foram avaliados com base nas categorias analíticas nucleantes Identificação e Pessoaalidade e as análises apontaram que, além dos elementos involuntários de identificação constatados no grupo na fase de formação da cooperativa, após o período de incubação, outros valores e crenças foram transmitidos, tornando-se fontes de identificação entre os associados. A assimilação dos valores da economia solidária e do cooperativismo contribuiu para que as relações humanas dentro das cooperativas se tornassem mais amistosas e solidárias e as ações desenvolvidas sustentadas na cooperação e na reciprocidade. Em parte, os entrevistados assumiram os princípios da economia solidária e do cooperativismo como práticas de vida e modo de organização no trabalho, apropriando-se dos conceitos e definições que sustentam essa prática.

A observação de que a assimilação dos valores e dos princípios solidários ocorreu em parte, se deu com base na evidência de que a concepção de trabalho nos moldes capitalistas não foi totalmente abolida da subjetividade dos associados entrevistados, uma vez que a ideia que habita o imaginário desses entrevistados é a de que o trabalho formal oferece proteção e garantias. Contudo, os entrevistados não se mostraram conscientes dessa atitude, deixando de fazer um exame crítico de tal posicionamento. Dessa forma, ora demonstraram uma atitude positiva em relação ao trabalho associado, nos aspectos que lhe convêm, ora deram respostas que valorizaram o trabalho formal, com base na fantasia de que o mesmo ofereça garantias. Vale ressaltar que nenhuma das cooperativas populares estudadas é autossustentável; ambas sobrevivem de recursos provindos do capitalismo e pouca ajuda e apoio do Estado. Esse fato mostrou-se gerador de insegurança para os associados, que não podem contar com as sobras para custear as despesas básicas de subsistência e, ao contrário, investem no empreendimento com recursos financeiros do orçamento doméstico. Dessa forma, a constatação de que ainda há nuances de comportamentos condizentes

com a política capitalista em vez de revelar um conceito crítico sobre o comportamento desses associados, evidenciou um meio legítimo de os mesmos lidarem com as mudanças no mercado de trabalho, com as dificuldades impostas pelo sistema capitalista, além de representar um traço cultural do povo brasileiro de transitar nos dois mundos tratados por Figueiredo (1995): a sociedade holista, com suas bases tradicionais e organização relacional e a sociedade individualista, com seu ideal iluminista de racionalidade e formalidade contratual das relações.

O modo de os associados significarem o trabalho associado e o trabalho com base no sistema capitalista, e seu relacionamento com ambos, sinaliza uma terceira via possível na arquitetura social da modernidade. Não se trata de definir esses comportamentos como tipicamente tradicionais ou individualistas, mas reconhecer um modo próprio de inscrição desses sujeitos no mundo da vida.

Prosseguindo o raciocínio, é preciso reconhecer que a evolução do mundo moderno, com suas tecnologias e valores utilitaristas, não apresenta pontos que assegurem o retorno ao modo de organização das sociedades arcaicas apresentadas por Mauss, no seu estudo sobre a Teoria da Dádiva. Há que se pensar as mudanças daqui para frente, sem fixar-se no luto pelo objeto perdido, traduzido no ideal de paz da civilização, bem como não negar as benesses que a evolução trouxe em seu bojo. A ideia é construir saídas, formas alternativas de lidar com as dificuldades e empecilhos do mundo moderno, sem negar a realidade da vida moderna.

Essas reflexões levam à conclusão de que não há como conceber uma sociedade na qual o mal não exista, pois se trata de um pensamento utópico e vazio de causa. O mal existe e faz parte da humanidade, seja traduzido no capitalismo, na globalização, no outro, enfim, o fato é que, em cada época, ele se reveste de roupagens próprias que ameaçam a vida da civilização.

Os movimentos solidários lutam contra o mal do capitalismo, da globalização e de seus efeitos nefastos sobre a vida das pessoas, mas não é negando esses acontecimentos fáticos que os projetos de economia solidária e cooperativismo alcançarão bases sólidas de ação e capacidade de enfrentamento dessas adversidades. Ao contrário, passa pelo processo de reconhecimento desses acontecimentos modernos inegáveis e, em certo sentido, irreversíveis, a consolidação do pensamento solidário, bem como a construção de ferramentas próprias para o estabelecimento dessas práticas solidárias na sociedade.

Nessa perspectiva, a mudança de foco do capital para o homem é um tratamento necessário das políticas em favor dos empreendimentos solidários. É preciso que o homem resgate o espaço da palavra e da ação, retome a dignidade humana perdida no falso ideal de racionalidade e individualismo da modernidade. Para tanto, é preciso que se façam investimentos públicos nas pessoas para que elas desenvolvam suas capacidades e potencialidades de ação. Há que se investir na mudança de valores para que a convivência humana, as oportunidades de sociabilidade e a palavra sejam retomadas e exerçam influência sobre a organização da sociedade.

À medida que o homem conquiste sua centralidade nos projetos da modernidade, à medida que seja reconhecido como um sujeito de desejos e direitos, portanto capaz de ação e responsabilização, seus canais de humanização são ampliados e a autogestão, um projeto viável.

Os resultados alcançados neste trabalho não pretenderam concluir o tema, uma vez que o tempo destinado à pesquisa de campo foi limitado para o estudo de um fenômeno complexo como a subjetividade, que está em constante construção e transformação, sofrendo influência dos condicionantes históricos, sociais, econômicos, políticos, etc. Sendo assim, os estudos devem ter continuidade no tempo e no espaço e as análises apreendidas cada vez mais aprofundadas e refinadas.

Contudo, foi possível compreender alguns aspectos da subjetividade dos associados, no que tange à sua relação com a cooperativa popular e a ITCP, possibilitando afirmar que o trabalho associado propiciou um espaço privilegiado para a realização das capacidades humanas, o exercício de cidadania e a valorização das particularidades dos associados, embora o empreendimento solidário ainda esteja ameaçado pelos poderes impactantes do sistema econômico vigente.

Os resultados desta pesquisa apontam que novos estudos devem ser desenvolvidos, com a finalidade de conhecer em maior alcance e profundidade os elementos psíquicos, sociais e culturais que atravessam a subjetividade humana, bem como os procedimentos metodológicos adotados pelas ITCPs e sua viabilidade para o alcance de seus objetivos. A partir do conhecimento desses elementos, espera-se que novas perspectivas sejam alcançadas para a construção de projetos que favoreçam a ação do homem no espaço da pluralidade.

## 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J.C. **Cooperativismo popular e redes solidárias**. São Paulo: All Print, 2007.

ACKERMANN, K. **Mercado de trabalho invisível**: a articulação entre o trabalho no mercado informal, o emprego e o desemprego na trajetória de trabalhadores. 2007. 174f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo.

ALCÂNTARA, F.H.C. Institucionalismo, racionalidade e solidariedade em cooperativas populares. In: Heckert, S.M.R. **Cooperativismo popular**: reflexões e perspectivas. Juiz de Fora: UFJF, 2003. 222p.

ALENCAR, E. **An interpretative study of the agricultural cooperative as a means for farmers to adapt to the social system**. 1986. 371p. Tese (Doutorado em Rural Social Development) – The University of Reading, Reading, Grã-Bretanha.

ALENCAR, E.; GOMES, M.A.O. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1999.

ALENCAR, E. **Metodologia de pesquisa**. Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2004.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ARRUDA, M.; QUINTELA, S. Economia a partir do coração. In: SINGER, P.; SOUZA, A.R.(Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p.317-332.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BOEIRA, S.L.; VIEIRA, P.F.H. Estudos organizacionais: dilemas paradigmáticos e abertura interdisciplinar. In: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A.B.(Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p.27-61.

BOGDAN, R.C.; BIKKLEN, S.R. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto, 1994.

BRASIL. Lei n.5.764 de 16 de dezembro de 1971, define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. In: PATROCÍNIO, W. P. **Cooperativas populares**: representações sociais, trabalho e envelhecimento. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 2004.

CANÇADO, A.C. **Autogestão em cooperativas populares**: os desafios da prática. Salvador: IES, 2007. (Cadernos do IES, 1).

CARDOSO, F.S. **Caderno de campo**. Lavras: UFLA, 2008. 100p.

CATTANI, A.D. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

COUTO, M.A. Público e privado em Hanna Arendt. **Jus Navigandi**, Teresina, 9 fev. 2004. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/1821>>. Acesso em 09/07/2009.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez/Oboré, 1987.

DIEESE. **Principais conceitos da Pesquisa e do Desemprego**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/pedmet.xml>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

ENRIQUEZ, E. **Da horda ao Estado**: psicanálise do vínculo social. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1991.

ENRIQUEZ, E. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FIGUEIREDO, L.C. **Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos**. São Paulo: Escuta, 1995.

FRANÇA FILHO, G.C. A perspectiva da economia solidária. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 22.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREUD, S. O Futuro de uma ilusão (1927). In: \_\_\_\_\_. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. v.21, p.13-63.

FREUD, S. O mal estar na civilização (1930). In: \_\_\_\_\_. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. v.21, p.66-148.

FREUD, S. Psicologia de grupos e a análise do ego (1921). In: \_\_\_\_\_. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. v.18, p.79-154.

FREUD, S. Totem e tabu (1913). In: \_\_\_\_\_. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996d. v.13, p.13-163.

GAIVIZZO, S.B.; REIS, C.N. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: as práticas de economia solidária proposta pelo INTECOOP-UCPel. **Revista OIDLES-Observatório Iberoamericano del Desarrollo Local y Economía Social**, Málaga, v.1, n.0, p.1-23, jun. 2007.

GIDDENS, A. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GODOI, C.K.; MELLO, R.B.; SILVA, A.B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GUIMARÃES, G. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: contribuição para um modelo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P.; SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

ICHIKAWA, E.Y. ; SANTOS, L.W. . Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: GODOI, C.K.; MELLO, R.B.; SILVA, N.B.(Org.). **Pesquisa**

**qualitativa em estudos organizacionais:** paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. v.1, p.185-209.

MAIA, D.M. Cooperativa popular no desenvolvimento social e humano. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: Anped, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes30raposteresgt06-3351—Int.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2008.

MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1979.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: EPU/EDUSP. 1974. v.2.

MELO, A.B. **Novos movimentos sociais e economia solidária:** uma breve cartografia da autogestão como processo de subjetivação. Belo Horizonte: Puc Minas, 2007.

MERLO, A. **A informática no Brasil:** prazer e sofrimento no trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Emprego e Renda.** Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/imo/default.asp>>. Acessado em 19 jan. 2009.

MOREIRA, D.A. Natureza e fontes do conhecimento em administração. **Administração on line,** São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-12, jan/mar. 2000. Disponível em: <[http://www.fecap.br/adm\\_online/art11/daniel.htm](http://www.fecap.br/adm_online/art11/daniel.htm)>. Acesso em: 12 fev. 2005.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva:** os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp, 1999.

PATROCÍNIO, W.P. **Cooperativas populares:** representações sociais, trabalho e envelhecimento. 2004. 96 p. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas.

PEREIRA, J.R. **Gestão social da rede universitária de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares na geração de trabalho e renda.** Lavras: UFLA/DAE, 2007.

PIZZA JÚNIOR, W. Administração e meio ambiente. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.25, n.4, p.12-24 out/dez, 1991.

POCHMANN, M. **Atlas da exclusão social: a exclusão no mundo.** São Paulo: Cortez, 2004.

ROSA, M.V.F.P.C.; ARNOLDI, M.A.G.C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SANTOS, B.S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SENAES. **Secretaria Nacional de Economia Solidária.** Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria\\_nacional\\_historico.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_historico.asp)>. Acessado em janeiro de 2009.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

TITTONI, J. Subjetivação e trabalho: reflexões sobre a economia solidária. In: CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. p. 1-17.

ZIMERMAN, D.E.; OSORIO, L.C. **Como trabalhamos com grupos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

**ANEXO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**  
**Departamento de Administração e Economia**

**“Vínculos sociais e subjetividade no âmbito de duas cooperativas  
populares de Minas Gerais”**

**Pesquisa de Mestrado**

**Autora: Fernanda Simplício Cardoso**

**Orientador: Prof. Dr. José Roberto Pereira**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SOCIOCULTURAL**

**Dados sócio-demográficos**

- Dados de identificação: nome, idade, escolaridade, estado civil, endereço, naturalidade, profissão.
- Composição familiar (com quem vive, grau de parentesco)
- Situação social (renda, condições de moradia, religião, atividades de lazer, demais ocupações)

**HISTÓRICO DE ATIVIDADES LABORATIVAS**

- a) Motivações relacionadas à entrada no mercado de trabalho.

- b) Correspondência entre a atual ocupação e o projeto profissional almejado.
- c) Preferências quanto ao trabalho formal (com carteira assinada) e o ramo informal.
- d) Experiência como assalariado: vantagens e desvantagens.

### **HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO EM COOPERATIVAS**

- e) Início do trabalho em cooperativas.
- f) Ingresso na cooperativa atual.
- g) Atividades exercidas na cooperativa.
- h) Motivos que levaram ao ingresso na cooperativa.
- i) Expectativas cultivadas em relação a fazer parte de uma cooperativa.
- j) Evidências constatadas com a experiência em cooperativas.
- k) Vantagens e desvantagens de ser cooperado.
- l) Cooperativa versus trabalho assalariado: perspectivas de troca?
- m) Conhecimento dos princípios do cooperativismo.
- n) A fase de assimilação de tais princípios: antes ou durante ou depois da incubação.
- o) Diferença entre os princípios e valores assimilados na cooperativa e os valores anteriormente cultivados.

### **VALORES E ELEMENTOS IDEOLÓGICOS**

- p) Conceituação de cooperação, solidariedade e democracia.

- q) Compreensão de cidadania.
- r) Relação entre democracia e cooperativa.
- s) Opinião sobre o principal valor cultivado na cooperativa.
- t) Descrição dos comportamentos, crenças e atitudes em relação às cooperativas antes e após o período de incubação.